

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Danielle Dias Gatti

As igrejas evangélicas e a ditadura civil-militar no Brasil: a construção das memórias
protestantes na Comissão Nacional da Verdade

Juiz de Fora

2017

Danielle Dias Gatti

As igrejas evangélicas e a ditadura civil-militar no Brasil: a construção das memórias protestantes na Comissão Nacional da Verdade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de mestre. Linha de pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim

Coorientador: Prof. Dr. Leandro Sewright Alonso

Juiz de Fora

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Gatti, Danielle Dias.

As igrejas evangélicas e a ditadura civil-militar no Brasil: : a construção das memórias protestantes na Comissão Nacional da Verdade / Danielle Dias Gatti. -- 2017.

130 f.

Orientador: Fernando Perlatto Bom Jardim

Coorientador: Leandro Seawright Alonso

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2017.

1. Ditadura. 2. Protestantismo. 3. Memória. I. Perlatto Bom Jardim, Fernando, orient. II. Seawright Alonso, Leandro, coorient. III. Título.

Of. nº. 02/2020 - PPGHIS

Em 11 de agosto de 2020.

Da: Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História

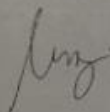
Para: CDARA - Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos

Assunto: Modificação de nome de discente do Mestrado

Prezados,

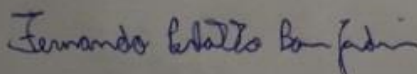
Na condição de Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, venho por meio deste requerer a modificação do nome da discente Danielle de Souza da Silva, para o nome atual, **Danielle Dias Gatti** e a confecção do diploma de mestrado em história com seu novo nome. O trabalho defendido em 20/02/2018 se intitula: *As igrejas evangélicas e a ditadura civil-militar no Brasil: a construção das memórias protestantes na Comissão Nacional da Verdade* e foi orientado pelo Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim. A Banca Examinadora foi formada pelo Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim; Prof. Dr. Zwinglio Mota Dias; Prof. Dr. Leandro Seawright Alonso.

Atenciosamente,



Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História UFJF



Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim

Orientador

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo à Deus que me deu incríveis oportunidades e colocou pessoas tão especiais a meu lado, sem as quais certamente não teria dado conta!

Aos meus pais, Marilena e Diorne, pela base e os grandes ensinamentos. Meu infinito agradecimento. Obrigada pelo amor incondicional!

Aos professores, em especial, meu professor e orientador Doutor Fernando Perlatto por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho. Muito obrigada por me ter corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar. Ao professor Doutor Leandro Seawright, que sempre me apoiou, tirou infinitas dúvidas sempre com muita paciência, ajudou externamente na orientação e me motivou várias vezes a não desistir. Obrigada por acreditarem em meu potencial de uma forma a que eu não acreditava ser capaz de corresponder. Fizeram-me enxergar que existe mais que pesquisadores e resultados por trás de uma dissertação, mas vidas humanas...

Vocês foram e são referências profissionais e pessoais para meu crescimento. Obrigada por estarem a meu lado e acreditarem tanto em mim!

Agradeço ao Diego Leonel pois esteve sempre ao meu lado, me pondo para cima e me fazendo acreditar que posso mais que imagino. Devido a seu amor, companheirismo, amizade, inteligência, paciência, compreensão, apoio e alegria este trabalho pôde ser concretizado. Obrigada por fazer parte do meu sonho!

Às minhas irmãs, cunhados, sobrinhos e à Lucinha, meu agradecimento especial, pois, sempre se orgulharam de mim e confiaram em meu trabalho. Obrigada pela confiança!

Aos meus amigos do mestrado, especialmente à Dani e ao Maciel, pelos momentos difíceis compartilhados juntos e pelas alegrias multiplicadas. Foi bom poder contar com vocês!

Ao Zwinglio Dias, Anivaldo Padilha e Leonildo Campos pela imensa contribuição nessa pesquisa com suas incríveis histórias e depoimentos de vida, marcados pela perseguição dupla (religiosa e política), pela prisão, tortura e exílio. Obrigada por terem sido tão receptivos, bondosos e simpáticos nessa minha jornada. Sem vocês não teria sido possível construir uma memória forte e vívida de uma fase tão dura da nossa história política brasileira.

Agradeço também aos demais colaboradores da pesquisa, Daniel Schimidt e Magali Cunha. Vocês também tiveram grande importância no desenvolvimento do presente trabalho que espero que venha para somar aos importantes estudos já realizados sobre o assunto.

Por fim, quero agradecer à Universidade, à Capes e ao Programa de Pós-Graduação pela oportunidade de realizar o meu grande sonho: o mestrado.

RESUMO

O objetivo dessa presente pesquisa é analisar o comportamento dos evangélicos no Brasil numa conjuntura que resultou no golpe civil-militar em 1964 e durante os anos que se prosseguiram até 1985 com o final da ditadura. Além da reflexão sobre a relação dos evangélicos com a ditadura – seja na perspectiva do apoio ao regime, seja na resistência à repressão –, busca-se também analisar as memórias dos protestantes sobre a ditadura civil-militar brasileira. Para tanto, a pesquisa tem enfoque especial sobre a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e o *Relatório final* produzido por esta comissão sobre crimes praticados durante a ditadura iniciada em 1964. A partir da análise deste texto, bem como de entrevistas com evangélicos que foram perseguidos pelo regime e que participaram dos trabalhos da CNV, objetiva-se analisar as memórias protestantes construídas sobre aquele período no tempo presente.

Palavras-chave: Ditadura. Protestantes. Memória. Comissão Nacional da Verdade.

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze the behavior of evangelicals in Brazil in a conjuncture that resulted in the civil-military coup in 1964 and during the years that continued until 1985 with the end of the dictatorship. In addition to reflecting on the relationship between evangelicals and dictatorship - whether in the perspective of support for the regime or in resistance to repression - an attempt is also made to analyze the Protestant's memories of the Brazilian civil-military dictatorship. For this, the research has a special focus on the National Commission of Truth (CNV) and the final report produced by this commission on crimes committed during the dictatorship begun in 1964. From the analysis of this text, as well as interviews with evangelicals that were persecuted by the regime and who participated in the work of the CNV, aims to analyze the Protestant memories built on that period in the present time.

Key words: Dictatorship. Protestants. Memory. National Truth Commission.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 O PROTESTANTISMO NOS ANOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA	18
2.1. TRAUMAS E REPARAÇÃO: O PROCESSO TRANSICIONAL NO BRASIL.....	36
2.2. INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE	44
2.3. CONCLUSÃO	50
3 ANÁLISE DO GRUPO DE TRABALHO: “PAPEL DAS IGREJAS DURANTE A DITADURA”	54
3.1. ANIVALDO PEREIRA PADILHA.....	57
3.2. LEONILDO SILVEIRA CAMPOS	68
3.3. ZWINGLIO MOTA DIAS	77
3.4. MAGALI DO NASCIMENTO CUNHA	80
3.5. DANIEL SCHIMIDT.....	81
3.6. LEANDO ALONSO SEAWRIGHT	83
3.7. CONCLUSÃO	85
4 ANÁLISE DO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: SEÇÃO IGREJAS NA DITADURA	88
4.1. TORTURA E VIOLÊNCIA NA DITADURA.....	91
4.2. ANÁLISE DA SEÇÃO PROTESTANTE DO TEXTO TEMÁTICO “VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NAS IGREJAS CRISTÃS”	94
4.3. SISTEMATIZAÇÃO E ENTREGA DO RELATÓRIO FINAL.....	105
4.4. CASOS QUE NÃO ENTRARAM PARA O RELATÓRIO FINAL.....	111
4.5. CONCLUSÃO	112
CONCLUSÃO.....	115
REFERÊNCIAS.....	120
ANEXOS	128

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar as disputas em torno das memórias dos protestantes sobre a ditadura civil-militar no Brasil. Para tanto, a pesquisa tem enfoque especial sobre a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e o relatório final produzido por esta comissão sobre crimes praticados durante a ditadura iniciada em 1964. A partir da análise da composição da comissão, do Relatório produzido por ela, bem como de entrevistas com evangélicos que foram perseguidos pelo regime e com pesquisadores que participaram dos trabalhos da CNV, objetiva-se analisar, no tempo presente, as disputas e os embates em torno das memórias protestantes construídas sobre aquele período.

Ao longo dos últimos anos, diversas pesquisas têm sido desenvolvidas no país com o intuito de analisar o protestantismo durante a ditadura. Essas investigações buscaram perscrutar elementos diversos, tais como o alinhamento de lideranças protestantes ao regime militar, a resistência de evangélicos opositores do regime e as violações dos direitos humanos praticados pelos agentes do Estado brasileiro no período ditatorial. O cenário da resistência protestante, especialmente, tem recebido a atenção de diversos pesquisadores em tempos recentes. Zwinglio Dias, por exemplo, na obra *Memórias ecumênicas protestantes – Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência*, publicada em 2014, reuniu diversas entrevistas feitas com ex-presos políticos da época, nas quais os elementos que esclarecem as prisões arbitrárias dos jovens protestantes e as violações dos direitos humanos são bastante evidenciados.

Márcio Ananias Vilela em sua Tese de Doutorado, publicada também em 2014, intitulada *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política* e Silas Souza, em *O respeito à lei e à ordem: presbiterianos e o governo militar no Brasil (1964 – 1985)*, trabalho lançado em 2013, trazem um grande enfoque à temática da denominação Presbiteriana, demonstrando como o presbiterianismo atingiu os organismos mais íntimos dos aparatos repressivos do Estado. Nessa mesma perspectiva, Daniel Augusto Schimidt, em 2016, publicou o livro *Entre púlpitos e porões: Metodistas e Presbiterianos no período da ditadura militar*, ampliando a análise de modo a abranger na investigação também a denominação metodista.

No campo mais teórico sobre o protestantismo, de forma geral, a tese de José Silva Almeida Adroaldo intitulada “*Pelo Senhor, marchamos*”: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985), defendida em 2016, se mostra fundamental no sentido de problematizar as posições políticas assumidas pela Igreja Presbiteriana Independente, Igreja Metodista, Igreja Batista e Assembleia de Deus, rejeitando o suposto absentismo político evangélico. Além disso, aborda as transformações ocorridas nas estruturas político-oficiais, demonstrando como grandes nomes das lideranças evangélicas conseguiram atingir altos cargos públicos e militares através da adesão desses religiosos à ditadura civil-militar. Em 2006, Moura Paegle, em Dissertação de Mestrado intitulada *A posição política da IPB nos anos de chumbo (1965-1985)* (PAEGLE, 2006, p.82), já havia problematizado a posição política da Igreja Presbiteriana na ditadura, evidenciando o vínculo de muitas de suas lideranças com o regime civil-militar.

Raimundo Barreto (2010) e Wanderley Rosa (2012), em suas obras intituladas, respectivamente, *o Movimento Ecumênico e o Surgimento da Responsabilidade Social no Protestantismo Brasileiro* e *Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro: a Conferência do Nordeste 50 Anos Depois (1962-2012)*, levantaram os aspectos das transformações das bases do protestantismo no Brasil que resultaram no surgimento do movimento ecumênico e na responsabilidade social das igrejas. Enquanto havia um protestantismo de base conservadora oriundo das igrejas protestantes norte-americanas, que formava uma ética moralista e puritana, se consolidando no Brasil, o protestantismo progressista que articulava uma ética política e social desde os anos de 1910 começa a demonstrar uma grande preocupação em estabelecer diálogo entre todas as igrejas cristãs, e, concomitantemente, questionar o papel político e social do protestantismo no Brasil. Esses trabalhos são importantes para a presente pesquisa pois refletem justamente nos elementos característicos do “protestantismo progressista” e do “protestantismo conservador” de modo a demonstrar como, principalmente na segunda metade do século XX, influenciaram o movimento ecumênico e condensaram um sentimento de responsabilidade social nas igrejas e nos membros protestantes progressistas.

Em diálogo com esses trabalhos dedicados ao estudo sobre os protestantes durante o período da ditadura civil-militar, a presente pesquisa procura investigar um campo que, aos poucos, vem sendo explorado pelos estudos mais recentes, que diz respeito à análise das disputas em torno das memórias dos protestantes durante aquele período. Se a maior parte das investigações produzidas até o presente momento se voltaram para a análise do passado, buscando compreender os comportamentos dos religiosos, na política e na religião, durante os

vinte um anos da ditadura civil-militar, esta Dissertação procura, em consoância com outras pesquisas recentemente desenvolvidas, contribuir com um campo de pesquisas mais amplo, ao direcionar seu olhar para o presente e para as disputas em torno das memórias dos protestantes no período da ditadura, tendo como objeto privilegiado de investigação a Comissão Nacional da Verdade.¹

Nesse sentido, a presente pesquisa também busca contribuir para a ampliação de estudos em torno da CNV, que vêm ganhando cada vez mais destaque ao longo dos últimos anos, como evidenciam trabalhos de autores como, por exemplo, Caroline Silveira Bauer (2017), Leandro Seawright (2016), Fernando Perlatto e Cristina Buarque de Hollanda (2017), Ivo Canabarro (2014), Eliézer Rizzo (2015), entre outros. É, portanto, na articulação entre a reflexão sobre os protestantes na ditadura e a investigação sobre as disputas de memória destes grupos no âmbito da CNV, que esta pesquisa busca se inserir.

A presente Dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, discutiremos o protestantismo no Brasil no período que se estende 1964 a 1985. O intuito será o de contextualizar as transformações e as disputas que ocorreram entre os protestantes ao longo destes anos, para que, em seguida, possamos refletir sobre as disputas de memórias sobre este passado. Buscaremos demonstrar de que maneira a radicalização política que o Brasil vivia naquele contexto influenciou a conformação do protestantismo no país. Para esse objetivo, procuraremos refletir tanto sobre o apoio dado por várias lideranças de igrejas evangélicas ao golpe de 1964 e ao regime então instaurado, quanto sobre a resistência de setores protestantes progressistas – dentre eles, vários estudantes evangélicos e jovens pastores –, que se engajaram na crítica e na denúncia à ditadura civil-militar que tinha vigência no país.

A conclusão do primeiro capítulo será dedicada a analisar de que maneira, no contexto de redemocratização e de consolidação da democracia no país, teve início, por parte de diferentes segmentos, de um movimento no sentido de recuperar e trazer à tona as memórias sobre este passado. Apesar das resistências e enfrentamentos, ao longo da década de 1990 e dos anos 2000 foi se consolidando esse movimento em torno de iniciativas impulsionadas pela sociedade civil e pelo governo federal voltadas para o que vai ser chamado de “justiça de

¹ Um trabalho exemplar desta agenda de investigação é a Tese de Leandro Seawright, intitulada *Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar Brasileiro*, defendida em 2016. Assumindo como elemento central o processo de Justiça de Transição, que possibilitou a criação da Comissão Nacional da Verdade, Seawright, reuniu diversas entrevistas de História Oral realizadas com evangélicos colaboradores e vítimas da ditadura, com o intuito de problematizar as memórias, tanto do lado da resistência quanto do lado da colaboração, de modo a destacar os elementos diversos e centrais de cada depoimento.

transição”, que tiveram como marco principal a criação da Comissão Nacional da Verdade. Criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, esta comissão buscou investigar as violações de direitos humanos e os crimes cometidos pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988, sobretudo no período inaugurado com o golpe civil-militar de 1964. Procuraremos discutir de que maneira a CNV se consolidou como um espaço não apenas de pesquisa sobre o passado, mas também de disputas entre diversos segmentos em torno das memórias sobre este passado.

No Capítulo 2, buscaremos analisar de maneira mais sistemática a dinâmica de trabalho do Grupo de Trabalho (GT) “Papel das igrejas durante a ditadura”, dedicado às igrejas cristãs na CNV, direcionando a análise sobre os membros que o compuseram. O intuito será o de compreender a heterogeneidade de perfis que contribuíram com os trabalhos deste GT, que resultaram na produção do Relatório Final da comissão, entregue à Presidenta Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014. Para tanto, estaremos baseados em entrevistas realizadas diretamente com estes colaboradores. O intuito será o de refletir sobre de que maneira a própria composição de um Grupo de Trabalho como este implica em seleções, disputas e embates, que influenciam a conformação de interpretações distintas sobre o passado e, conseqüentemente, na construção de determinadas memórias sobre os protestantes durante a ditadura civil-militar no Brasil.

No terceiro capítulo, procuraremos analisar a seção do Relatório final produzido pela CNV dedicada aos trabalhos dos pesquisadores e redatores do GT das igrejas cristãs. Buscaremos, nesta perspectiva, analisar como a sistematização do relatório final apresentou uma documentação aquém da prospectada pelos pesquisadores do GT e, refletir sobre como a produção do relatório que tinha por objetivo abordar as memórias protestantes em torno de um aspecto central – as vítimas – acabou consolidando determinadas memórias e silenciando outras. De modo mais específico, analisaremos a seção do relatório final dedicada às violações dos direitos humanos nas igrejas cristãs protestantes de modo a compreender os principais encaminhamentos e as discussões mais centrais realizadas pelo Grupo de Trabalho.

Desde já, é importante destacar, que partimos de uma compressão de que a memória sobre um determinado período histórico deve ser compreendida como um campo em permanente disputa entre diferentes atores, sejam aqueles situados no âmbito do Estado, sejam aqueles situados no âmbito da sociedade civil. Neste cenário, a Comissão Nacional da Verdade é aqui interpretada como uma política de memória, que se insere nas batalhas de memória, resultando em um espaço para disputas de narrativas sobre o passado (BAUER,

2017, p. 134). Nessa guerra pela memória é importante ter cuidado para não naturalizar os atores em decorrência dos esforços em perpetuar suas narrativas sobre os eventos dos anos ditatoriais. Importante também problematizar os relatos de memórias compreendendo a concepção de “verdade” de cada indivíduo de modo a evitar que uma narrativa se sobreponha a outra, ao invés de complementá-la.

Partimos também do fato de que a memória é seletiva, tendenciosa e que pode ir além dos elementos básicos que lhe são atribuídos como “lembrar” ou “esquecer”, alcançando complexidades mais profundas como o “silenciamento”. Entendemos que a memória como reconstrução seletiva do passado nunca é somente do indivíduo mas resultado de um conjunto de elementos que coloca esse indivíduo no meio social, coletivo (ROUSSO, 1993, p. 94-95). Portanto, é a partir de depoimentos das vítimas cristãs da ditadura, que a memória - entendida como coletiva -, tem sido construída recentemente pela historiografia.

Primeiramente, para ser possível compreender a noção de memória, recorreremos aos conceitos e definições dadas por alguns autores. A conceituação é necessária pois estabelece uma memória coletiva em detrimento da memória individual.

Os vinte e um anos ditatoriais e autoritários ainda estão latentes nas pessoas que sofreram com a ditadura e vem à tona para nos mostrar que a memória e a história ainda podem se articular. Sabemos que História não é memória, embora a história se utilize deste recurso, é importante a preocupação do historiador em compreender que a memória é falha e por vezes corrompida. Pierre Nora exemplifica as diferenças contundentes de história e memória afirmando que a primeira é "a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que não existe" e a segunda "é a vida, sempre alcançada pelos grupos viventes", estaria ela em constante evolução, "inconsciente das suas deformações sucessivas". "A memória é um absoluto e a história não conhece outra coisa que não o relativo", em outras palavras, a memória seria aquilo vivido e sua reconstrução intelectual seria a história (NORA, 1993, p. 9-13).

Memória e história tratam do mesmo objeto, o “fato passado”, mas o abordam de formas diferentes. Enquanto a memória não se limita a regras ou métodos, ela está em constante transformação, se reconstituindo sempre que rememora o fato; a história parte de uma metodologia exaustiva, para questionar insistentemente a “integridade das fontes” em sua natureza própria, ou que lhe é atribuída. Contudo, quando se usa a memória para a interpretação da história, constrói-se diversas leituras possíveis. Pierre Nora, afirma também que os "lugares de memória" como ele chama, “é o lugar ou espaço em que a memória pode

ser (re)vivida ou (re)criada", ou seja, "parte da objetivação material e concreta ao mais abstrato e funcional, coexistindo em graus diversos" (NORA, 1993, p. 9-13).

O processo de entendimento da memória como elemento de formação de identidades, portanto, de construção histórica, passa pelo individualismo de Bergson e o coletivismo de Halbwachs. Partindo da aceitação de que a memória é coletiva, ou que as lembranças de uma pessoa são construídas em grupo, como analisa Maurice Halbwachs, entendemos que os cristãos que sobreviveram às torturas ou que fizeram, de alguma forma, parte da ditadura, ao aflorarem suas lembranças, partiram de acontecimentos que abarcaram não apenas a sua vida no sentido individual, mas do grupo pertencente naquela época. Reminiscências mudam construções históricas. Jean Duvignaud afirma no prefácio da obra de Halbwachs, que a memória individual "está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante". Dessa forma, "a rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedade múltiplas em que estamos envolvidos" (HALBWACHS, 1990, p.12).

Assim, Maurice Halbwachs entende a memória individual como um ponto de vista sobre a memória coletiva e que "este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios" (HALBWACHS, 1990, p.51).

Numa perspectiva semelhante de memória, para Henry Rousso:

Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao "tempo que muda", as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros (ROUSSO, 1993, p. 94-95).

Ou seja, além da memória resistir à alteridade, ela constitui, também, um fator essencial para a percepção identitária não só de si mas também dos outros, entendendo-a num âmbito não apenas individual mas coletivo.

Em geral, a memória está situada em um cenário amplo, que contempla valores intrínsecos das sociedades e consiste em uma reconstrução do passado em função de interesses do presente. Cabe ao historiador, segundo Daniel Aarão Reis, contextualizar e criticar a memória por ela ser "inexoravelmente seletiva e tendencialmente unilateral", "buscando controlar, as tentações subjetivas, as inclinações apriorísticas, e preocupar-se, na medida do possível, com a verdade, por mais difícil que isso possa parecer" (REIS, 2010, p.1).

Trabalhar com a memória de religiosos que sobreviveram às torturas da ditadura, que vivenciaram perseguições, prisões arbitrárias e a dura repressão, ou mesmo, que tenham colaborado com a máquina repressora contra seus próprios “irmãos de fé”, é muito mais difícil do que se parece ser. É preciso considerar toda essa complexidade de modo a não subtrair a memória ou relativizar exacerbadamente a história. Fica entendido assim, que:

A memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda a memória é, por definição, coletiva (ROUSSO, 1993, p. 94-95).

Seguindo esse pressuposto de que a memória é seletiva e tendenciosa, fica claro que não se pode considerar como verdade absoluta ou como um “único ponto de vista” a história contada por um indivíduo, testemunhando tudo o que sua memória lhe permite lembrar. Na verdade, a questão da memória vai ainda além dos elementos básicos que lhe são atribuídos como o esquecimento e a lembrança. A memória atinge uma maior complexidade no “silenciamento” que será citado abaixo.

Para compreender a relação entre o “esquecimento” da memória e as sessões de torturas as quais alguns religiosos protestantes foram submetidos nos porões da ditadura, é importante analisar o que seria o “esquecimento” de fatos e como ele se dá em detrimento à memória. Para tanto, recorreremos a Paul Ricoeur que acredita:

O esquecimento tem igualmente um polo ativo ligado ao processo de rememoração, essa busca para reencontrar as memórias perdidas, que, embora tornadas indisponíveis, não estão realmente desaparecidas. De uma certa forma, essa indisponibilidade encontra a sua explicação ao nível de conflitos inconscientes. A esse respeito, uma das lições preciosas da psicanálise é que esquecemos menos do que pensamos ou cremos (RICOEUR, 2003, p.6.).

Outrossim, diante a dor física, tortura psicológica ou ainda, moral, cada indivíduo reage de uma maneira. Boa parte das pessoas fica marcada com traumas que vão persegui-los durante dias, anos, décadas ou até mesmo até o fim da vida. Traumas estes, que muitas vezes, se estabelecem no inconsciente, e fazem com que o indivíduo “esqueça” do fato trágico vivido, ou pense que esqueceu. Seria como um bloqueio, mas que para a psicanálise, não significa que a pessoa realmente tenha “apagado” de seu baú de memórias o tal evento traumático, apenas se encontra em constante conflito no inconsciente, podendo vir à tona ou permanecer oculto, dependendo de diversos fatores (SELIGMANN-SILMA, 2008, p.65-82).

Como vimos, além do esquecimento, outro termo bastante usado para pensar a memória nas ditaduras ou até, em outros eventos grandiosos e também traumáticos, como por exemplo, o holocausto judeu, é o “silêncio” ou “silenciamento”. Sendo estes, termos que exigem uma complexidade ainda maior ao serem abordados pela história oral e/ou por entrevistas, pois dependendo da maneira em que for feito, pode trazer mágoa e lembranças rejeitadas pelo indivíduo portador de tal memória, o “silenciamento” pode explicar muito mais do comportamento do sujeito e da complexidade do período histórico que ele tenha vivido que o “esquecimento”.

Assim, determinados grupos, neste caso, os protestantes, buscam legitimidade no presente recorrendo à memória e, nessa reconstrução, levando em conta determinados interesses, fatos são “silenciados”. Esse “silenciamento” e não “esquecimento” como é comumente naturalizado e aceito entre as pessoas, está estritamente relacionado à ideia de escolha e seleção dos fatos que o indivíduo pretende narrar ou permitir que se tornem de conhecimento público e alheio. É importante ressaltar que ao trabalharmos com depoimentos dos protestantes que na época da ditadura foram perseguidos e torturados, ou seja – vítimas do sistema repressor e ditatorial – temos que lidar com a seletividade da memória reportada aos interesses pessoais do indivíduo que ainda lida com a dor, vergonha ou constrangimento ao narrar os fatos. Assim, quando a partir de entrevistas, as vítimas protestantes das torturas da ditadura, são indagadas sobre as práticas de tortura que vivenciaram ou, ainda, sobre seu envolvimento com algum grupo terrorista, se recusam a falar.

Um pouco diferente ocorre com os evangélicos que de alguma forma colaboraram com os militares delatando, perseguindo cristãos ou torturando presos políticos que lidam com a recusa insistente de não expor o que sabem ou o que fizeram. Assim, ao serem entrevistados, muitas vezes, se silenciam ou justificam suas atitudes que além de causar constrangimento e vergonha ao serem retomadas e lembradas, também colocam em xeque as verdades e a crença no Deus misericordioso e bondoso. Optam pelo silêncio ou pela recusa da verdade justificando ações do passado que trazem o peso do erro e da destruição.

O “silêncio” nos remete a algo que é evitado ser trazido à tona por se tratar de uma lembrança ruim, negativa de determinado acontecimento do passado. Não significa que a pessoa tenha se esquecido das torturas que sofreu ou das que praticou, mas que mesmo se lembrando, prefere permanecer oculto, silenciado, a ponto de evitar mais dores e de reviver as reminiscências tão negadas.

Também os torturadores, ao aceitarem narrar os fatos reorganizando sua memória do período, podem deixar de lado vários detalhes sobre as torturas praticadas. Até mesmo ocultarem a sua participação nesse momento nebuloso da história do nosso país como uma forma de demonstrar constrangimento, vergonha, um profundo temor e medo de justicamento.

Durante as pouquíssimas audiências públicas realizadas pela CNV que contou com depoimentos de militares sobre as violações de direitos humanos que teriam sido cometidas sob o aparato do Estado durante a ditadura, a minoria confirmou a prática, ou a existência, de tortura. Embora a negação ou a omissão fosse sempre presente nos depoimentos, o relato mais importante talvez tenha sido o do coronel reformado do Exército Paulo Malhães que confessou que torturou, matou e ocultou cadáveres de presos políticos, assim como afirmou também que tais procedimentos eram de conhecimento dos altos escalões das Forças Armadas. Mesmo tendo confessado participações em vários crimes, Malhães fez questão de justificar suas ações: "Como faço com tudo na vida, eu dei o melhor de mim naquela função."

Eu cumpri o meu dever. Não me arrependo. [...] Essas pessoas que vocês estão citando eram guerrilheiros, eram luta armada, não eram pessoas normais. Não foram presos porque jogavam bolinha de gude ou soltavam pipa. Quantos morreram? Tantos quanto foram necessários (CARNEIRO, 2014, recurso online).

Portanto, de acordo com Daniel Aarão Reis, podemos completar que “ao menos temporariamente, esquecer o passado significa apenas a proposta de se desvencilhar de um passado que se queria recusar” e não de “perder” de fato a memória sobre o período (REIS, 2010, p.2).

No final do século XX e início do XXI começa-se uma busca consciente de parte de historiadores por uma maior consideração às vozes até então excluídas, esquecidas ou desconhecidas. Um exemplo, é o “resgate” histórico das memórias de protestantes que foram perseguidos (pelos próprios “irmãos de fé” ou pelos militares), presos nos porões do Exército, torturados (fisicamente, moralmente ou psicologicamente), mas que sobreviveram e viveram, carregando fortemente o desejo de contar e contribuir com sua história para a construção de uma nova democracia. Esperando o momento para que as memórias lhe venham a mente com o propósito não apenas de externar a dor mas de “denunciar” as violações dos direitos humanos cometidas na época e ensinar as sociedades atuais e futuras, sobre um período que deixou mais marcos negativos que positivos em diversos aspectos.

Através de Pollak (1989) podemos observar como trabalhos atuais sobre memória rompem com o discurso histórico que constrói a memória oficial e trazem para a historiografia as lembranças dos subjugados e dos excluídos.

Tais lembranças, consideradas “memórias subterrâneas”, trazem à tona conflitos entre as memórias emergentes e as memórias estabelecidas, estas organizadoras da ordem social (GIANORDOLI, 2012, recurso online).

Assim, tais embates e os desdobramentos em torno das memórias oficiais do período militar e as memórias das vítimas vem transformando um cenário importantíssimo para a história contemporânea nacional baseado nos princípios da verdade, justiça e reparação, que por sua vez, são elementos característicos de um processo transicional de governos autoritários para governos democráticos. É neste cenário que surgem as comissões da verdade para ampliar os debates acerca das memórias dos subjugados e tornar possível esclarecimentos de diversos eventos obscuros do nosso período ditatorial.

Partindo dessas reflexões em torno da memória, compreendendo-a como um território atravessado por disputas e tensões, buscaremos nos capítulos que se seguem refletir sobre os embates em torno das memórias protestantes durante o período do regime militar, no âmbito da Comissão Nacional da Verdade. O objetivo é de que, ao final do trabalho, possamos contribuir para ampliar a compreensão não apenas da atuação dos evangélicos durante o regime repressivo instaurado em 1964, mas, sobretudo, analisar as disputas, tensões e consensos construídos em torno das memórias dos protestantes no tempo presente em relação à ditadura civil-militar brasileira.

2 O PROTESTANTISMO NOS ANOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Nos anos anteriores à institucionalização do regime militar no Brasil (1964), o cenário político mundial mostrava um tabuleiro com peças bastante definidas: de um lado, as peças do capitalismo e do outro, as do socialismo, representadas respectivamente, pelos Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Essa polarização político-ideológica, conhecida como Guerra Fria, influenciou diretamente a América Latina. No Brasil, o medo da “onda vermelha” do comunismo levou boa parte da sociedade a se alinhar ao discurso dos militares de “salvação do país”. Portanto, entre 1962 e 1964, o medo da “ameaça comunista” advinda das políticas de João Goulart dividiu a sociedade entre os que se alinharam ao golpe e os que se mantiveram contra, e ainda com menos visibilidade, os que apoiaram o golpe acreditando ser a solução para a luta anticomunista e para o controle da crise econômica, mas que, após políticas de exceção como o AI-5, por exemplo, se voltaram contra o regime (MOTTA, 2002, recurso online).

Dessa forma, um fator de grande importância para o sucesso do golpe militar, foi a orientação da mentalidade de que o comunismo é o “mal do século”. Essa ideia e a questão política e ideológica por trás dela, que foi pano de fundo para os conflitos do século XX, após a 2ª Guerra Mundial, influenciou também diversos segmentos sociais e os setores religiosos. Muitas pessoas de classe média e até as Igrejas se propuseram a aderir às ideias anticomunistas na esperança de salvar o país do que viria a ser um terror. Para Alexandre Reily, um número considerável de pessoas se alinharam às ideias do novo governo:

[...] um alto grau de aceitação da intervenção militar pelos protestantes, a princípio pelo medo que João Goulart estivesse conduzindo o país para um caos socialista e possivelmente à guerra civil. Nesse caso o novo regime representou a salvação política da pátria. Medo da esquerda e simpatia pela direita parece refletir fielmente a mentalidade protestante majoritária (REILLY, 1985. p. 235).

Como podemos notar também na declaração da advogada Rosa Cardoso, membro da Comissão Nacional da Verdade (CNV), acerca do sucesso do golpe contra João Goulart:

Se utilizando de uma propaganda massiva, os militares conseguiram cooptar elementos, recrutar militantes entre as mulheres e até mesmo entre as igrejas católica e protestante (RODRIGUES, 2014, recurso online).

Boa parte da sociedade reconhecia nas políticas de João Goulart fundamentadas nas chamadas “Reforma de Base” – como, por exemplo, a reforma agrária – um caminho para o comunismo. Além disso, a proximidade política entre Jango e o ex-ditador Getúlio Vargas chamou atenção dos setores conservadores, que viam em Jango um herdeiro do getulismo (FERREIRA, 2011, recurso online). Jango começou sua carreira política ao lado de Getúlio Vargas. Em 1951 se elege deputado federal e três anos depois, como Ministro do Trabalho, propôs um aumento salarial de 100% resultando num embate com os militares e na sua demissão pelo presidente da época, Getúlio Vargas. Após o efervescente confronto com os militares, Vargas entrega o governo nas “mãos do povo”, cometendo o suicídio que abalou toda a sociedade brasileira e adiou o golpe em dez anos.

Em 1960, se elege como vice-presidente de Jânio Quadros mas a renúncia do então presidente, eleito apenas 7 meses após a posse, causou um novo conflito. Jango estava no exterior e o governo brasileiro em mãos conservadoras. Neste momento, os militares veem uma oportunidade de finalmente darem o golpe e tomarem o poder. Começaram a lançar dúvidas frequentes quanto a pessoa de João Goulart o caracterizando como um possível ditador e comunista (NAPOLITANO, 2012, p.174), De fato, mesmo Goulart não se declarando comunista, demonstrava grande apreço pelas ideias trabalhistas e, para piorar sua imagem aos olhos dos setores conservadores da época, proferiu na China um discurso que parecia demonstrar um forte alinhamento ao comunismo, como veremos a seguir:

[...] Ao primeiro contato convosco, diante da recepção calorosa que nos proporcionastes, senti-me como se estivesse hospedado na casa de um velho e bom amigo. Viva a amizade cada vez mais estreita entre a China Popular e os Estados Unidos do Brasil! [...]²

Este caminho levava então, seu programa de governo a ser rotulado de um “caminho para uma ditadura”, dessa vez à esquerda. Visando uma saída, vários setores da sociedade se mobilizaram a favor do golpe civil-militar, como os grandes empresários do campo e da cidade, a imprensa, com os jornais “O Estado de São Paulo”, “Folha da Manhã”, “O Globo” e “O Jornal do Brasil”, entre outros, que exerceu forte influência, as Forças Armadas, a Igreja Católica, profissionais de classe média, advogados e órgãos como o Centro Democrático dos Advogados, de São Paulo, médicos, o Instituto de Engenharia de São Paulo, políticos de direita e até mesmo as Igrejas Evangélicas (MORAES, 2014, p. 56).

² **Discurso de João Goulart aos chineses em 1961.** 2008. Youtube. Trecho de um discurso proferido por João Belchior Marques Goulart durante sua visita à China. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FyMf0I1RIu0>>. Acesso dia: 20/05/2017.

Nesta perspectiva, Zwinglio Mota Dias apresenta a verdadeira face das Igrejas Protestantes Evangélicas nesta conjuntura, afirmando que assim como a católica, estas:

Receberam o golpe militar de 1964, que não foi apenas um golpe militar mas também civil, com muito bom agrado por que era uma espécie de uma intervenção divina na história do Brasil, para evitar que o país caminhasse na direção do comunismo (ROSA, 2012, recurso online).

Assim, além da massiva propaganda midiática contra João Goulart, as igrejas no geral, também estavam se posicionando politicamente. Tanto a Igreja Católica como as protestantes, compraram a ideia de salvação do país do mal comunista e do terrorismo.

No início do século XX, o cenário religioso protestante no Brasil começou a ganhar uma nova expressão. As igrejas passavam por períodos de intensas transformações doutrinárias. Novas questões foram levantadas entre os protestantes das igrejas recém-formadas e o contexto social e político brasileiro do período precedente ao golpe de 1964 incidia diretamente nos debates que acaloravam, principalmente, a juventude evangélica.

Nesse contexto, pelo menos dois grupos antagônicos se destacaram e foram extremamente importantes, no âmbito político-religioso, para desenhar o cenário brasileiro que implodiu em disputas dentro das igrejas protestantes no início da década de 1960 e em conflitos também posteriores ao golpe militar. O primeiro grupo minoritário representava um protestantismo progressista que articulava uma ética política e social desde os anos de 1910. Os protestantes progressistas tinham uma grande preocupação em estabelecer diálogo entre todas as igrejas cristãs, cooperação mútua e, concomitantemente, questionavam o papel político e social do protestantismo no Brasil. Esse protestantismo progressista é bastante identificado sob a forma do movimento ecumênico. O segundo grupo, majoritário, representava um protestantismo conservador, focado numa ética individualista, que era uma forte característica das igrejas protestantes norte-americanas. Formavam um protestantismo de ética moralista e puritana que refletia, principalmente, na classe média brasileira da época (ROSA, 2012, recurso online).

As bases ideológicas opostas que caracterizaram o protestantismo progressista e o conservador foram se acirrando dentro das igrejas, principalmente a partir da década de 1950, e tiveram ápice na ditadura, devido ao caráter autoritário que se fortalecia no âmbito das lideranças eclesiais e no regime de governo (DIAS, 2014, p. 14). Foi precisamente nesse momento que setores majoritários evangélicos apoiando os militares e demonstrando abertamente adesão ao discurso de se fazer uma “Revolução” e “salvar o país” do comunismo

passam a perseguir e expulsar fieis das igrejas que demonstrassem qualquer inclinação ao comunismo (DIAS, 2014, p. 14). A teologia destes grupos protestantes, de valores ortodoxos, estava embasada nos fortes princípios do conservadorismo e do fundamentalismo que dominavam as lideranças de grande parte das Igrejas Protestantes do Brasil na época.

Dessa forma, nos organismos internos das Igrejas Protestantes, um espírito anticomunista via a luta contra o comunismo ateu e inimigo da propriedade como um combate também de cunho religioso (SOUZA, 2013, p. 98). Segundo o historiador Silas de Souza, ordem e autoridade são conceitos essenciais no pensamento protestante, “especialmente das denominações oriundas do calvinismo” (SOUZA, 2013, p. 98). Para ele, o calvinismo norte-americano estava intrínseco no presbiterianismo e “qualquer ideal revolucionário” que o calvinismo apresentava em sua origem foi “transformado na defesa das liberdades pessoais, da religião, da ordem e da autoridade” (SOUZA, 2013, p. 98). Honra e autoridade sempre foram valores tradicionais presentes na moralidade das Igrejas Protestantes que temiam que a sociedade brasileira perdesse tais valores. Os índices de aprovação do governo de João Goulart às vésperas do golpe eram em torno de 76%, segundo o historiador Moniz Bandeira; contudo, uma forte campanha em defesa dos valores tradicionais e contra o comunismo foi ferozmente divulgada na mídia. Moniz Bandeira cita João Goulart que, em suas próprias palavras, diz:

Nas grandes passeatas os cartazes não eram dirigidos contra a pessoa do Presidente ou contra as reformas de base por ele preconizadas. Todos visavam a atingir o sentimento profundamente religioso do povo e mostrar o perigo iminente da tomada de poder pelos comunistas (MONIZ, 2009, p. 165).

Um exemplo de grande expressão do movimento conservador cristão se deu em 19 de março de 1964, nas vésperas do golpe, quando foi realizada a famosa “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, liderada pelo deputado Antônio Silvío da Cunha Bueno e pela neta de Rui Barbosa e freira Ana de Lourdes (Lucília Batista Pereira). O evento, que reuniu em torno de 500 mil pessoas, começou com a concentração na Praça da República e terminou na Praça da Sé em São Paulo. De acordo com Daniel Schmidt, a marcha antes de ter um nome mais chamativo ao “ecumenismo”, recebeu o nome de “Marcha de Desagravo ao Santo Rosário”, que era uma espécie de resposta à suposta ofensa feita ao catolicismo por João Goulart. Com a mudança do nome, o evento ganhou adeptos de não católicos, incluindo a “comunidade judaica, membros das igrejas pentecostais e do Protestantismo de Missão” (SCHIMIDT, 2016, pág. 127). Em 2 de abril, ocorreu outra marcha de mesmo segmento na

cidade do Rio de Janeiro, com estimativa de participação de um milhão de pessoas. Em diferentes cidades e regiões do país ocorriam marchas em defesa do golpe. Zwinglio Dias ainda acrescenta que embora a Marcha da Família com Deus pela Liberdade tenha sido uma iniciativa de católicos, acabou recebendo aplausos e um certo apoio por parte dos evangélicos “ainda que de maneira meio envergonhada” pois os protestantes eram na época “visceralmente anti-católicos” (CARDOSO, 2011, recurso online).

Antes mesmo da Marcha da Família, aconteceu no dia 15 de novembro de 1963, um dia de jejum e oração convocado pelo pastor batista Enéas Tognini para, segundo ele, Deus livrar o Brasil do comunismo; além disso, pouco antes de seu falecimento, o pastor Tognini declarou que seguia acreditando que “Deus, além de brasileiro, se tornou um anticomunista simpático ao movimento militar golpista”. “Não me arrependo [de ter se alinhado ao discurso dos militares]. Eles fizeram um bom trabalho, salvaram a Pátria do comunismo” (CARDOSO, 2011, recurso online).

Conforme afirma Leandro Seawright, o plano de jejum, oração e humilhação de Tognini “não se limitou à denominação batista brasileira”, alcançou também os “presbiterianos independentes ortodoxos anticomunistas”, entre outros. Seawright inclui também na sua tese, um trecho da entrevista que realizou com o próprio Enéas Tognini em 17 de março de 2008 em São Paulo:

Creio que o ponto mais alto do trabalho, que Deus me mandou fazer, contudo, foi no dia 15 de novembro de 1963, quando aconteceu o dia de jejum, oração e humilhação. Os comunistas já estavam agindo, pois aprenderam em Paris, o plano dos chineses para influenciar o Brasil. Já estava tudo pronto! Os grupos de extermínio já estavam prontos aqui no Brasil, mas o povo estava dormindo! [...] No dia 15 de novembro nós mudamos o coração do povo brasileiro. Nós oramos bastante e o temor de Deus caiu sobre todos. [...] Tudo isso foi feito para a glória e a honra do Senhor Jesus Cristo! (SEAWRIGHT, 2016, p.129-130).

A resposta de oração veio no dia 31 de março de 1964. Assim, o golpe foi visto e recebido, por grande parcela da sociedade, como espécie de redenção, “revolução de 1964” ou mesmo “revolução gloriosa” fazendo alusão à Revolução Gloriosa de 1688 na Inglaterra, que “depôs uma dinastia sem derramamento de sangue”. Para os religiosos, o sucesso do golpe representava uma “providência divina” sendo notícia em jornais e periódicos de várias denominações cristãs, como por exemplo, no jornal “Brasil Presbiteriano” e no “Jornal Batista”. O próprio regime se autoproclamou “Revolução”, mas foi “ao jazigo aceitando a classificação de “autoritário”, quando, para conhecê-lo, não se dispõe, há mais de dois mil anos, de palavra melhor que ditadura” (GASPARI, 2014, p.143).

Os discursos militares estavam alinhados aos anseios da população brasileira e talvez uma das razões da adesão desses grupos ao golpe fosse que este produziria um regime de “caráter corretivo e temporário” (GARBIN, 2013, p. 10), como uma espécie de governo provisório que salvaria o país de uma ditadura pior, a ditadura comunista. De toda forma, o apoio ao golpe era iminente e as consequências imprevisíveis.

Além do envolvimento político de boa parte das igrejas evangélicas, o campo religioso experimentava uma nova ênfase teológica voltada aos pobres e à cooperação mútua entre todas as igrejas cristãs que iam de encontro aos valores conservadores dos setores majoritários das igrejas protestantes. A efervescência dos conflitos no contexto político brasileiro no período pré-golpe revelou para a sociedade um forte sentimento de justiça social e solidariedade em que, em nenhum momento antes tinha-se visto “o protestantismo brasileiro tão engajado na discussão da realidade social do país e tão consciente da necessidade de participação na construção de tal realidade (BARRETO, 2008, recurso online). Sendo assim, a heterodoxia crescia nas igrejas evangélicas conquistando os jovens que não se continham apenas aos ensinamentos bíblicos e religiosos exercidos dentro dos templos mas também se voltavam aos problemas políticos, sociais e econômicos do Brasil. Para isso, buscavam formas de se reunirem para uma reflexão sobre os rumos que o país tomava e o impacto da política na sociedade.

Em 1955, a Confederação Evangélica do Brasil (CEB)³ – principal instituição que representou por décadas o ápice das ideias de cooperação entre as igrejas evangélicas no país- criou a Comissão de Igreja e Sociedade, que depois virou Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI), que tinha como objetivo formar ações provenientes das igrejas evangélicas, em “um diálogo franco e honesto”, a fim de contribuir para a transformação da sociedade brasileira e firmar “os postulados da fé cristã” (BARRETO, 2010, p. 287). Objetivando ainda “informar às Igrejas e auxiliá-las na busca de novas formas de serviço cristão na comunidade local, estadual e nacional” (CONFERÊNCIA DO NORDESTE, 1962, p.11).

Ainda em 1955, o SRSI se reuniu no Conselho da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, na tentativa de organizar uma Conferência de Estudos sobre a responsabilidade política e social da Igreja (SOUZA, 2013, p. 107).

³ A CEB era o órgão principal das igrejas protestantes brasileiras e representava uma tentativa de cooperação entre as igrejas cristãs. Foi formada pela união de três organizações, a CBC, a FIEB e o Conselho Evangélico de Educação Religiosa no Brasil, criado pela CBC para coordenar as atividades educacionais das igrejas protestantes. As denominações membros da CEB eram a Igreja Presbiteriana do Brasil, a Presbiteriana Independente, Metodista, Igreja Evangélica de Confissão Luterana e Episcopal Anglicana. Cf. RAIMUNDO, Barreto. *O Movimento Ecumênico e o Surgimento da Responsabilidade Social no Protestantismo Brasileiro*.

Devido aos anseios por uma igreja que pudesse transformar a realidade social e política do povo brasileiro, conferências nos moldes de uma reflexão teológica contextualizada eram iminentes. A primeira Conferência realizada no ano de 1955, teve como tema "A Responsabilidade Social da Igreja". "Foi uma tentativa de estabelecer as bases bíblicas e teológicas para a ação social da Igreja" (CONFERÊNCIA DO NORDESTE, 1962, p.11). Além dessa Conferência, outras três foram realizadas nos anos 1957, 1960 e 1962. A segunda Conferência aconteceu em Campinas, SP e a temática era "A Igreja e as rápidas transformações sociais no Brasil"; a terceira consulta, presidida por Waldo César que era o secretário executivo do Setor de Sociedade e Responsabilidade Social da Igreja, consistia numa temática que envolveu "A presença da Igreja na evolução da nacionalidade". Por fim, a quarta e a mais importante realizou-se no Nordeste em 1962 (BARRETO, 2010, p. 287).

Waldo César declara que:

Não foi fácil conciliar ideias novas, até certo ponto revolucionárias, para as igrejas membros da CEB; porém conseguimos, nos dez anos de existência do Setor, realizar quatro consultas nacionais, cuja evolução temática indica a trajetória de compromisso e envolvimento com a realidade brasileira: "A responsabilidade social da Igreja" (1955); "A Igreja e as rápidas transformações sociais do Brasil" (1957); "A presença da Igreja na evolução da nacionalidade" (1960). E em 1962, ano de muitos tumultos sociais e preparação do golpe militar, realizamos a quarta e última consulta, em Recife, PE, área de grandes conflitos, sob o tema "Cristo e o processo revolucionário brasileiro" (CÉSAR, 2007, p. 51-55).

Assim, a quarta Consulta, conhecida como Conferência do Nordeste, realizada em Recife no ano de 1962 - em pleno curso do governo de João Goulart - teve como tema "Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro". A Conferência contou com a participação de representantes de diferentes denominações protestantes brasileiras (batistas, congregacionais, presbiterianos, episcopais, luteranos, pentecostais, reformados e metodistas livres), entre outras pessoas. Seus líderes foram Carlos Cunha, Almir dos Santos e Waldo César, sendo preletores Sebastião G. Moreira, Joaquim Beato, João Dias de Araújo e o bispo Edmundo K. Sherill" (CONFERÊNCIA DO NORDESTE, 1962, p.9). Essa conferência foi de extrema importância para a evolução dos debates que envolviam as igrejas cristãs como "irmãs" e discutiam o ônus social das igrejas perante as sociedades pobres e oprimidas. A escolha da região Nordeste tinha um significado para os organizadores da Conferência, uma vez que o Nordeste era símbolo de luta e esperança em um futuro pensado sem tantas desigualdades sociais (BARRETO, 2010, p. 35). Joanildo Burity conclui que a Conferência do Nordeste: "foi, realmente, a maior e mais significativa das promoções do SRSI, e também a última, já que, em 1964, logo após o golpe militar, o departamento foi extinto pela CEB". Ou seja, o

Setor de Responsabilidade Social e o Setor de Juventude da CEB foram extintos pelo governo militar quando os conflitos entre progressistas e os conservadores se acirraram, logo após a instauração da ditadura em 1964 (PAIXÃO, 2014, p.40-41).

No geral, a segunda metade do século XX foi o período em que jovens cristãos exerceram militância ativa nos movimentos sociais e políticos de esquerda. Atuando juntamente de líderes católicos, foi possível criar o *ethos* que nos anos 1960 foi intrínseco ao movimento teológico libertário no Brasil. Foi, também, o momento em que “pela primeira vez” protestantes se envolveram profundamente na “realidade social brasileira” e buscaram “estabelecer um diálogo real entre a igreja protestante e a sociedade brasileira de forma mais ampla” (PAIXÃO, 2014, p.40-41).

O período de abril de 1964 a 1985, pode ser caracterizado, de um lado, pelo apoio das Igrejas Protestantes ao regime recém-instaurado; e, de outro, por exemplos de resistências, contra o regime civil-militar. Logo após o golpe civil-militar, Ranieri Mazzilli, como presidente da Câmara dos Deputados, assume a presidência do país por alguns dias concretizando o golpe. De acordo com a retórica apresentada, a subversão, a anarquia e a corrupção precisavam ser expurgadas do novo governo que se iniciaria. Em abril de 1964, Castelo Branco assumiu a Presidência da República e, em seu discurso de posse, foi bastante claro dizendo que o seu mandato terminaria em 31 de janeiro de 1966; porém, permaneceu até março de 1967. Logo, o Supremo Comando Revolucionário (formado por militares nomeados por Mazzilli) promulgou o primeiro Ato Institucional dando plenos poderes ao novo Executivo do país. A partir daí começava-se uma “operação limpeza”, em que foram realizadas uma série de Inquéritos Policiais Militares (IPMs), intervenção governamental em inúmeros sindicatos trabalhistas, o direito à greve foi proibido, importantes organizações civis, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), sofreram intervenção ou foram desarticuladas, um número variado de políticos teve seus mandatos cassados e a suspensão dos seus direitos políticos (DIAS, 2014, p. 186).

Neste contexto, não foi apenas o regime ditatorial que recrudescu, mas também o conflito entre, de um lado, os membros religiosos progressistas a favor da livre expressão e da pregação em prol da justiça social e dos pobres e, de outro, os líderes evangélicos das igrejas históricas protestantes que defendiam a manutenção dos valores tradicionais morais cristãos e combatiam o comunismo ateu. Este cenário tinha como pano de fundo e agravante os valores defendidos pelos militares que correspondiam aos anseios das lideranças eclesiais, ou

vice-versa. Assim, houve uma certa interação entre estas duas forças que foi suficiente para sufocar o movimento ecumênico nas malhas do protestantismo brasileiro.

Todavia, tais ações autoritárias dos militares não arrefeceram os ânimos protestantes de combate aos opositores dos valores conservadores já enraizados em sua doutrina. Pelo contrário. Quanto mais a ditadura vingava e recrudescia, mais as lideranças eclesiais das igrejas tentavam impor aos seus membros uma mentalidade conservadora, anticomunista e antiliberal em aproximação ao novo governo que fora “instituído por Deus” (VILELA, 2014, p. 121). No aspecto político, as décadas de 1960 e 1970 eram as de temor, instabilidade, grande desigualdade social e violência não só no Brasil mas também em outros países da América Latina que viram o poder sendo tomado por governos ditatoriais. Com o golpe militar e a instauração da ditadura, estes aspectos tomaram uma guinada em direção a um grande abismo social, somando-se ao recrudescimento da ditadura, a violência, a censura, a perda de direitos, entre outros.

Neste sentido, passadas as 48 horas tensas e incertas (30 março – 1 abril) do golpe, as lideranças conservadoras das igrejas continuaram demonstrando apoio a ditadura e até mesmo realizando eventos em comemoração do 1º aniversário do golpe civil-militar. Em Pernambuco, no dia 5 de abril, foi publicado no “Jornal do Commercio”, uma matéria em que parte da IPB demonstrava apoio aos militares e pedia para que fosse realizado pelas igrejas, um “culto de ação de graças”:

A Secretaria de Educação Religiosa do Sínodo de Pernambuco, jurisdicionando as igrejas regionais, está recomendando que seja realizado culto de ação de graça pela preservação das garantias nacionais que, em hora oportuna, o valoroso soldado brasileiro soube defende-las. Recomenda ainda orações pelas nossas autoridades – civis e militares que, nesta – nova fase do destino de nosso querido Brasil, sejam inspiradas em toda a justiça e amor para todas as classes sociais principalmente os mais pobres e humildes (VILELA, 2014, p. 119).

Os cultos de ação de graças são eventos de agradecimento que a comunidade evangélica realiza para gratificar à Deus por uma benção alcançada por um membro ou por toda a igreja. Estes cultos estavam sendo bastante disseminados na época, segundo Zwinglio Mota Dias: “as Igrejas faziam muitos cultos de gratidão a Deus pelo Golpe. Pedindo a Deus a benção para um novo Brasil que estava nascendo graças aos militares” (VILELA, 2014, p. 237).

A ala conservadora das igrejas, promovia periodicamente orações e comemorações em agradecimento ao sucesso do golpe e à manutenção da ditadura. Após um ano do evento de

comemoração do 1º aniversário do golpe civil-militar organizado por parte da IPB, outro evento similar ocorreu e foi divulgado no mesmo “Jornal do Comercio” em 1965. Dessa vez, a Igreja Presbiteriana da Boa Vista, fez uma matéria divulgando a realização de um culto de agradecimento, pela manutenção do regime militar, e contou com a participação de representantes das forças armadas e vários políticos locais (VILELA, 2014, p. 229 – 231).

Além dos cultos e orações de comemoração, se utilizavam do jornal oficial da igreja para nutrir e propagar o sentimento de vitória em relação ao comunismo. Por exemplo, o “Jornal Brasil Presbiteriano” da IPB e o jornal “Batista” da Igreja Batista, entre outros, massivamente publicavam matérias explicitando o desejo de combater o comunismo dentro das igrejas ajudando também a limpar o país dos subversivos e a garantir a manutenção dos valores tradicionais conservadores das igrejas (VILELA, 2014, p. 121). Mais à frente veremos como os jornais foram usados como forma de propaganda oficial das igrejas em alinhamento aos militares, principalmente, durante a ditadura.

Os líderes religiosos conservadores também se utilizavam de outros meios para “limpar” as igrejas dos “ecumenistas”⁴. Faziam isso perseguindo, expulsando das igrejas ou seminários e delatando membros esquerdistas e comunistas para as forças armadas. O que fez com que enormes setores de jovens leigos ou pastores, perseguidos dentro e fora das igrejas, tivessem que interromper suas atividades religiosas para viverem na clandestinidade ou mesmo se exilarem em outro país para sobreviverem ao período de terror.

Nas palavras de Zwinglio Mota:

Aqueles que estavam organizados em estruturas supradenominacionais ou ecumênicas como a União Latino Americana, a União Brasileira de Juventudes Evangélicas (BRAJE) que depois se transforma em União de Juventudes Ecumênicas ou a União de Cristãos Estudantes do Brasil passam a ser repelidos pelas estruturas das igrejas, sofrem uma perseguição muito forte, dentro e fora das igrejas, e acabam sendo completamente desestruturadas e desorganizadas (MUROS E PONTES, 2014, recurso online).

Para os membros progressistas das igrejas evangélicas, os pastores conservadores não estavam preparados para lidar com a efervescência jovem intelectual e política do momento. Neste cenário, Anivaldo Padilha rememora o período em que a sua juventude religiosa olhava para as instituições e “não sobrava pedra sobre pedra”. Segundo ele, essa juventude ao questionar “a igreja, as sociedades, os partidos e o governo da forma com que ele era organizado” ameaçava os pastores, “com razão”, pois estes não estavam preparados para

⁴ Segundo Zwinglio Mota Dias, este termo é o resultado da junção de ecumenismo com comunista dado pelos militares aos “subversivos” religiosos. Cf. Documentário Muros e Pontes, 2014.

dialogar e argumentar. Portanto, “questionar as instituições era, na verdade, questionar o autoritarismo que as permeavam e orientava o comportamento das lideranças das igrejas e da sociedade” (MUROS E PONTES, 2014, recurso online).

Nesta perspectiva, muitos jovens cristãos engajados politicamente e que não estavam alienados às transformações político-sociais as quais o país passava, na medida em que eram reprimidos e perseguidos, resistiam intensamente às arbitrariedades presentes nas ações do governo político e do governo religioso.

A Igreja Católica, e a liderança das Igrejas Protestantes, como é sabido, apoiaram o golpe civil-militar mas, enquanto estas últimas, em sua maioria, continuaram apoiando o governo, a Igreja Católica se voltou contra e assumiu um papel de destaque na luta contra a repressão, tortura e na defesa dos direitos humanos, principalmente após serem instalados os sucessivos Atos Institucionais cerceando as liberdades individuais do povo (VILELA, 2015, p. 74). As diferentes denominações cristãs protestantes continuavam alinhadas na luta ideológica e político-social contra a “ameaça da instalação do comunismo”, boato que fora excessivamente espalhado pela mídia e pela política norte-americana que refletiu no mundo e, especificamente no Brasil nos momentos iniciais do golpe.

Em 1966 seriam convocadas novas eleições diretas para presidente do Brasil, mas isso não aconteceu. A sucessão de Atos Institucionais possibilitou que a escolha do novo presidente fosse em moldes antidemocráticos, através de eleição indireta ocorrida no Congresso Nacional (OLIVEIRA, 2007, p.103). A ditadura, altamente repressiva, usou da prática de perseguição e tortura para neutralizar e eliminar os opositores políticos e os grupos considerados subversivos. A tortura não foi uma prática que ocorreu em casos isolados, mas foi sistematizada e legitimada durante a ditadura.

Os Atos Institucionais fortaleceram o poder Executivo de forma que este exerceu amplo controle sobre os poderes Legislativo e Judiciário. O AI-1 dava poderes ao regime militar para cassar mandatos, suspendendo os direitos políticos por dez anos. João Goulart, Luiz Carlos Prestes, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e Leonel Brizola foram os primeiros a serem cassados, enquanto o próximo, o AI-2, assinado Castello Branco em 1965, além do fortalecimento ampliação do poder Executivo, estabeleceu eleições indiretas para presidente da República e extinguiu todos os partidos políticos instituindo o bipartidarismo, com a criação de duas agremiações políticas: Arena (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Posteriormente, o AI-3 estabeleceu eleições indiretas, realizadas por colégios eleitorais, para os cargos de governador e vice-governador. O AI-4

compeliu o Congresso a discutir e aprovar uma nova Constituição com características autoritárias e o mais duro golpe do governo institucionalizado como o AI-5 em 1968, que definiu o momento mais autoritário da ditadura, “dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados” (D'ARAÚJO, 2017, recurso online). O AI-5 foi baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva e configurou numa resposta radical e intolerante às críticas e contestações da política, já bastante expressivas e significativas, no período. O ano de 1968 representou o momento de maior expressão dos movimentos de protesto contra a ditadura (DIAS, 2014, p. 186): Os movimentos estudantis se intensificaram, os artistas, cantores, a elite intelectual, a Igreja Católica, entre outros setores, se associaram num combate intenso contra os militares. O país estava dividido ideologicamente e politicamente como nunca antes visto. O Ato Institucional de número 5 autorizava o presidente da República:

[...] em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus. No preâmbulo do ato, dizia-se ser essa uma necessidade para atingir os objetivos da revolução, "com vistas a encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país". No mesmo dia foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado - só em outubro de 1969 o Congresso seria reaberto, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República (D'ARAÚJO, 2017, recurso online).

Em 1969, ainda nos ventos do AI-5, foi promulgado o AI-14, que estabelecia a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento do país dos que eram considerados terroristas e atentavam contra a nova Lei de Segurança Nacional (LEE-MEDDI, 2017, recurso online).

Mesmo sabendo do tratamento abusivo a que eram expostos os presos políticos, muitos pastores e bispos, como informantes do DOPS, denunciaram membros da igreja para o governo sem a preocupação, que se esperava de um religioso que agia em nome de Deus, com a integridade física, psicológica, moral e espiritual dos delatados ou com a liberdade de opinião e expressão dos mesmos (CNV, 2014, p. 176-177). Como foi o exemplo do bispo Isaías Sucasas e seu irmão o pastor metodista José Sucasas Júnior que eram informantes do DOPS-SP e denunciaram aos órgãos de repressão de São Paulo, em 1968, membros da sua própria congregação (SCHIMIDT, 2016, pág. 127). Entre os membros delatados estava o metodista Anivaldo Padilha sob acusação de infiltração comunista na Igreja Metodista. Neste momento a Faculdade de Teologia de orientação presbiteriana estava em crise e

consequentemente Padilha havia sido demitido do Departamento da Juventude da Igreja Metodista, mas continuou como redator do jornal clandestino e extraoficial Cruz de Malta que era de órgãos distintos.

O jornal “Cruz de Malta” era mimeografado e enviado para todo o Brasil. Juntamente da declaração de denúncia feita pelos irmãos Sucasas ao DOPS-SP estava anexado uma edição do jornal com anotações chamando Padilha de subversivo e comunista (MUROS E PONTES, 2014, recurso online). Daniel Schimidt (2016) publica em seu livro, o documento com as anotações, que descobriu no Arquivo Público de São Paulo. Anivaldo Padilha, em um depoimento para o documentário *Muros e Pontes* de 2014, explica como teve conhecimento de sua delação por parte do pastor metodista:

No momento dos interrogatórios, os militares supunham que a gente era membro de alguma organização clandestina e inicialmente pensavam que era do partido comunista brasileiro - PCB. A gente negando que era comunista, eu negando e negando que era membro de qualquer partido ou alguma organização, eu estava sendo torturado, e um dos torturadores gritou comigo [...] “você quer que eu acredite em você ou no pastor que afirma que você é comunista?”. Naquele momento eu descobri que tinha sido delatado também por um pastor (SCHIMIDT, 2016, pág. 127).

Acrescenta ainda, na entrevista concedida à revista “Isto É” em 2011, a sua indignação quanto à atitude de delação dos próprios líderes da igreja: “Eu acreditava ser impossível que alguém que se dedica a ser padre ou pastor, cuja função é proteger suas ovelhas, pudesse dedurar alguém” (CARDOSO, 2011, recurso online).

A respeito da colaboração explícita de líderes evangélicos com o discurso anticomunista, Leonildo Campos conclui:

Houve determinado momento em que líderes religiosos ocupavam cargos importantes na chefia dos setores de Segurança do Exército. Eram pessoas que realmente tinham poder. O regime se sustentava em cima de duas coisas importantes. Por um lado, censura e propaganda, e do outro, repressão. Na década de 1970, o chefe do Serviço Secreto era um pastor presbiteriano e o chefe da propaganda também (PROFESSOR, 2012, recurso online).

Curiosamente, os religiosos delatados aos órgãos de repressão eram chamados de “cor-de-rosa” pelas lideranças eclesiais. A cor rosa fazia alusão à ideia de que os jovens opositores da ditadura eram comunistas disfarçados. Neste sentido, o comunismo é remetido pela cor vermelha, ou seja, os comunistas seriam os “vermelhos atenuados que se passavam por evangélicos para propagar as ideias subversivas no meio eclesial” (ZACHARIADHES, 2009, p. 45).

É importante ressaltar que alguns dos evangélicos (pastores, presbíteros e bispos) que denunciavam leigos de suas respectivas comunidades para as forças de segurança, ou seja, trabalhavam a favor do aparelho militar, eram beneficiados e premiados com a indicação para cargos de governadores estaduais. Segundo Leonildo Campos, ocupavam até mesmo para “cargos de altos escalões na administração pública municipal, estadual e federal”(CAMPOS, 2010, p. 170). Acrescenta ainda que:

Os pastores aliciados pelo regime cooperavam também participando de cursos da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) e na ministração de aulas de moral e civismo em colégios públicos e particulares (CAMPOS, 2010, p. 170).

Antonio Carlos Oliveira, por exemplo, afirma que Benjamin de Moraes e Hélio Gueiros, foram um dos autores dos Atos Institucionais de número 5 e 2, respectivamente, e também eram protestantes, inclusive Moraes chegou a ser presidente da Comissão Igreja e Sociedade em 1957 (DIAS, 2014, p.44). O general Humberto de Souza Melo era membro da Igreja Batista, o general Daltro Santos membro da Metodista e o deputado Daso Coimbra da Igreja Congregacional. Assim, é notável que o golpe de 1964, teve uma grande capacidade de mobilização em, praticamente, todos os setores conservadores da sociedade. Em razão disso, Oliveira, acrescenta que:

Alguns [religiosos] até com participação efetiva, como aquele bispo Metodista lá de São Paulo que era do DOPS, que faziam o papel de policial. Tem o caso de um pastor que era sargento da Aeronáutica e me disseram que ele colaborava. [...] Você chega pra um pequeno comerciante, de uma cidade dessas e diz: nós estamos numa batalha contra o comunismo ateu que quer tomar seu negócio... Eles criaram colaboradores em tudo quanto foi cidade. A oligarquia local, de toda as cidades, está aberta pra esse negócio. O pavor do comunismo e tal e coisa. Então eu acho que basicamente a Igreja foi uma forma de apoio (DIAS, 2014, p.44).

O professor João Dias de Araújo, cita em sua obra, o pastor Jovelino Ramos, explicitando o que foi destacado acima quanto ao envolvimento de protestantes na máquina repressora do Estado, neste caso especial da família Gueiros:

Três presbiterianos da ilustre família Gueiros vem tendo participação ativa no delineamento dos destinos do país desde a deposição do presidente Goulart. Eraldo Gueiros Leite, no momento em que escrevemos, é Procurador da Justiça Militar, Evandro Gueiros é Procurador da Justiça Cível e Nehemias Gueiros entrou para a história como redator do Ato Institucional nº2, que declarou extintos os partidos políticos no Brasil era irmão desse Israel Gueiros (o mesmo que fundou a Igreja Presbiteriana Fundamentalista no Brasil). Vale mencionar o nome de Jeremias Fontes, outro filho do protestantismo (presbiteriano) designado por Castelo Branco e

eleito em pleno indireto para governador do Estado do Rio. [...] (ARAÚJO, 1982, p.64).

Indo além, é possível descobrir outros nomes de oficiais militares, até mesmo da alta patente, que eram presbiterianos e tinham papel importante no regime ditatorial, como Renato Guimarães (presbítero chegou a ser vice-presidente da IPB), o Teodoro de Almeida, o major Carlos Brilhante Ulstra (foi comandante do DOI de SP) e o Walter Faustini (PAEGLE, 2006, p.82). Outrossim, José Vieira Rocha ao ser entrevistado pelo professor Leandro Seawright citou o pastor batista Rubens Lopes como um “grande nome aliado aos militares que estavam no comando da Revolução de 1964” (SEAWRIGHT, 2016, p. 359.) A vida de Rubens Lopes é marcada pelo trabalho de proclamação do evangelho, falando de Jesus e do seu amor para todo o Brasil, “inclusive para figuras importantes da história nacional, como os presidentes da República Marechal Castelo Branco e presidente Costa e Silva” (ENTREVISTA, 2014, recurso online).

Nesta conjuntura cada vez mais protestantes se envolveram com a política – partidária ou não. Outro exemplo, consiste em uma Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP) que foi instaurada no governo de Emílio Garrastuzu Médici (1969-1974), e constituía um organismo incumbido de coordenar a propaganda da ditadura civil-militar em cada Estado brasileiro. No Estado de São Paulo, por exemplo, o chefe da repartição era o Rev. Sérgio Paulo Freddi, pastor da Igreja Presbiteriana Independente-SP e um dos redatores do jornal *O Estandarte* (ROSA, 2012, recurso online). Outros estudiosos, como Paul Freston (2001) e René Dreifuss (2006) também perceberam essa influência dos militares, após o golpe, nos líderes religiosos, oferecendo acesso a altos cargos da administração pública do país, ou seja, analisaram a capacidade das Forças Armadas em “sociabilizar e/ou doutrinar” diversos setores civis (VILELA, 2010, p.5).

No cenário do governo Médici, o jornal *O Estandarte* – órgão oficial de comunicação da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB) – estampou uma página inteira com o coral da IPI de Brasília, que na ocasião, entoou cânticos para o presidente (ADROALDO, 2016, p. 71). Médici compartilhava da opinião de que “as regras da moral e da Igreja eram fundamentais para a vida da sociedade, alicerce sólido do grande edifício da Nação” (ADROALDO, 2016, p.17).

Já no meio católico houve um pleno reconhecimento do erro em apoiar a ditadura civil-militar e, muitos, voltaram atrás. Nesta perspectiva, Leonildo Campos, infere que foi:

A partir de 1968, enquanto o clero católico se afastava do regime militar que os evangélicos passaram a dar um apoio ostensivo aos militares. Isso ocorreu tanto com pastores e leigos presbiterianos, presbiterianos independentes, metodistas, batistas, luteranos (em parte) e outros mais. Esse apoio pode ser facilmente rastreado nos jornais evangélicos da época, quer no noticiário como nos editoriais.⁵

Os católicos perceberam que a defesa dos direitos humanos era um dever intrínseco da igreja e que esses valores não estavam presentes nas ações políticas, sociais e militares da ditadura. Se reestabeleceram e passaram a lutar. Na declaração abaixo de Dom Paulo Arns 30 anos depois da ditadura, fica claro o novo posicionamento da igreja frente às arbitrariedades do regime. Para ele, a Igreja ao apoiar o golpe, fez uma “procissão grande em favor da paz” que seria a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em que “todos pediam por uma mudança” mas alega que não queriam uma mudança militar. Diz que entre 1979 e 1985 colecionou “dados referentes às pessoas que sofreram com a Revolução” e com os dados puderam compor o livro *Brasil: Nunca mais*. Segue ainda afirmando a força do povo brasileiro e defende uma transição para uma democracia plena: pela defesa do que criam (RIBEIRO, 2017, recurso online).

E por isso nós dizemos: Nós não queremos nunca mais uma Revolução semelhante àquela mas gostaríamos que a transição fosse debatida, discutida, levada a frente e construída, afinal, pelo povo brasileiro. Portanto, não queremos mais ditadura. Chega! Nós queremos democracia e o povo participando e exercendo plenamente a sua cidadania. O povo é muito mais forte do que ele imaginou até hoje. Vamos revelar esta força mas sem violência (ARNS, 1994, recurso online).

Inferimos, portanto, que as Igrejas Protestantes em seus setores majoritários, não priorizaram e defenderam, como vários setores da Igreja Católica após a intensificação da repressão, a liberdade de livre-expressão e os direitos humanos.

O ano de 1974 foi bastante significativo para os evangélicos, pois pela primeira vez, um protestante assumiria o mais alto cargo público no país. O general e protestante de confissão luterana Ernest Geisel foi “indicado pelas Forças Armadas para assumir a presidência da República e, sua eleição via colégio eleitoral, ecoou entre as várias denominações evangélicas” (ADROALDO, 2016, p. 129).

De acordo com Adroaldo Almeida, o jornal *Ultimato*⁶, de orientação evangélica, em abril de 1974, publicou em primeira página uma matéria entusiasta comemorando a eleição de

⁵ Entrevista de Leonildo Campos concedida para a autora. São Paulo: dezembro de 2016 (Arquivo pessoal).

⁶ O jornal *Ultimato*, mesmo de orientação evangélica não estava atrelado a nenhuma denominação evangélica. Surgiu como iniciativa do presbiteriano Elben César e segundo a tese de Adroaldo Almeida, 2016, em nota de rodapé na p.130, explicita que para Elben César o intuito era criar um jornal “sem cor denominacional” mas que

Geisel à presidência. Anunciava que aquela era “uma evolução histórica e sociológica” que permitia um general e luterano de origem alemã “ascender à magistratura do país”(ADROALDO, 2016, p.130). Almeida, destaca também uma citação com trecho de uma publicação da redação do jornal “O Estandarte” – órgão oficial de comunicação da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB) de junho de 1974, que demonstra a grande aceitação de membros religiosos adentrarem os organismos públicos do país:

Como vemos, Deus tem colocado seus servos em posição de destaque em nosso país. [...] Muitas igrejas não gostam de falar em política, mas achamos que já está no tempo de nossos pastores orientarem seus membros (não na hora dos serviços religiosos) quanto à maneira de votar em candidatos evangélicos. Precisamos muito de homens crentes e consagrados, dentro das Assembleias, Câmaras e Senado. Os evangélicos devem assumir cargos importantes no governo, onde terão oportunidade de testemunhar de Cristo e defender os direitos dos cristãos em qualquer necessidade que surgir (ADROALDO, 2016, p.130).

As lideranças religiosas evangélicas aderiram ao golpe civil-militar e após 1964, alcançaram importantes cargos nos órgãos públicos dos governos ditatoriais. Entre 1964 e 1974, momento mais duro e violento da ditadura, os evangélicos presbiterianos apoiaram publicamente e sem constrangimento o regime. Já o ano de 1974 inaugurou uma nova fase tanto na política com a eleição de Ernesto Geisel com a promessa de abertura para a democracia, como no protestantismo. No interior das igrejas, alguns grupos continuaram destacando a necessidade de agirem na política e de influírem no destino nacional, e aos poucos, procuraram se adaptar ao prenúncio de uma democracia. No período de 1975 à 1985, conhecido como momento de distensão e abertura política, foi marcado também pelo recrudescimento das lutas democráticas. Movimentos estudantis e de diversos setores civis pressionavam o fim da ditadura. Adroaldo compreende na sua tese, que as igrejas, sobretudo a IPI, assim, como o governo, exteriorizavam uma ambivalência simplificada na ideia de “bater e assoprar”. Tinham ações que caracterizavam uma redemocratização, no governo e nos templos, mas ainda continuavam mantendo a postura conservadora e autoritária (ADROALDO, 2016, p. 84). Acrescenta ainda uma observação que pode ser usada também para compreender o caso de outras denominações protestantes na época. Afirma que entre as lideranças da IPI, houve uma política de conciliação que “garantiu que posições conservadoras e progressistas coexistissem, sempre na perspectiva de se manter a unidade da igreja” (ADROALDO, 2016, p. 85).

“preenchesse a lacuna que outros jornais evangélicos não cumpriam; propagar a fé evangélica fora dos arraiais evangélicos.”.

Até o fim da ditadura em 1985, muitos grupos evangélicos dentro de suas igrejas e nos meios políticos continuaram debatendo os novos rumos do Brasil e do protestantismo brasileiro. Uns continuaram ferrenhos apoiando a ditadura e os valores conservadores e autoritários dentro das igrejas, enquanto outros, perceberam que por muito tempo a igreja esteve ausente dos problemas das sociedades mas que era importante agora, “estar ao lado do povo e das classes oprimidas” (ADROALDO, 2016, p. 98). Houve apoio de religiosos nas campanhas de Diretas-Já, na criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia e no projeto político e nacional de redemocratização do país (ADROALDO, 2016, p. 101). Mesmo com o impacto do contexto político brasileiro e os novos desdobramentos internos nas igrejas, podemos concluir que até o fim da ditadura, as igrejas estiveram integralmente alinhadas ao regime. E, após a redemocratização, estas mesmas, se calaram e silenciaram sobre o assunto.

A análise dos discursos das lideranças evangélicas no pré-golpe e no pós-golpe civil-militar no Brasil, esclarece a convergência entre as igrejas protestantes e a ditadura e, também, as divergências existentes entre os protestantes heterodoxos em razão do comportamento conservador e autoritário das igrejas e dos militares detentores do poder na época. Um lado se esforçava para manter a ordem e os valores morais e conservadores entre os membros das igrejas e, conseqüentemente, na sociedade como um todo. O outro lado se preocupava com as emergentes realidades sociais e as transformações políticas que ocorriam no país. Comprometidos com os ideais de igualdade e justiça, iam de encontro com as lideranças eclesíásticas e combatiam a ditadura instaurada em 1964. O cenário nacional era um golpe de Estado que impôs à população brasileira um governo estritamente autoritário, violento e repressivo. O golpe representou uma sucessão de governos substancialmente militares mas garantidos com o apoio de diversos setores civis.

Havia um “elemento quase religioso” na entrega do país nas mãos do governante que conseguisse garantir e convencer o povo de que extinguir o comunismo, o ateísmo e a subversão era o melhor caminho a seguir. E quanto mais o governo apertava as rédeas os religiosos evangélicos, identificando-se com o conservantismo político, se aproximavam e colaboravam com a máquina repressora do Estado. Neste sentido, tais igrejas tiveram postura contrária à defesa dos direitos humanos, denunciaram e puniram sem a necessidade de provas, e, na mesma medida, os militares condenaram culpados os religiosos sem o direito de defesa.

Jovelino Ramos sintetiza a confluência entre as igrejas e a ditadura civil-militar:

A [igreja] identificou-se com o conservantismo político; condenou os renovadores como modernistas, mundanos e comunistas; postulou que a Igreja nada tem a ver

com a situação social; acabou com a organização dos jovens, participou da marcha da família, fechou o Setor de Responsabilidade Social da Igreja; denunciou ao DOPS e SNI muitos pastores e leigos como subversivos e corruptos; expulsou dos seminários professores considerados ‘avançados’ e baixou o nível da educação teológica; e, através de uma astuta manobra política, tirou os elementos ‘suspeitos’ dos postos importantes da hierarquia eclesiástica (ARAÚJO, 1982, p.67-68).

Em suma, este período da história brasileira, resultou em alianças e conflitos entre os religiosos protestantes e a ditadura civil-militar, conseqüentemente, foi palco de graves violações dos direitos humanos.

2.1. TRAUMAS E REPARAÇÃO: O PROCESSO TRANSICIONAL NO BRASIL

Os anos da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) deixaram profundas marcas na sociedade. A segunda ditadura que o Brasil vivenciou, a pior e mais dolorosa, até hoje é cercada de controvérsias e de pontos obscuros. Foi um período que transitou desde o caminho de histórias de torturas, perseguições, assassinatos, autoritarismo, censura, repressão e medo ao caminho do milagre econômico, respeito imposto, segurança seletiva, corrupção velada e liberdade vigiada.

Notavelmente, deixou grandes marcas nas pessoas e mazelas sociais profundas que influem na sociedade brasileira dos dias atuais. Por outro lado, a ditadura civil-militar brasileira lançou marcas que perpetraram histórias de vida e de sobrevivência. Como resultado, temos o encontro da História e de histórias que tentam nos ensinar sobre o período em voga.

Em regimes autoritários se faz comum a violação aos direitos humanos através de mecanismos repressivos e violentos. Durante o processo de abertura para o retorno de governos democráticos, é comum que aqueles que comandam o regime se previnam de que “seus atos sejam investigados e punidos através da edição de leis que garantirão a impunidade das violências praticadas”(OLIVEIRA, 2018, p.1). Um exemplo, foi a Lei da Anistia, insuítada com a abertura política no governo de João Figueiredo, em que o Estado brasileiro mediante a necessidade de reconhecimento dos crimes compreendidos entre 1961 à 1979 e do início de uma “transição” mais aberta e “democrática” concedeu anistia a todos, dentro do período citado, que cometeram crimes políticos, concedendo perdão até mesmo aos torturadores e assassinos.

Dessa forma, os nossos governantes do período ditatorial perpetuaram a política do esquecimento e da impunidade. No Brasil, após a volta de governos civis e democráticos, as

lembranças do passado violento ficaram restritas às vítimas e aos familiares de mortos e desaparecidos políticos, que sozinhos ou através de grupos relacionados aos direitos humanos, tentam reconstituir o passado e alcançar a justiça.

É neste cenário que a Justiça de Transição (JT) se faz necessária. Justiça de Transição consiste num conjunto de aparatos judiciais e não judiciais necessários para defrontar e superar a herança da violência deixada na sociedade e nas instituições por um regime ou governo anterior violento e ditatorial. A busca pelo reconhecimento das marcas deixadas pela violência evidencia um maior interesse no direito à memória e à verdade e no fortalecimento de instituições de preceitos democráticos garantindo que os crimes de violações do direitos humanos não se repitam (SOARES, 2010, recurso online).

Surgiu num contexto de conjunturas que se desenvolveram na segunda metade do século XX em vários países se consolidando mais especificamente a partir dos anos 1980. Conjunturas essas que consistiam numa busca por reparação, justiça e verdade em resposta às mudanças políticas em países latinoamericanos e da Europa oriental. Em outras palavras, os Estados na medida em que se libertavam dos regimes ditatoriais, demandavam cada vez mais, pela necessidade de uma busca por transição e justiça que apenas seria possível dentro de um conjunto de mecanismos legais organizados pelo Estado em simbiose com a população civil (SOARES, 2010, recurso online).

Cada país se encarregou de criar o seu próprio modelo de Justiça de Transição dentro das necessidades especiais e peculiaridades de cada sociedade (SOARES, 2010, recurso online). Assim, não existiu um modelo único de JT mas os países que se propuseram a passar pelo processo de transição tiveram que dispor de algumas medidas comuns para a efetividade do direito à verdade, como prevenir violações de direitos humanos; oferecer instrumentos que permitam a elucidação de situações de violência e reparação material e simbólica destinada às vítimas (SOARES, 2010, recurso online). Um pouco além, o Centro Internacional de Justiça de Transição (ICTJ) estabelece alguns aspectos simples de Justiça de Transição sob a forma dos três pilares “memória, verdade e justiça”, tais como criar comissões da verdade e programas de reparação aos vitimados pelo governo no qual houve graves violações dos direitos humanos. A transição seria o caminho para a consolidação de valores democráticos.

Portanto, com a redemocratização, diversas ações foram postas em prática pelos governos que se sucederam e pela sociedade civil organizada em suas diversas formas, com intuito de que conheçamos nossa própria história. A criação da memória histórica e o conhecimento do que ocorreu de fato, nos anos ditatoriais no Brasil, são essenciais para que

fatos como os que se passaram não mais se repitam. Sobretudo, a força dos familiares de pessoas que foram mortas na ditadura e que solicitam explicações para entender o que aconteceu com seus entes, é determinante para que ações governamentais sejam postas em prática (MEMÓRIAS DA DITADURA, recurso online).

Os países que vivenciaram períodos de ditadura e de violação dos direitos humanos, se propuseram a passar pela Justiça de Transição, durante a redemocratização. Argentina, Chile e Peru, entre outros, nossos vizinhos do Cone Sul, também viveram ditaduras e superaram o período através do tripé “verdade, justiça e reparação” da justiça de transição:

Houve, e ainda há, processos e julgamento de militares pela violação de regras jurídicas internacionais que consideram crime sem prescrição, especialmente o de tortura e assassinato de opositores do regime (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

Já o Brasil, não superou em sua completude a Justiça de Transição muito por causa da Lei 6.683 (Lei da Anistia) promulgada pelo Congresso no dia 28/8/1979. A Lei de 1979 ao tentar anistiar, de forma geral, todas as vítimas sem condenações do governo, sistematizou uma espécie de impunidade e injustiça já que não imputou punições aos autores dos crimes. Segundo Leonildo Campos:

Já era uma lei esperada desde a metade daquela década quando surgiram os comitês pró-anistia, com mais força durante o governo Geisel, com a prometida “abertura lenta, gradual, e segura”. O País já estava farto de 15 anos de desrespeito aos direitos humanos, do uso da violência por parte do governo, como uma política de Estado, colocada racionalmente e executada por zelosos funcionários burocráticos, que se vangloriavam de estar cumprindo ordens (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal)

A partir de meados dos anos 1970, surgiram movimentos da sociedade civil exigindo “anistia já, completa e irrestrita” que se institucionalizaram em movimentos como o Movimento Feminino pela Anistia, Comitê Brasileiro pela Anistia, Grupo Tortura Nunca Mais, e outros. A ala majoritária dos militares começava a preparar a volta aos quartéis, com a saída do controle dos aparelhos de Estado que ocupavam desde os primeiros dias de abril de 1964. Entretanto, os militares, minoria, conhecidos como linha dura resistiram. Especialmente após a promulgação da Lei de Anistia, Leonildo Campos declara que:

Vários militares praticaram atentados terroristas, entre eles, o Atentado do Riocentro, já no começo dos anos 1980. Tanto que escrevi um pequeno artigo publicado no primeiro número da revista Tempo e Presença, do então Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), hoje Koinonia. Nesse artigo

comparei a chegada da anistia com o despertar festivo anunciado em uma música de Chico Buarque de Holanda: “Amanhã há de ser outro dia...”. A anistia seria uma festa, depois de uma longa noite escura. Víamos como a chegada de um momento de catarse nacional! (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

A grande questão é que a Lei da Anistia apenas acobertou os crimes ocorridos durante a ditadura militar. Foi como um “pacto entre militares, políticos, e parte da sociedade civil”, que levou o país a aceitar uma “anistia que privilegiava torturadores e responsáveis pelas violações dos Direitos Humanos” (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal). Em outras palavras, a Lei da Anistia, solução encontrada para o desenvolvimento de uma Justiça de Transição na época, não só anistiou os atingidos pela ditadura como “perdoou também os torturadores e assassinos” (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal), abrindo espaço para que, posteriormente, movimentos surgissem pedindo a revisão desta lei.

Neste seguimento, para Fernando Perlatto e Cristina Buarque de Hollanda, o processo de transição no Brasil, teria rejeitado as atribuições penais aos torturadores, substituído as responsabilizações individuais em detrimento de uma ampla exercida pelo Estado. Também acreditam que nosso processo transicional não contribuiu devidamente para os esclarecimentos sobre a violência da ditadura:

Nesse caminho transicional próprio, que recusou o princípio retributivo e penal, a anistia reparadora foi articulada pelo Estado como forma de justiça. A responsabilização difusa do Estado substituiu a apuração de responsabilidades individuais. A despeito de uma notável máquina indenizatória e não obstante alguns avanços institucionais importantes no sentido de esclarecimentos sobre o passado autoritário, o conhecimento sobre a violência da ditadura seguia precário e inarticulado, legado a memórias de vitimação e fragmentos de informação institucional. O Estado reparador não era agente de esclarecimento (PERLATTO, 2017, p.3).

Um dos casos mais emblemáticos de tentativa de resgatar a verdade dos diversos militantes que lutavam contra a ditadura militar foi o Projeto Brasil: Nunca Mais realizado clandestinamente entre 1979 e 1985 por Dom Paulo Evaristo Arns, Henry Sobel e Jaime Wright, entre outros. Organizaram um dossiê onde sistematizaram informações dos processos do Superior Tribunal Militar e reuniram processos, depoimentos e dados sobre pessoas presas, mortas e desaparecidas, além de relatos de tortura. Outros dois dossiês também foram criados para esclarecer os eventos relativos ao período em voga, o “Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)” com foto e circunstância de morte ou desaparecimento de cada pessoa citada e um dossiê “oficial” do Estado contando as histórias dos crimes cometidos por seus agentes durante a ditadura, produzido pela Secretaria Especial

de Direitos Humanos da Presidência da República, sob a gestão do então ministro Paulo Vannucchi (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

O direito à verdade, assim como o princípio fundamental da Justiça de Transição, é “definido como o direito a conhecer as graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado para, ao torná-las públicas, evitar sua reincidência” (LOPES, 2016, p.11-23). Entendemos que a efetividade do direito à verdade “somente se perfaz com o conhecimento irrestrito dos crimes” cometidos pelo Estado ditatorial “somado à perspectiva da urdidura de mecanismos para sua não repetição” (LOPES, 2016, p.11-23).

Assim, dois fatores que possibilitaram a efetividade do direito à verdade acerca da ditadura consistem nas “discussões levantadas pelos grupos de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos políticos” e, no “fortalecimento dos partidos identificados com as lutas políticas por verdade, memória e justiça”. Tais ações, progressivamente, foram possibilitando maiores informações e esclarecimentos acerca das violações dos direitos humanos cometidas pela ditadura e levantaram uma discussão nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário resultando na criação de instrumentos institucionais, representados, pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e pela Comissão de Anistia (CA) (LOPES, 2016, p.11-23).

Dessa forma, o ano de 1995, simbolizou um momento importante para a justiça de transição no Brasil. O país se propôs à rediscutir a Lei da Anistia e a reparação começou a se dar pela Lei 9.140, que fez o Estado Brasileiro reconhecer a sua “responsabilidade pela prisão, tortura, assassinato e desaparecimento do corpo de centenas de opositores do regime militar” (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal). Reconheceu como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas entre 1961 e 1979. Ou seja, foi um primeiro passo para que familiares conseguissem atestados de óbito de seus parentes desaparecidos e para que pudessem resolver questões legais. Além disso, a Lei 9.140 criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) que dispôs de atestados de óbito para determinadas vítimas, e tinha como objetivo principal:

Promover a busca de informações e a construção de instrumentos que permitam a elucidação de violações contra os direitos humanos ocorridas durante a ditadura civil-militar brasileira (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

Uma ação de grande importância da CEMDP foi conceder a reparação prevista na lei por meio de indenizações e tentar localizar e identificar restos mortais de desaparecidos políticos, para devolvê-los às suas famílias (MEMÓRIAS DA DITADURA, recurso online).

A CEMDP representou o primeiro esforço institucional do Estado brasileiro de promover a busca e o reconhecimento dos mortos e desaparecidos políticos e, assim, possibilitar que familiares realizassem o período de luto e enterrassem os seus mortos, pertinente à dimensão da verdade e da memória na justiça transicional (LOPES, 2016, p. 13).

Em 13 de novembro de 2002 a Lei no 10.559/2002 conseguiu a regulamentação do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e instituiu a Comissão de Anistia (CA) do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O objetivo era de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações dos direitos humanos cometidas entre 1946-1985. A Comissão foi composta de 25 conselheiros, a maioria agentes da sociedade civil ou professores universitários. Até janeiro de 2015, haviam declarado mais de 43 mil pessoas anistiadas políticas com indenizações que chegaram a R\$ 3,4 bilhões.

Houve um prejuízo causado pela ditadura a milhares de brasileiros. E, portanto, o Estado tem o dever de, nada mais nada menos, devolver aquilo que foi roubado desses cidadãos. São todos valores que pertenceram ao patrimônio dessas pessoas e que foram, arbitrariamente, retirados. É o custo da ditadura (EVANDRO, 2014, recurso online).

A Comissão da Anistia teve que enfrentar diversos problemas para julgar os casos de indenizações, por exemplo, é impossível mensurar a dor, o sofrimento e as sequelas das torturas e estabelecer um produto financeiro de todas as perdas e traumas. Além disso, o Estado ao tentar reparar economicamente as vítimas demonstrou uma infeliz inversão de valores, no qual as pessoas que perderam seus empregos em decorrência das arbitrariedades da ditadura acabaram recebendo uma indenização muitas vezes maior que a família de uma pessoa morta. Assim, teria o Estado falhado em “relacionar as indenizações a serem concedidas a rendimentos não recebidos, em vez de aos crimes sofridos” (ARRUDA, 2009, recurso online). Uma pessoa não teria recebido indenização pelo crime sofrido mas pela perda econômica.

Por outro lado, a comissão conseguiu anistiar e indenizar um grande número de vítimas, e tal reparação financeira acabou sendo importante “desde o uso para questões relacionadas à condição de saúde, até mesmo para questões de ordem de subsistência” (RENA, 2016, p.44).

Anivaldo Padilha, por exemplo, teve que deixar sua esposa grávida no Brasil e partir para seu exílio. Perdeu seu emprego, seus círculos sociais, o convívio com sua esposa grávida e teve ainda o déficit emocional por não estar presente no momento de nascimento de seu

filho Alexandre Padilha⁷, o qual só foi possível conhecer quando tinha 8 anos. A Comissão da Anistia, reconheceu em 2012, por unanimidade, os graves danos causados a Anivaldo Padilha, que na época tinha 72 anos. Recebeu indenização com base no valor que corresponde ao salário de redator de um jornal, recebido na época da prisão ilegal. Muitos tiveram sua vida completamente subtraída e ainda presenciam uma Justiça de Transição inconclusa, reparos quase simbólicos e o reconhecimento social fraco ou mesmo inexistente.

Em suma, independente dos valores e métodos, é preciso reconhecer que nenhuma indenização financeira poderia reparar os tantos danos (sociais, morais, psicológicos e físicos) das vítimas e das famílias. O que de forma alguma, invalida os esforços do Estado em procurar reconhecer e reparar os erros da ditadura:

Independentemente do valor, o fato de o Estado reconhecer que usou da violência arbitrária, desproporcional, desumana por um lado e, por outro, que as vítimas dessa violência institucional seriam reconhecidas e minimamente reparadas configuravam como os valores mais relevantes (RENA, 2016, p.44).

Em 2008 foi idealizado o Programa Caravana da Anistia com objetivo de levar à público os julgamentos da Comissão de Anistia, de modo itinerante. No final do ano de 2015 já haviam chegado na 92^o sessão (LOPES, 2016, p. 14).

Entre 2005 e 2010 houve tentativas jurídicas ante os tribunais superiores de uma interpretação correta da Lei da Anistia à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos e dos princípios e valores da ordem constitucional de 1988 e, um dos pressupostos era de que “a tortura é um crime comum, imprescritível, e sujeito a uma condenação internacional” (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal). Como resultado disso Campos afirma que:

O Brasil jamais cumpriu a exigência da Corte Interamericana de Direitos Humanos de abrir processos para punir aqueles que mataram e torturaram sob o guarda-chuva do Estado (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

Finalmente em 2009 “rompeu-se com a lacuna do direito à verdade”, quando, na “Conferência Nacional de Direitos Humanos, foram estabelecidas, por meio do Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH 3), no seu Eixo orientador VI, intitulado Direito à Memória e à Verdade, diversas diretrizes”. Dentre as diretrizes destacamos a de número 23 e 24, respectivamente, promover o reconhecimento da verdade e da memória como direito

⁷Alexandre é médico e foi Secretário Municipal da Saúde de São Paulo até início de 2017 no governo de Fernando Haddad. E foi Ministro da Saúde do governo da Dilma Rousseff .

humano da cidadania e dever do Estado e, preservar a memória histórica e a construção pública da verdade (BRASIL, 2009, p. 173-176).

Posteriormente, entre 2010 e 2011, tramitou no Congresso Nacional o Projeto de Lei no 7.376, de autoria do Poder Executivo, que regulamentou o PNDH III, instituindo a Comissão Nacional da Verdade. Isso aconteceu muito em conta porque em novembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos expediu sentença no caso "Gomes Lund e outros v. Brasil" condenando o Brasil pela conduta na "Guerrilha do Araguaia".

Em decorrência da condenação foram estabelecidas algumas obrigações do Estado brasileiro para com a sociedade como investigar e punir os responsáveis pelos crimes cometidos e realizar atos públicos de reconhecimento de sua responsabilidade sobre o fato. Contudo, o Brasil deu abertura a criação de uma Comissão Nacional da Verdade mas acabou por não cumprir a determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos de "abrir processos para punir aqueles que mataram e torturaram sob o guarda-chuva do Estado" (NAPOLITANO, 2014, p. 327-332).

O Estado brasileiro, mesmo inicialmente não tendo demonstrado interesse numa justiça de transição comprometida com o tripé "memória, verdade e justiça", se dispôs de tentativas políticas para construir, mesmo que por pressões civis e totalmente moldável aos anseios das forças armadas, uma transição dúctil para governos democráticos.

Dessa forma, diversas ações foram colocadas em prática com intuito de resgatar a memória das vítimas que sobreviveram às torturas e dos que foram mortos e, promover o debate junto à sociedade civil em torno dos temas da consolidação de nossa democracia. Nas palavras de Torelly:

No Brasil, ocorreu uma "transição sob controle", em que os militares apenas aceitaram a "transição lenta, gradual e segura" a partir de uma posição de retaguarda no regime, delegando aos políticos que os defendiam a legitimação da transição em aliança com a elite burocrática e política que emergiu do regime e orientou a conciliação com a maior parte da oposição legal. A partir daí procurou-se impor burocraticamente um conceito de perdão pelo qual os ofensores perdoariam os ofendidos, o que limitou a adesão subjetiva à reconciliação, tentando-se transformar a anistia em um mero esquema de reparações materiais com intuito de impor o esquecimento, como se isso fosse possível (ABRÃO, 2010. p. 128).

A tentativa mais recente de investigação sobre a ditadura civil-militar e de conciliação do Estado com a sociedade (incluindo vítimas e familiares), consiste na Comissão Nacional da Verdade e nas demais comissões da verdade. Estas que foram instaladas a partir de 2012 - a nível nacional, estadual, municipal, universitárias e outros.

Levantaremos a seguir uma importante problematização que nos incorre pensar a CNV como um espaço de disputas de memória, que entre outros arranjos, acirrou conflitos de poder durante todo o trabalho da comissão.

2.2. INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Para apurar e investigar os crimes de violações de direitos humanos cometidos pelos agentes do Estado brasileiro no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, sobretudo, com certa prioridade no período da ditadura civil-militar, foi criada a Comissão Nacional da Verdade a partir da Lei 12528/2011 no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

Foi instituída em 16 de maio de 2012 e seu principal objetivo além de apurar os graves crimes de violações dos direitos humanos podemos dizer, que consistiu numa tentativa de reconciliação do Estado brasileiro com a sociedade e “de recuperar a memória daqueles atingidos pelos processos de violação dos direitos humanos” (CANABARRO, 2014, p. 2).

O processo de aprovação desta lei [Instituição da CNV] trouxe mais uma vez o tópico da anistia para o centro do debate público. Em torno dele se confrontaram setores das Forças Armadas, vítimas e familiares de desaparecidos políticos, organizações de direitos humanos, setores da sociedade civil e também os próprios membros da CNV, divididos em duros conflitos que ultrapassaram suas capacidades de negociação interna e alcançaram canais da grande imprensa – eles próprios articuladores de entendimentos e narrativas sobre a mesma pauta. Após os primeiros meses de funcionamento da CNV, a difusão do debate se deu ainda pelas mãos de novos e inesperados atores locais: as comissões não-nacionais da verdade, organizadas em níveis estadual, municipal e, fora do escopo estatal, em universidades, sindicatos e associações profissionais (PERLATTO, 2017, p.5).

Foram definidas as principais funções das comissões da verdade pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça:

Investigações oficiais temporárias, estabelecida para determinar os fatos, causas e consequências de violações de direitos humanos ocorridas no passado. Ao dar atenção especial ao testemunho das vítimas, oferece-lhes reconhecimento, muitas vezes após longos períodos de estigmatização e ceticismo. As comissões da verdade podem contribuir nos processos judiciais e reparações por meio de suas conclusões e recomendações, podem também auxiliar sociedades divididas a superar a cultura do silêncio e da desconfiança e ajudar a identificar reformas institucionais para evitar novas violações (BRASIL, 2011, recurso online).

A formação da CNV contou com quatro grandes pilares: “apuração/investigação dos crimes cometidos durante a ditadura, publicização das violações de direitos humanos no curso

do regime ditatorial, criação de mecanismos para a sua não repetição e para assistência às vítimas” (LOPES, 2016, p. 16).

Ficou definido no art. 4o as medidas que a CNV poderia se dispor como: colher voluntariamente testemunhos, informações, dados e documentos; requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo; convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que pudessem guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados; determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados; promover audiências públicas, entre outras medidas (LOPES, 2016, p. 16).

Importante ressaltar que a CNV não dispôs de caráter jurisdicional ou persecutório, ou seja, não gozava de natureza judicial, mas possuía caráter administrativo cunhando um poder totalmente conciliatório. Embora a Comissão não tivesse caráter jurisdicional, poderia requerer ao Poder Judiciário acesso às informações, dados e documentos – públicos ou privados –, o que colaborou para a eficiência e agilidade das suas demandas.

À altura do desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, diversas críticas dos setores mais conservadores da sociedade surgiram alegando que a apuração dos fatos acerca das violações aos direitos humanos durante a ditadura civil-militar poderia ensejar perseguições particularizadas e instabilidade democrática (LOPES, 2016, p. 14).

Em cumprimento à Medida Provisória no 632/2013, convertida na Lei no 12.998/2014, a CNV funcionou até 10 de dezembro de 2014, quando apresentou um Relatório Final circunstanciado, entregue a ex-presidenta Dilma Rousseff. O relatório contém descritas as atividades realizadas pela Comissão, as conclusões e as recomendações a serem implementadas por meio de políticas de verdade e memória no Brasil. Nos termos do art. 2º da Lei nº 12.528/2011, os trabalhos da CNV foram desenvolvidos sob a coordenação de sete conselheiros designados pela Presidenta da República, contou com o auxílio de quatorze assessores especializados, conforme o disciplinado pelo art. 9º da Lei no 12.528/2011, por um diligente conjunto de consultores e pesquisadores (LOPES, 2016, p. 17).

Os crimes apurados pela CNV perpassam entre as prisões sem base legal, a tortura e as mortes dela decorrentes, desaparecimentos, assassinatos e ocultações de cadáveres, as violências sexuais. “Praticadas de forma massiva e sistemática contra a população, essas violações tornam-se crime contra a humanidade” (BRASIL, 2014, recurso online).

Durante os dois anos de trabalho, os membros da CNV colheram em torno de 1121 depoimentos, 132 deles de agentes públicos e realizaram 80 audiências e sessões públicas

pelo país, percorrendo todo o Brasil. Foram também realizadas centenas de diligências investigativas e audiências públicas, além de terem sido percorridas sete unidades militares e locais utilizados pelas Forças Armadas para a prática de torturas no período da ditadura juntamente de peritos e vítimas da repressão (BRASIL, 2014, recurso online). O trabalho foi sistematizado para recuperar a verdade dos acontecimentos da ditadura civil-militar, sobretudo, com olhar diferenciado às vítimas. Assim, afirma Simone Pinto:

Um dos diferenciais da comissão de verdade é a ênfase na vítima. Enquanto julgamentos criminais procuram analisar os fatos e sua relação causal com o acusado, a comissão permite uma maior atenção aos relatos das vítimas e de seus familiares. Este fato beneficia uma cura psicológica e um alívio dos traumas causados pela violência das violações. O efeito catártico e expurgatório que os achados de uma comissão pode gerar na sociedade não pode ser ignorado (PINTO, 2010, p. 130) (PINTO, 2010, p. 128-143).

A instituição da CNV incentivou a criação de dezenas de comissões da verdade em todo o Brasil, sejam elas em nível estadual, municipal ou setorial (sindicais, OAB, universitárias) (PINTO, 2010, p. 128-143).

Para facilitar o funcionamento e a organização do trabalho da comissão, foram criados Grupos de Trabalho (GT's) afim de permitir a descentralização das investigações e a autonomia das equipes de pesquisa. Foram criados 13 GT's de campos temáticos diferentes e um deles foi responsável por investigar o papel das igrejas cristãs durante a ditadura (GRUPOS, 2015, recurso online).

Para além de suas características práticas e funcionais, a CNV foi também um importante mecanismo de política de memória que, segundo Carolina Bauer, realizou determinados usos políticos do passado para a efetivação da justiça de transição e conformou certas noções temporais (BAUER, 2017, p. 133).

A CNV fez o importante trabalho de ouvir mais de 600 pessoas – em sua maioria vítimas do regime, mas também agentes da repressão com intuito de desmontar falsas versões oficiais dos militares sobre mortos e desaparecidos políticos. Entre os principais feitos das comissões esta a retificação de atestados de óbitos e a obtenção de confissões de agentes da ditadura sobre a prática de tortura (SCHREIBER, 2014, recurso online).

Inicialmente, a expectativa, segundo a ex-presidente Dilma Rousseff era de que o trabalho da CNV ajudasse a “afastar fantasmas de um passado doloroso” e acreditamos que, pelo menos parcialmente, tenha-se conseguido (LOURENÇO, 2014, recurso online). Em seu discurso na cerimônia de instalação da comissão, Rousseff declarou que as sociedades atual e

futura não podem deixar de conhecer a totalidade da história do país e que só seria possível através da voz de homens e mulheres livres que não tem medo de escrever a história:

Acreditemos que o Brasil não pode se furtar a conhecer a totalidade de sua história. Trabalhemos juntos para que o Brasil conheça e se aproprie dessa totalidade, da totalidade da sua história. A ignorância sobre a história não pacifica, pelo contrário, mantêm latentes mágoas e rancores. A desinformação não ajuda apaziguar, apenas facilita o trânsito da intolerância. A sombra e a mentira não são capazes de promover a concórdia. O Brasil merece a verdade, as novas gerações merecem a verdade e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia. É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz. E quem dá voz à história são os homens e as mulheres livres que não têm medo de escrevê-la. É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz. E quem dá voz à história são os homens e as mulheres livres que não têm medo de escrevê-la. Atribui-se a Galileu Galilei uma frase que diz respeito a este momento que vivemos: “a verdade é filha do tempo, não da autoridade.” Eu acrescentaria que a força pode esconder a verdade, a tirania pode impedi-la de circular livremente, o medo pode adiá-la, mas o tempo acaba por trazer a luz. Hoje, esse tempo chegou (PLANALTO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012, recurso online).

Portanto, o trabalho da Comissão Nacional da Verdade foi grandiosamente válido para uma tentativa de reconciliação e reparação entre as vítimas e o Estado brasileiro. Ainda que não tenha tido o poder de punir e trazer a justiça de fato para as vítimas e os familiares, pôde, ao seu modo, investigar e divulgar os resultados de um intenso período de trabalho debruçado em alinhar a História às vozes que foram excluídas durante os 21 anos de ditadura no Brasil.

Dentre todos os esforços dos governos civis em processos por vias democráticas de instituir mecanismos dispostos à favor da verdade e estabelecer planos de reparação parcial às vítimas, a Comissão Nacional da Verdade foi imprescindível. Através da CNV, outras dezenas de comissões da verdade foram instaladas em diversos Estados brasileiros nos últimos anos, promovendo estudos mais aprofundados e focalizados. As comissões da verdade significam muito para as vítimas e para os familiares de mortos e, também por promoverem uma aproximação das sociedades civis com um olhar revisado da história do nosso país compreendida entre 1964 e 1985. Nunca antes havia visto a sociedade tão próxima dos assuntos referentes à ditadura civil-militar brasileira. Dessa maneira, a participação civil nos processos democráticos das comissões foi essencial para uma nova compreensão sobre o período:

Estas comissões possibilitaram que a CNV se beneficiasse do trabalho de pesquisa que estas comissões locais e regionais realizaram, mas o mais importante dessa proliferação de comissões foi o envolvimento da sociedade civil. Em todas as regiões em que as comissões se instalaram houve um envolvimento forte dos setores das sociedades civis. Comitês que tinham sido criados há uns 2 anos antes da CNV, comitês pela luta pela “memória, verdade e justiça”, também tiveram papel importante na pressão voltada ao governo para a criação das comissões. Eles continuaram ativos durante todo o período da comissão. Este foi o período que mais se falou sobre a ditadura e conseguimos assim, furar o bloqueio da mídia comercial (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

A Comissão Nacional da Verdade definida como uma política de memória possuiu três componentes: “questões legais, reparatorias, assistenciais e políticas; questões simbólicas vinculadas à memória, a rememorações e comemorações; e, por fim, a possibilidade de realizações de pesquisas acadêmicas que busquem a verdade histórica” (BAUER, 2017, p. 135). A instalação de uma comissão da verdade é uma das políticas necessárias no processo transicional de governos autoritários para governos democráticos.

Assim, as comissões da verdade são entendidas como políticas de memória que se “inserir igualmente nas batalhas, nos conflitos e nas guerras de memória, configurando um espaço para a disputa de narrativas sobre o passado” (BAUER, 2017, p. 134). É justamente neste campo de batalhas de memória que se constituem as construções das vítimas da ditadura, principalmente durante e após, os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

Durante todo o trabalho da CNV de 2012 a 2014, foram colhidos diversos depoimentos de vítimas da tortura que puderam finalmente serem ouvidos e terem suas experiências traumáticas transformadas em documentos que ficaram para a pesquisa e acesso por quem deseja conhecer mais sobre o assunto.

Os depoentes se constituem atores participantes do processo de construção de conhecimento, pois são: colaboradores do processo, seus depoimentos são significativos para a construção das memórias de determinados períodos históricos e, no tempo presente de suas falas, reconstruem-se memórias de um passado (CANABARRO, 2014, p. 5).

Como política de memória, Caroline Bauer infere que a CNV articulou diferentes concepções temporais, como presente, passado e futuro, de modo que, no espaço de tempo entre “o momento em que os crimes foram cometidos e de sua publicização em comissões” os testemunhos tenham sido imprescindíveis (BAUER, 2017, p. 130).

Muitos temas que nunca antes haviam sido contestados passaram a ser investigados com a implantação da CNV. Muitas descobertas e depoimentos que trouxeram luz às diversas mortes e eventos foram importantes para que o Estado pudesse punir e reparar as vítimas e os familiares, além de revisar assuntos que foram enterrados e finalizados pelas forças armadas.

Por exemplo, o ex-delegado do Dops do Espírito Santo Claudio Antônio Guerra, que hoje é pastor da Assembleia de Deus declarou em seu depoimento para a CNV a participação em diversos assassinatos na época da ditadura, detalhou que carregou treze corpos de presos políticos, como uma forma de ocultação de cadáver, para incineração na Usina de Açúcar de Cambaíba, em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. Segundo Guerra, os corpos eram retirados de um quartel onde as vítimas eram torturadas, no Rio de Janeiro, e da Casa da Morte, em Petrópolis, também destinada a ações de tortura e assassinato. Também contribuiu para o esclarecimento do atentado do Riocentro e a morte da estilista Zuzu Angel em acidente de carro. Os dois com o envolvimento dos agentes de repressão do DOI-CODI do Rio de Janeiro.

Outro grande exemplo foi o depoimento para a CNV do ex-agente do Centro de Informações do Exército (CIE) Paulo Malhães, que já foi brevemente citado. Malhães era um dos agentes ativos no centro de tortura Casa da Morte de Petrópolis, um centro clandestino mantido pelo regime militar no início da década de 1970 e confirmou ter mutilado corpos para impedir sua identificação caso fossem encontrados: "Naquela época não existia DNA. Quais são as partes que podem identificar um corpo? Arcada dentária e digitais". Explicando que os dedos eram cortados e eram retiradas as arcadas dentárias dos corpos. Em seguida, o corpo era preparado para ser atirado em rios. O ventre da vítima era cortado para impedir que o corpo inchasse e emergisse. "Depois, ele era embalado com pedras de peso calculado para evitar que descesse ao fundo do rio ou flutuasse" (CARNEIRO, 2014, recurso online).

Portanto, esses depoimentos revelam importantes contribuições para a história porque contrariam o discurso oficial dos militares, que ora negavam que houvesse tortura, ora afirmavam que, se ocorreram, foram casos isolados.

Neste aspecto, o trabalho da Comissão foi extremamente relevante para que uma nova História sobre o período começasse a ser construída, uma vez que os depoimentos juntamente com um banco de documentação e informações visam elaborar os processos que podem elucidar a verdade histórica (CANABARRO, 2014, p. 4-5). Dessa vez, puderam depor as próprias vítimas do sistema autoritário e repressor implantado, sobre os momentos obscuros pelos quais vivenciaram. Dentre as diversas vítimas da ditadura, os protestantes - muitos não faziam parte da luta armada ou de partidos comunistas e sequer eram subversivos – que delatados, perseguidos e presos, puderam conhecer uma outra realidade do período que não era de conhecimento de todos e que por muitos anos foi subestimada e “esquecida”. A realidade das torturas em moldes de interrogatórios e dos sequestros e assassinatos sem qualquer escopo praticados por agentes das forças armadas brasileiras.

Portanto, podemos compreender que a história sobre o período supracitado, reconstruída principalmente através dos estudos e trabalhos das comissões da verdade, hoje reconhece as vítimas de prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desmontou o mito dos militares de que “no regime militar não existia tortura”.

2.3. CONCLUSÃO

A análise dos discursos das lideranças evangélicas no pós-golpe civil-militar no Brasil, esclarece a convergência entre as igrejas protestantes e a ditadura e, também, as divergências existentes entre os protestantes heterodoxos em razão do comportamento conservador e autoritário das igrejas e dos militares detentores do poder na época. Um lado se esforçava para manter a ordem e os valores morais e conservadores entre os membros das igrejas e, conseqüentemente, na sociedade como um todo. O outro lado se preocupava com as emergentes realidades sociais e as transformações políticas que ocorriam no país. Comprometidos com os ideais de igualdade e justiça, iam de encontro com as lideranças eclesiásticas e combatiam a ditadura instaurada em 1964. O cenário nacional era um golpe de Estado que impôs à população brasileira um governo estritamente autoritário, violento e repressivo. O golpe representou uma sucessão de governos substancialmente militares mas garantidos com o apoio de diversos setores civis.

Havia um “elemento quase religioso” na entrega do país nas mãos do governante que conseguisse garantir e convencer o povo de que extinguir o comunismo, o ateísmo e a subversão era o melhor caminho a seguir. E quanto mais o governo apertava as rédeas, os religiosos evangélicos, identificando-se com o conservantismo político, se aproximavam e colaboravam com a máquina repressora do Estado. Neste sentido, tais igrejas tiveram postura contrária à defesa dos direitos humanos, denunciaram e puniram sem a necessidade de provas, e, na mesma medida, os militares condenaram culpados os religiosos sem o direito de defesa.

Jovelino Ramos sintetiza a confluência entre as igrejas e a ditadura civil-militar:

A [igreja] identificou-se com o conservantismo político; condenou os renovadores como modernistas, mundanos e comunistas; postulou que a Igreja nada tem a ver com a situação social; acabou com a organização dos jovens, participou da marcha da família, fechou o Setor de Responsabilidade Social da Igreja; denunciou ao DOPS e SNI muitos pastores e leigos como subversivos e corruptos; expulsou dos seminários professores considerados ‘avançados’ e baixou o nível da educação teológica; e, através de uma astuta manobra política, tirou os elementos ‘suspeitos’ dos postos importantes da hierarquia eclesiástica (RAMOS, 1982, p. 67-68).

Em suma, este período da história brasileira, resultou em alianças e conflitos entre os religiosos protestantes e a ditadura civil-militar, conseqüentemente, foi palco de graves violações dos direitos humanos. Em razão das violações, anos após o fim da ditadura, muitas vítimas se engajaram em retomar suas memórias e esclarecer assuntos “enterrados” pelos militares. A Comissão Nacional da Verdade foi a tentativa mais recente no Brasil de resgatar tais memórias e revisar os acontecimentos dos anos de chumbo. Deu voz aos indivíduos que sofreram violações por parte das forças armadas e foi responsável por levantar um questionamento na sociedade e, ainda, desmontar os discursos oficiais dos militares sobre a ditadura.

Basicamente, o papel social que a CNV desempenhou no Brasil foi o de reconciliação do Estado com a sociedade, “buscando construir uma memória social que traga a verdade e a justiça para todas as pessoas que tiveram a violação dos direitos humanos nos períodos autoritários” (CANABARRO, 2014, p. 4-5). Ao instituir a nossa Comissão Nacional da Verdade, o Estado assumiu o compromisso com a sociedade de elucidar a verdade histórica dos eventos violentos da ditadura. As prisões arbitrárias, os crimes, as torturas e as mortes foram de responsabilidade do Estado brasileiro. Sob a vigência de um prazo curto, dois anos, a CNV contou com apoio de diversos grupos civis, da OAB, de instituições comprometidas com a verdade do período ditatorial, com vítimas e familiares de mortos e desaparecidos, com universidades, grupos de pesquisadores, entre muitos outros. Contudo, também lidou com a falta de colaboração dos setores conservadores que apoiaram e colaboraram com a ditadura, assim como as Forças Armadas e as Igrejas Protestantes. Consistiu em um trabalho complexo e difícil que resultou em um Relatório Final, em diversas recomendações ao Estado e à sociedade e, em conflitos e embates nas suas diversas formas.

Talvez, um dos elementos mais importantes do trabalho da Comissão, tenha sido a ênfase às vítimas. Como fator essencial para a superação dos momentos traumáticos vividos a Comissão permitiu uma maior atenção aos relatos das vítimas e de seus familiares. O Estado brasileiro, por sua vez, buscou por reparações morais, sociais, financeiras e simbólicas às vítimas e através da Comissão de Anistia conseguiu anistiar e indenizar um grande número ex-presos políticos e até familiares de mortos.

Contudo, podemos entender, que a luta não é só por reparação financeira ou moral mas também histórica. Todos os 33 protestantes⁸ citados no relatório final – como veremos no

⁸ Dourival Beulke, Adahyr Cruz, Onésimo de Oliveira, Derly José de Carvalho, Renato Godinho Navarro, Anivaldo Padilha, os irmãos Fernando e Celso Cardoso, Ana Maria Ramos Estevão, Idinaura Aparecida Marques, Claudius Ceccon, Apolo Heringer Lisboa, Waldo César, Eber Fernandes Ferrer, Leonildo Silveira

terceiro capítulo - de forma engajadora, colaboraram e ainda colaboram para a reconstrução de uma história que supere o “tempo dos vencedores”⁹. Este é um processo que já mostrou ser bastante complexo e demorado.

Sobre o campo da Justiça de Transição, concluímos que o momento transicional da ditadura civil-militar para o período democrático perpetuou “resquícios deletérios na estrutura social e institucional brasileira” (DAUER, 2015, p.1). Portanto, consideramos que o processo de transição está inconcluso. Os governos civis democráticos posteriores ao período ditatorial se moldaram de forma pacífica por aqueles que violaram direitos e oprimiram a sociedade” (DAUER, 2015, p.1). No Estado democrático de direito, observa-se, até o momento, que foram esparsas e, muitas vezes, ineficientes as discussões e tentativas de investigação e de punição dos crimes de violações dos direitos humanos. A consequência do Estado não ter apurado oficialmente as graves violações aos direitos humanos perpetradas pelos responsáveis pela segurança pública – muitas vezes com a cumplicidade da sociedade civil – acarretou problemas significativos na estrutura social e política pois estimulou a cultura da impunidade e a falta de credibilidade do poder público (OLIVEIRA, 2018, p.29).

O nosso processo de Justiça de Transição nada mais é que um “processo transicional que procurou esquecer o passado, e não superá-lo” (ABRÃO, 2010. p. 29). É ainda um processo incompleto que precisa ser retomado para que em algum momento, possa ser concluído definitivamente. Para tanto, é necessário continuar defrontando o período que deixou grandes e profundas marcas na história do Brasil e nas diversas vítimas e grupos da sociedade. Também é necessário para a concretização da Justiça de Transição, que o Estado possibilite a continuação da promoção da verdade e da memória, e possua, de fato, vontade na aplicação das recomendações propostas no relatório final da Comissão.

Apesar disso, por muito tempo, o governo brasileiro, “trabalhou para consolidar a “política do esquecimento”, evitando o passado e lutando contra sua reconciliação” (DAUER, 2015, p.1).. Inversamente a essa “política do esquecimento” o resgate da memória dos anos ditatoriais elabora uma “construção cultural dos direitos humanos no Brasil” (DAUER, 2015, p.1). Para Gabriel Dauer, “tornar acessível o passado da ditadura militar significa possibilitar

Campos, Zwinglio Mota Dias, Rubem César Fernandes, Zenaide Machado de Oliveira, Manoel da Conceição, Juarez Guimarães Brito, irmãos Daniel, Devanir e Joel José de Carvalho, Heleny Telles Guariba, Ivan Mota Dias, Paulo Stuart Wright, Frederick Morris, Brady Tyson, Clara Amélia Evangelista, Domingos Alves de Lima, Jovelino Ramos, Noracy de Souza e Paulo José Krischke.

⁹ Para Caroline Bauer há duas cronofias distintas e conflitantes: o tempo irreversível chamado de “tempo dos vencedores” e o tempo irrevogável que consiste no “tempo dos vencidos”. O último é o tempo dos ex-presos e perseguidos e dos familiares de mortos e desaparecidos políticos. 2017, p. 168.

que as novas gerações tenham contato e participação ativa na justiça de transição” (DAUER, 2015, p.1).

Nesta perspectiva, projetos de resgate de memórias, sobretudo o trabalho da CNV, impulsionam a reflexão e o debate coletivo em prol da compreensão e do conhecimento pleno da herança deixada pelo autoritarismo na história brasileira.

Por fim, entendemos que reconstruir memórias protestantes - sobre os eventos traumáticos dos anos ditatoriais – mais de 50 anos depois é um processo bastante complexo e que não acontece repentinamente. É necessário anos de estudos de historiadores, depoimentos de vítimas, de esforços do Estado e da sociedade civil, entre outros, para que aconteça uma revisão dos casos, muitas vezes finalizados, e outros desconhecidos, como montante para uma história contextualizada e resultado de um processo de transição o mais próximo da justiça e da verdade possível.

3 ANÁLISE DO GRUPO DE TRABALHO: “PAPEL DAS IGREJAS DURANTE A DITADURA”

A Comissão Nacional da Verdade, em 2 de julho de 2012, definiu por meio da Resolução nº 1, como seria o seu regimento interno. Nesta perspectiva, estabeleceram diretrizes referentes à organização, ao planejamento, à estrutura, ao funcionamento, bem como disposições de natureza geral. O artigo 8º do regimento estabeleceu a organização da CNV na forma de grupos de trabalhos e subcomissões, designadas pelo Colegiado. Com intuito de permitir a descentralização das investigações e a autonomia das equipes de pesquisa, a partir do final de 2012, as atividades de pesquisa da CNV passaram a ser desenvolvidas basicamente por meio de grupos de trabalho coordenados pelos membros do Colegiado, contando, cada um dos grupos, com assessores, consultores ou pesquisadores (CNV, 2015, recurso online).

Pautada nessas diretrizes iniciais, a CNV estabeleceu 13 grupos de trabalho, segmentados por diversos campos temáticos. Um dos grupos diz respeito ao papel das igrejas (católica e evangélica) durante a ditadura. É justamente sobre esse Grupo de Trabalho (GT) que ficou responsável por investigar os crimes de violações dos direitos humanos ocorridos contra as igrejas cristãs na ditadura que o presente capítulo se pautará. Mais especificamente, analisaremos a composição dos membros do Grupo de Trabalho “Papel das igrejas durante a ditadura”, de modo a compreender de maneira sistemática a dinâmica e a heterogeneidade do grupo.

O interesse na criação desse GT surgiu por demanda da sociedade civil durante audiências públicas realizadas pela Comissão Nacional da Verdade que, posteriormente, colheu em São Paulo o depoimento de Anivaldo Padilha. Jornalista e diretor do departamento nacional da juventude da Igreja Metodista na época da ditadura civil-militar brasileira, Padilha foi preso em fevereiro de 1970, torturado e, após obter liberdade, acabou se exilando por oito anos nos EUA:

Fui convocado, convidado a prestar depoimento perante a CNV e a partir desse meu depoimento, diante à grande parte da importância das igrejas no período, a Comissão decidiu criar um grupo de trabalho para investigar as igrejas e meu pediu para eu ser o coordenador deste grupo (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

O grupo foi coordenado, de modo mais geral, pelo professor de ciência política da Universidade de São Paulo (USP) Paulo Sérgio Pinheiro que atuou com auxílio de pesquisadores autônomos, da sociedade civil e teólogos, todos especialistas em ciências da religião, história e sociologia (CNV, 2012, recurso online). E, de modo mais interno, Anivaldo Padilha trabalhou como coordenador voluntário do grupo em período integral, no

âmbito tanto da colaboração com o regime militar quanto da resistência. O GT se reunia, esporadicamente, no Gabinete da Presidência da República em São Paulo, local onde a CNV realizava reuniões na Capital paulista (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

No dia 8 de novembro de 2012, após a formalização do GT sobre o papel das igrejas na ditadura civil-militar brasileira realizado pela Presidência da República, reuniram-se os seguintes pesquisadores para uma reunião inaugural: Anivaldo Pereira Padilha, José Luiz Del Roio, Maria Luci Buff Migliori, Yves Lesboupin, Oscar Beozzo, Jorge Atílio Iulianelli, Zwínglio Mota Dias, Leonildo Silveira Campos, Daniel Augusto Schmidt, Rolf Schünneman e Leandro Seawright Alonso. Posteriormente, ingressaram ao GT as seguintes pesquisadoras: Ivone Gebara, Magali Nascimento Cunha e Maria Luiza Nunes Rodrigues (SEAWRIGHT, 2016, p. 326).

Após reuniões para definir os temas e a agenda de trabalho para os dois anos de funcionamento da comissão, ficou definido que o GT trabalharia dividido em dois grupos de pesquisa, um destinado às análises das igrejas evangélicas e outro, da igreja católica. Importante ressaltar que nossa abordagem consiste apenas em analisar a parte do GT que ficou responsável pelas igrejas evangélicas.

O trabalho de escolha dos membros foi conferido ao coordenador voluntário do GT, Anivaldo Padilha, que destaca:

O critério que usei para convidar as pessoas para participar do grupo, foi um critério de conhecimento acumulado. Eu já conhecia, tinha uma rede de amigos e relações, pessoas que estavam principalmente nas universidades, na academia e que já tinham trabalho acadêmico focado no papel das igrejas naquele período (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

A Comissão Nacional da Verdade reuniu no Grupo de Trabalho sobre o papel das igrejas na ditadura civil-militar brasileira, pesquisadores de São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro que relataram seus estudos em torno do tema, indicaram possíveis linhas de pesquisa e identificaram casos emblemáticos para a comissão trabalhar. Formou uma rede heterogênea de pesquisadores e membros das mais variadas matizes cristãs como padre e pastores membros das igrejas católica, metodista, batista, luterana e presbiteriana, tinham representantes do movimento ecumênico e, ainda, especialistas em variadas temáticas como história oral, sociologia e ciências da religião.

Endossando a composição de um Grupo de Trabalho que procurou analisar as vítimas da ditadura, por parte maior da resistência, procuraremos refletir sobre como as disputas e embates internos do grupo consolidaram determinadas memórias e visões acerca dos

protestantes nos anos ditatoriais. Com este fim, o presente capítulo se orientará por entrevistas realizadas com três nomes importantes do protestantismo brasileiro, Zwinglio Mota Dias, Anivaldo Padilha e Leonildo Campos, que foram presos, torturados e exilados durante os anos da ditadura civil-militar. Além disso, analisará também o perfil e as contribuições de cada membro (pesquisadores e redatores) que compôs o GT responsável por pesquisas evangélicas.

Zwinglio Dias, Leonildo Campos e Anivaldo Padilha são de origem protestante, viveram a juventude em igrejas evangélicas e, desde cedo, se engajaram em um protestantismo, que acreditavam ser mais voltado aos pobres e à justiça social. Questionaram cada um a seu modo as lideranças conservadoras e anticomunistas das igrejas. Fizeram oposição ferrenha ao golpe e à ditadura civil-militar. Sobreviventes de ações violentas do Estado, se exilaram e anos após o fim da ditadura, puderam contar suas experiências. Embora sejam histórias de vida com algumas semelhanças, os três não compõem um grupo homogêneo. São experiências únicas e vividas intensamente por cada indivíduo de formas diferentes.

Com a instalação da Comissão Nacional da Verdade, se propuseram a um trabalho muito mais “íntimo” e ao mesmo tempo “público” de suas experiências de vida. Foram membros da comissão que investigou diversos casos de violações dos direitos humanos praticados pelas forças armadas e compuseram o Grupo de Trabalho responsável pelas investigações de violações nas igrejas cristãs. Anivaldo Padilha, por exemplo, foi o coordenador do GT das igrejas cristãs e convidou os colegas Leonildo e Zwinglio, dentre outros, para o trabalho de investigação sobre os anos da ditadura brasileira compreendida entre 1964 e 1985.

Contudo, neste capítulo, abordaremos, a partir das entrevistas realizadas diretamente com as três vítimas do governo militar os aspectos importantes e os desdobramentos ocorridos durante o trabalho deles na Comissão Nacional da Verdade entre 2012 e 2014. Tais depoimentos serão analisados em confluência com as entrevistas realizadas com os demais membros do GT por parte das igrejas evangélicas como Magali do Nascimento Cunha, Daniel Schmitz e Leandro Seawright. Dessa maneira, estaremos trabalhando diretamente com as memórias construídas pelo segmento protestante, especificamente – das vítimas, durante os trabalhos do GT na comissão.

Durante os dois anos de pesquisa para o desenvolvimento da presente dissertação, entrevistei Zwinglio Dias, Anivaldo Padilha e Leonildo Campos algumas vezes. O primeiro foi entrevistado diversas vezes em Juiz de Fora-MG onde reside – o que facilitou os

encontros, até mesmo foram realizadas diversas conversas informais que se mostraram importantes para a pesquisa. Com o Anivaldo foi realizada apenas uma entrevista, na qual me desloquei para a cidade de São Paulo, especificamente no dia 02 de fevereiro de 2017 nas dependências da redação da Carta Maior, às 14 horas. Com Leonildo Campos, realizei uma entrevista, que aconteceu parcialmente, uma parte numa quarta-feira dia 30 de novembro de 2016 na Faculdade Presbiteriana Mackenzie em São Paulo e a outra na manhã do dia 1 de dezembro de 2016 no hotel Brastonem São Paulo onde eu estava hospedada.

Primeiramente, surgiu a ideia de entrevistar o Zwinglio por residir em Juiz de Fora e por ser professor convidado da pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora. Após algumas conversas com o entrevistado, os nomes de Leonildo e de Anivaldo surgiram. Logo, seria indispensável tentar uma entrevista com os dois. Fiz o contato via e-mail e marcamos as entrevistas. O procedimento se baseou no campo teórico-metodológico da história oral e, assim, os depoimentos se transformam em documentos escritos. Sobre este campo, é importante destacar que a “História Oral é um processo sistêmico de uso de entrevistas gravadas, vertidas do oral para o escrito, com o fim de promover o registro [...]” (MEIHY, 2015, p. 19).

O campo da História Oral permite ao pesquisador sistematizar entrevistas ou depoimentos orais gravados em documentos escritos, que passam pelas etapas de transcrição, textualização e transcrição (MEIHY, 2015, p. 30-31). De acordo com Leandro Seawright, trata-se da “passagem do “oral para o escrito” não se esgota na transcrição e nem na textualização derivada de um “processo cultural”, materialmente edificado, mas de modelos de linguagem negociada” (SEAWRIGHT, 2016, p.81). Assim a transcrição é apenas o produto de um “mediador” que “vivenciou a experiência da pesquisa de campo” e ao seu modo, elucidou a entrevista levando em consideração “dados ambientais, caderno de campo e outras exegeses possíveis” (SEAWRIGHT, 2016, p.81). Os depoimentos dos três protestantes vítimas da ditadura foram passados do oral para o escrito, facilitando também o nosso acesso às informações.

3.1. ANIVALDO PEREIRA PADILHA

Nos anos 1970, Anivaldo Padilha foi uma das figuras centrais da resistência contra a tortura, na condição de representante do Conselho Mundial das Igrejas. Era jovem metodista e dirigia o Departamento Nacional de Juventude da igreja. Trabalhava editando mensalmente uma revista “Cruz de Malta” para a juventude da Igreja Metodista. Desde a década de 1950,

ele já participava do movimento ecumênico que vinha discutindo politicamente reformas para o Brasil e estava envolvido em pelo menos três frentes: coleta de informações sobre a repressão, especialmente os casos de tortura e enviava essas informações para as redes ecumênicas no exterior para que fossem divulgadas; produção e divulgação de notícias aqui no Brasil como forma de contra informação já que os meios de comunicação estavam censurados; organização de redes de solidariedade e de proteção para ativistas políticos perseguidos pela ditadura e que corriam risco de prisão e de morte. Essas redes de solidariedade eram formadas por pessoas e por algumas instituições entre o eixo São Paulo - Rio e as fronteiras com Uruguai e Argentina. Era forte, no período, a mobilização de estudantes para participarem de campanhas contra a repressão. Padilha defendeu as reformas de base reivindicadas em 1964 e por causa de suas posições políticas e da militância na organização de esquerda Ação Popular (AP), acabou sendo preso em 1970 pelos agentes da Oban em São Paulo.

Contudo, foi em 1950 que Padilha, na transição da adolescência para a juventude, começou a se engajar nas questões sociais e a se preocupar com a conjuntura política do Brasil. Foi justamente no momento de maior efervescência do protestantismo de base progressista nos jovens evangélicos brasileiros e de conflitos ideológicos no plano político nacional devido o fim do Estado Novo e a polarização ideológica formada pela Guerra Fria.

Eu passei por um processo de reflexão, e de discussão, dentro da Igreja Metodista, sobre a situação política brasileira. Provavelmente, foi a primeira vez que o protestantismo brasileiro decidiu voltar os seus olhos para o nosso país. [...]Em 1950, começou a acontecer certa efervescência e uma preocupação com a situação brasileira. Começou também uma preocupação com a conjuntura brasileira, pois nós estávamos caminhando ainda para a consolidação da redemocratização na política. Depois do Estado Novo, e da ditadura do Getúlio Vargas, começou uma série de contradições sociais e econômicas. Iniciou-se, concomitantemente, um conflito político e ideológico em torno de dois projetos de Brasil, quais sejam: um projeto nacionalista, trabalhista, que caracterizava o getulismo na busca por um projeto nacional significado pelo desenvolvimento (SEAWRIGHT, 2016, p.156).

As coisas começaram a ficar muito claras porque a gente vivia numa situação de grande polarização ideológica causada principalmente pelo contexto da Guerra Fria. Qualquer preocupação com a justiça social, com a pobreza, ou o simples fato de dizer que havia pobreza e que o Brasil era um país injusto, já era motivo pra ser acusado diretamente de comunista. As igrejas estavam todas nesses meios (SEAWRIGHT, 2016, p.156).

No ambiente interno da Igreja, Padilha começou a se envolver com a liderança de jovens e a se envolver com o movimento ecumênico.

A gente começou a organizar, por exemplo, projetos de alfabetização de adultos e a envolver jovens nesses projetos. Quarenta por cento da população brasileira acima de 15 anos era analfabeta. Era uma época também que a gente organizava muitos acampamentos, espécie de retiro, para recreação, estudo e reflexão sobre nossas vidas e sobre o Brasil. Foi nesse momento que tive contato com Paulo Freire. Já não era mais um trabalho estritamente metodista, mas ecumênico (DIAS, 2014, p. 65-66).

Na década de 1960, as Ligas Camponesas tornaram assunto nacional, a Revolução Cubana causou um grande impacto na América Latina e o golpe civil-militar no Brasil produziu outro cenário político e ideológico.

Em 1962, a Confederação Evangélica do Brasil (que congregava as principais igrejas evangélicas brasileiras) promoveu três conferências que culminaram na mais importante: a Conferência do Nordeste com o tema “Cristo e o processo revolucionário no Brasil”.

A Conferência do Nordeste ocasionou reflexões em todos nós, pois redescobrimos a missão e o caráter profético que a igreja tinha que ter no Brasil. A Conferência do Nordeste nos fez questionar os conceitos de espiritualidade. Passamos a considerar nossas práticas espirituais muito alienantes. Por exemplo, a separação do mundo não era evangelização, mas sim proselitismo... Não era a busca da justiça, e nem a proclamação dos valores do Reino de Deus, mas estava em questão o proselitismo, o anticatolicismo. E para nós ficou muito claro, e nós refletimos bastante, em torno da pergunta: “onde está Deus no Brasil”, ou, “de qual maneira Deus está nos desafiando?” E descobrimos que outros países, e regiões do mundo, também faziam essas mesmas perguntas sobre Deus, sobre Sua missão. A gente passou, portanto, a prestar atenção na situação dos oprimidos e das pessoas exploradas economicamente, socialmente, culturalmente. Era a voz de Deus, clamando! (SEAWRIGHT, 2016, p. 157).

Neste momento, as lideranças conservadoras das igrejas evangélicas já estavam posicionadas ideologicamente a favor do capitalismo e contra a “ameaça” comunista:

Porque toda propaganda anticomunista era de que o comunismo era ateu, era contra Deus e não tinha Deus. Os crentes diziam que o capitalismo era algo natural... Houve uma naturalização do sistema capitalista como se tivesse nascido com Adão e Eva no Jardim do Éden. Os evangélicos acreditavam que esse sistema era uma parte necessária da história, pois o compreendiam como permanente e único. Todas as formas de manipulações ideológicas pertencentes ao capitalismo eram interpretadas como naturais e, às vezes, até instruídas por Deus. Grande parte das igrejas, de várias denominações, embarcou nessas ideias sobre o sistema capitalista. Aquela polarização ideológica presente na sociedade estava enraizada nas denominações protestantes (SEAWRIGHT, 2016, p. 160).

Em 1968, os bispos decidiram fechar a Faculdade de Teologia e expulsar os alunos com base em acusações moralistas, “mas a motivação real era política pois descobriram que o Centro Acadêmico da Faculdade de Teologia, ainda que não formalmente, participava da União Estadual de Estudantes e da UNE”. Anivaldo Padilha como diretor do Departamento de Juventude foi demitido pois a alta cúpula da Igreja esperava que Padilha “conduzisse a

juventude para um “bom caminho”. E segundo ele, “eu fiz isso, só que numa direção totalmente contrária à posição dos bispos” (DIAS, 2014, p.67).

Os fundamentalistas perderam naturalmente a capacidade de qualquer diálogo que demonstrasse interesse em coexistência dos diferentes pensamentos numa mesma estrutura. Nós, os jovens, passamos a representar uma verdadeira ameaça dentro do metodismo brasileiro. Ao mesmo tempo em que não existia mais qualquer diálogo conosco... Os bispos não se davam bem com seus jovens! (SEAWRIGHT, 2016, p. 162).

Sobre sua participação na Ação Popular, Padilha esclarece:

No final de 1963 nós já imaginávamos, já sabíamos que um golpe estava sendo preparado. Por isso, minha participação ampla em movimentos diversos se tratava de uma tentativa de evitar o golpe que estava sendo planejado. Eu participei ativamente dessa Frente de Mobilização e tive contato, em 1961 ou 1962, com a Ação Popular, AP. Na época, a AP não era uma organização clandestina e, antes, foi organizada por setores católicos com participação de protestantes conscientes. A AP visava se transformar em um partido político devidamente organizado. Eu participei, da mesma forma, em muitas atividades sociais com o Paulo Freire (SEAWRIGHT, 2016, p. 163).

A prisão de Anivaldo Padilha aconteceu em 8 de fevereiro de 1970, juntamente com dois jovens da igreja, Celso e Fernando Cardoso, e com uma companheira da AP, Eliana Rolemberg. Acerca da prisão, Padilha declara:

Nós fomos presos talvez por um descuido (que custou muito caro). Dois rapazes, que na verdade eram dois irmãos, iriam me entregar um material ideológico numa pasta com um pacote contendo papéis, documentos. Eles foram à minha casa para entregar-me os papéis, os documentos, para que eu entregasse todo aquele material à outra pessoa (que me procuraria). Esses dois rapazes deixariam todo aquele material na casa de um tio deles que ficava cerca de um quarteirão e meio da minha residência. Era pra eu pegar aquele material na casa do tio deles no dia seguinte. No dia seguinte, pela manhã, eu fui para a casa daquele homem com uma companheira da AP. Quando chegamos naquela casa fomos imediatamente presos pela Operação Bandeirante, OBAN. Não era, ainda, o DOI-CODI... Era a OBAN... A OBAN era um centro clandestino de repressão. Nós fomos presos por esses homens, da OBAN. Eu fiquei sabendo, depois, que nossa reclusão aconteceu porque um primo desses dois rapazes (que portavam os documentos referidos), era informante do DOPS. Esse primo dos rapazes percebeu que naquela pasta tinham papéis... Ele quis abrir aquela pasta para conhecer seu respectivo conteúdo... Ele abriu a pasta e, em seguida, chamou o DOPS para nos entregar à repressão. O delegado Sérgio Fleury era diretor do DOPS naquele tempo... Eles abriram aquela pasta, descobriram que eram documentos da AP e acharam que eu era um “peixe graúdo” – como diziam. Daí eles tiveram que comunicar o Exército... Não sei bem como foi isso, mas de madrugada, bem cedo (de manhã), a OBAN chegou e mandou o DOPS embora (SEAWRIGHT, 2016, p. 166).

Bastante tempo depois, Padilha descobre que havia sido delatado para o sistema de repressão pelo bispo Isaiás Sucasas e seu irmão, José Sucasas Júnior, que atuavam como informantes do DOPS-São Paulo. Em 1969, eles enviam um termo de declaração registrado no qual denunciam a infiltração comunista na Igreja Metodista e mencionam uma dezena de

nomes de pastores e leigos que seriam os responsáveis por essa infiltração (DIAS, 2014, p. 67).

Padilha permaneceu vinte dias na OBAN, onde passou por interrogatórios diários, acompanhados de torturas físicas (choques, cadeira do dragão, socos, palmatória) e morais (simulação de execução, saída de carro com ameaças de jogarem seu corpo na Serra do Mar, insultos, ser qualificado com palavras de baixíssimo calão, ameaças de torturarem seus pais).

Na prisão chegou a pensar em suicídio, com medo de trair os companheiros de igreja que comungavam de sua sede por justiça social. Contudo, não entregou nenhum amigo ou companheiro que participava de uma organização comunista ou ligada aos partidos comunistas.

Meus pastores estavam por trás daquela situação... Estou emocionado, agora... É... Eu afirmo que nesse momento, em que estava preso, conheci o lado mais sombrio de um ser humano. Quando tiramos o mal que está dentro de todos nós ele se sente totalmente livre para agir na forma que quiser. Fiquei na companhia de centenas de pessoas... Não conheci uma pessoa sequer que escapou da tortura, da morte ou do “desaparecimento”. Nós estávamos conscientes que ser preso era um risco constante, iminente e real (SEAWRIGHT, 2016, p. 167). [...] Mas ficou claro naquele processo de reflexão, naquele lugar infernal, que eu não estava preso por acaso... Aquilo era resultado do fortalecimento da minha consciência cristã, política, cidadã... Se existia uma decisão para ser tomada era a de que não se pode nunca, jamais, desintegrar-se diante da tirania religiosa ou política (SEAWRIGHT, 2016, p. 168).

Depois de quase um mês sendo torturado no DOI-Codi de São Paulo, Anivaldo, foi enviado ao DOPS para as formalidades policiais, indiciado na Lei de Segurança Nacional e enviado ao antigo Presídio Tiradentes por onde continuou preso, totalizando 10 meses. Quando saiu da prisão, passou a viver na clandestinidade e se exilou no Uruguai, Argentina e Chile. Com o apoio do mundo ecumênico internacional, foi para os Estados Unidos, onde ficou durante quase oito anos e, depois para Genebra, passando a atuar no Conselho Mundial de Igrejas. No total passou 13 anos no exílio, e neste tempo não pode ir ao enterro de seu pai e nem assistir ao nascimento de seu filho Alexandre Padilha (ministro da Saúde do governo Dilma), dois eventos que marcaram profundamente sua vida.

Esses traumas todos, contudo, não terminaram nas dependências obscuras da OBAN. Enviaram-me ao DOPS porque a OBAN era um órgão clandestino. O DOPS é que tinha a atribuição de indiciar os presos políticos. Eles me mandaram para o DOPS, porém o delegado (que cuidou do meu caso), não constatou nenhuma base nas acusações que permitisse me enquadrar na lei de segurança nacional. O delegado, por sua vez, decidiu me soltar... Mas a OBAN me chamou de volta... Foi mais ou menos uma semana de torturas... Depois disso, mandaram-me novamente para o DOPS e aconteceu a mesma coisa porque decidiram me soltar de novo. Ocorre que para me soltar a autorização da OBAN era necessária. Levaram-me de volta para lá (para a OBAN)... Fui novamente torturado de todas as formas...

Posteriormente, mandaram-me de volta para o DOPS com uma ordem de indiciamento na lei de segurança nacional. Daí eu fui indiciado e o caso foi levado para o tribunal militar de exceção... No tribunal militar as coisas tiveram um final... O próprio promotor realmente se convenceu de que não existiam bases legais suficientes, indícios e evidências para pedir a minha condenação. Eu nem fui julgado! Depois de oito ou nove meses, de quase um ano preso, não fui julgado... Acabei sendo solto... Mas eu estava claramente ameaçado. Quando deixei a prisão, fiquei uns cinco ou seis meses na clandestinidade e, no Brasil, o cerco foi se apertando, se apertando, se apertando... Tive que deixar o país no final de maio de 1971 (DIAS, 2014, p. 170).

Após a instituição da Lei da Anistia em 1979, Padilha retorna ao Brasil mas decide voltar para a Suíça, pois tinha um contrato de 4 anos com o Conselho Mundial de Igrejas. Apenas no final de 1983 que decidiu retornar definitivamente para o Brasil.

Com um olhar no presente para o passado, Padilha afirma que:

Fui torturado e humilhado pela ditadura militar no Brasil. Fui agraciado, entretanto, com as políticas reparatórias do Estado de Direito contemporâneo. Gostaria de registrar as minhas percepções. A Comissão de Anistia, com as suas políticas reparatórias, cumpre papéis importantes. [...] O mesmo Estado que me perseguiu estava pedindo perdão naquele momento simbólico. [...] Reafirmo, aqui, todo aquele efeito simbólico que recaiu sobre a minha pessoa naquele instante. Aquilo foi importante, tanto do ponto de vista psicológico, quanto do ponto de vista da remoção abrupta, de dentro do meu âmagô, umas coisas que estavam machucando ainda. Senti-me bastante aliviado. Foi um sentimento sagrado (SEAWRIGHT, 2016, p. 175).

Os trechos de entrevistas, citados acima, realizadas com Anivaldo Padilha por Leandro Seawright e por Zwinglio Dias, se voltaram para a análise do passado, buscando compreender os comportamentos dos religiosos, na política e na religião, durante os vinte um anos da ditadura civil-militar. Agora, com um olhar voltado para o tempo recente, essa pesquisa procura contribuir para uma compreensão mais ampla acerca de atuação de Anivaldo Padilha na Comissão Nacional da Verdade.

Anivaldo Padilha estava sereno, positivo, acolhedor e bastante receptivo na nossa entrevista. Neste dia tivemos apenas duas horas para a realização da mesma, pois logo depois ele iria ao velório da Marisa, esposa do ex-presidente Lula. Mesmo diante da situação delicada, Padilha não desmarcou a entrevista e nem demonstrou pressa ou indisposição. Padilha foi coordenador do GT das igrejas cristãs e, em seu depoimento sobre seu trabalho na Comissão Nacional da Verdade, iniciou explicando como surgiu o convite para coordenar o GT sobre as violações dos direitos humanos nas igrejas cristãs:

Fui convocado, convidado a prestar depoimento perante à CNV e a partir desse meu depoimento, diante à grande parte da importância das igrejas no período, a Comissão decidiu criar um grupo de trabalho para investigar as igrejas e meu pediu

para eu ser o coordenador deste grupo. Não foi um trabalho fácil, porque enquanto os outros Grupos de Trabalho dentro da Comissão estavam trabalhando com o foco principal nos órgãos do Estado, o nosso caso eram instituições eclesiais (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Logo após, ao ser perguntado sobre os pontos positivos e negativos da comissão, declarou que um dos pontos positivos mais importantes foi o desmonte do discurso oficial dos militares:

Outro aspecto importante da Comissão é que conseguimos provar e desmontar o argumento usado pelos militares e pelos que se beneficiaram do golpe, que “a ditadura não foi tudo isso que nós falávamos”, que “a tortura e a violência foram casos isolados de policiais ou alguns setores das forças armadas que extrapolaram seus limites”. Este discurso nós conseguimos destruir mostrando que em 1964 houve uma aliança dos setores empresariais, rurais e urbanos, forças armadas, setores importantes das igrejas, papel fundamental da mídia. Essa aliança foi que possibilitou a tomada de poder e derrubar o governo legítimo, democraticamente eleito e que tinha amplo apoio popular. [...] Os militares estabeleceram um regime de exceção, um Estado de terror, estabeleceram a tortura como método sistemático de interrogatório. Nós montamos em cima de documentação das forças armadas todo o organograma da Comissão, inclusive um documento muito interessante da marinha que nos deu a chave para colocarmos as peças em seus devidos lugares. Tinha-se uma hierarquia muito clara, o Conselho de Segurança Nacional, o presidente da república, o general de plantão da época, o SNI, os comandos militares regionais e os setores de informação, até o quartel onde estavam os DOI-CODIS e toda uma estrutura formada envolvendo a polícia militar, civil e outras áreas da polícia. Nada acontecia aqui embaixo sem que a alta cúpula soubesse. É um documento de Estado e não de governo. Qualquer pesquisador no futuro não vai pensar duas vezes em declarar que tivemos uma ditadura civil e militar (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

No trecho acima, Padilha defende que a CNV conseguiu denunciar como de fato funcionava a hierarquia nos altos comandos militares e que eles sabiam tudo o que ocorria “embaixo”. Isso teria sido possível diante da descoberta de documentos de Estado durante a pesquisa. Acrescenta ainda, uma expectativa de futuro para novos historiadores que não vão poder negar o termo ‘civil’ para designar a ditadura militar, pois já é consenso na academia que o golpe só obteve sucesso graças ao apoio de diversos setores civis.

Sobre os pontos negativos levantou a questão do difícil acesso aos documentos das igrejas e da impossibilidade do grupo de entrevistar colaboradores do regime:

O acesso a documentação era muito mais difícil, na verdade, foi ainda mais difícil pelo acesso delicado à documentação de instituições privadas ao se comparar com o trabalho dos outros GT's que tinham o foco principal nos órgãos do Estado. Encontravam poucas coisas nos arquivos do Estado, então tivemos que estabelecer uma metodologia que foi de primeiro lugar, entrevistas com pessoas que tiveram papel importante naquele período. Por exemplo, a Universidade Mackenzie, que teve papel importante de apoio à ditadura, ou a Igreja Presbiteriana (difícil separar as duas coisas, pois o reitor da Mackenzie era também presidente da Igreja Presbiteriana do Brasil) não forneceu as documentações solicitadas pelo grupo. O

nosso critério foi dar ênfase as pessoas que resistiram e foram vítimas da ditadura, vítimas também da repressão interna nas igrejas. Nós não conseguimos entrevistar pessoas que tiveram papel de colaboração, porque a maioria que tínhamos certeza e documentação com evidências muito claras da colaboração já estava morta e as pessoas que ainda estão vivas e tinham vínculos com as igrejas, se recusaram a falar, como foi o caso do pastor líder da igreja batista de São Paulo e o coronel e general Carlos Brilhante Ulstra que tinha vínculo com a igreja metodista. Este último a Comissão tentou por duas vezes convocá-lo para depor mas ele se negou a falar. Então o nosso trabalho foi mais de entrevistas com as vítimas, principalmente os testemunhos e também documentação que nós encontramos tanto no arquivo nacional quanto no arquivo do Estado de SP e outros arquivos no Brasil. Mas não foi um trabalho fácil (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Sabemos que oficialmente, nenhuma igreja protestante se posicionou após o início dos trabalhos da CNV. Em outras palavras, as Igrejas Evangélicas não se pronunciaram após a ditadura e a redemocratização e, também após o trabalho do Grupo de Trabalho sobre as igrejas cristãs da CNV. Importante ressaltar que, conforme discutimos no Capítulo 1, a liderança das igrejas evangélicas apoiaram o golpe e as políticas ditatoriais e quando tiveram oportunidade de reconhecerem que tais políticas violavam os direitos básicos e intrínsecos de qualquer ser humano, se calaram. Fingiram esquecer o apoio e a omissão aos crimes praticados. E décadas após a ditadura, com a abertura das comissões a fim de investigar os crimes de Estado do período militar – que infelizmente ocorreu tardiamente –, as igrejas evangélicas se fecharam de tal modo que mesmo pesquisadores tiveram total dificuldade para reaver os documentos desse passado obscuro das igrejas, que se encontram em arquivos privados.

O afastamento das igrejas evangélicas, nos últimos anos, dos assuntos acerca dos anos ditatoriais, é evidenciado a partir de um olhar diligente aos jornais e produtos das mídias onde claramente percebemos o silenciamento dessas igrejas, ou melhor, a inexistência de repercussão acerca dos trabalhos.

O não pronunciamento das lideranças eclesiásticas protestantes nos mostra que estas preferiram recorrer ao “silêncio” e ao “esquecimento” do que enfrentar as consequências do alinhamento à ditadura. Sendo assim, concluímos que evitando trazer à tona os diversos casos de fieis que foram mandados à prisão e perderam completamente o convívio com os familiares e amigos, perderam direitos políticos e até mesmo a liberdade, foi que as Igrejas Evangélicas (Batistas, Metodistas, Presbiterianas, etc.) decidiram colocar tudo pra debaixo dos tapetes e seguir como se realmente tivessem salvado o país de uma ameaça comunista ou uma ditadura à esquerda. Não demonstraram arrependimentos (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Embora a Comissão tivesse poder de requisitar documentos de órgãos do Estado não podia fazer o mesmo com as instituições privadas. O “fechamento” das igrejas dificultou a cooptação de importantes documentos:

Os únicos documentos da Mackenzie que conseguimos foram os que estavam no Dops de SP, que era um relatório de alguém infiltrado de lá, elogiando a postura do Mackenzie de apoio à ditadura (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Essencialmente, o trabalho do GT consistiu de entrevistas com as vítimas e também de documentação que foi encontrada no Arquivo Nacional, no arquivo do Estado de São Paulo e em outros arquivos no Brasil.

Anivaldo Padilha observa outro ponto negativo acerca dos trabalhos do GT, que foi o resultado do relatório final, que mesmo satisfatório, representou um trabalho bastante resumido, distante da realidade dos esforços dos pesquisadores:

A minha participação não estava restrita somente a parte das igrejas pois como assessor da Comissão eu tinha que participar de outras atividades também. No fim a gente conseguiu reunir uma massa muito grande de material mas tivemos limitações em relação ao relatório. O relatório inicial que preparamos tinha quase 300 páginas mas para o relatório final que se tornou o oficial da Comissão, tivemos que reduzir tudo à umas 50 páginas. Por isso focalizamos mais na resistência e nas vítimas, apesar de termos mencionado também alguns colaboradores (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Como coordenador, Anivaldo Padilha teve a responsabilidade de escolher os membros que compuseram o GT das igrejas cristãs, e afirmou que as escolhas foram além de afinidades pessoais, mas que também considerou a trajetória e a influência no meio acadêmico dos membros convidados:

O critério que usei para convidar as pessoas para participar do grupo, foi um critério de conhecimento acumulado. Eu já conhecia, tinha uma rede de amigos e relações, pessoas que estavam principalmente nas universidades, na academia e que já tinham trabalho acadêmico focado no papel das igrejas naquele período. [...] Devido também ao pouco tempo que tínhamos (apenas 2 anos) queríamos fazer um trabalho exaustivo mas não foi possível, por isso convidei o Leonildo Campos para participar, o Zwinglio Dias, Magali do Nascimento, o padre e historiador Oscar Beozzo (grande conhecedor da história da IC) e outras pessoas que davam colaboração grande como também o Jorge Atílio Iulianelli (fica claro também que eles já tinham trabalho nessa área). Então tudo isso facilitou pois eram também pessoas muito comprometidas com o tema, colaborando para desvendar o que tinha acontecido naquele período. Tinham compromisso também eclesial no sentido de saber a importância dessa História e do resgate dessa memória com uma contribuição para as discussões que hoje ocorrem dentro das igrejas tanto católicas quanto evangélicas, com esse avanço conservador e obscurantista (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Ainda outros dois importantes problemas são levantados por Padilha que foram a questão do pouco tempo para a realização de todo o trabalho de investigação e reunião de documentos e, a falta de uma política clara de comunicação:

Muita coisa ficou de fora, não tivemos condições e nem tempo (é um trabalho de anos) daí a importância da criação de uma Secretaria que desse sequência com o apoio de convênios, centros de pesquisa de universidades... para incentivar pesquisadores a dar continuidade aquele trabalho. Dilma assinou uma decisão de implementar essa recomendação na última semana do governo dela, uma semana antes do impeachment. Uma pena, porque vai ser muito difícil retomar ainda mais no ímpeto da situação atual.

[...] A CNV não teve uma política de comunicação muito clara, tinha assessoria de imprensa mas não uma política de comunicação que pudesse realmente fazer uma divulgação sistemática do seu trabalho como um todo, as coisas saíam muito fragmentadas. Também dependia muito do trabalho das audiências públicas que a gente fazia pra divulgar, porque era o que chamava mais atenção da mídia (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

O Brasil instalou sua comissão da verdade tardiamente e não contava com nenhuma experiência em como organizar o importante e difícil trabalho de investigação do próprio passado. Devido os diversos problemas que os membros tiveram na instalação da comissão, “ela demorou uns 5 meses para conseguir estabelecer um método de trabalho”:

A comissão foi instituída em maio de 2012 e só em agosto convocou um encontro em Brasília com 30 e poucos representantes das Comissões da Verdade do mundo. Foi um encontro de uns 3 dias para compartilhar experiência. Foi muito importante porque deu pros membros da comissão uma certa perspectiva de trabalho que foi bastante aproveitada. Também havia umas dúvidas de vários aspectos, uma delas é em relação a própria liberdade da comissão em estabelecer seus critérios e metodologias (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Além disso, existia uma discussão quanto à sigilidade da comissão. Se o trabalho deveria ser divulgado conforme fossem acontecendo ou apenas após a entrega do relatório final.

Havia também uma discussão se o trabalho da Comissão tinha que ser sigiloso e só divulgado no relatório final ou não. Isso também gerou uma discussão muito grande e demorou-se bastante para chegar um consenso e finalmente, depois de uns 8 meses, decidimos que seria divulgado. O receio era que em alguns casos a divulgação dos fatos na medida em que a gente fosse encontrando documentos e provas novas pudesse prejudicar o andamento da Comissão. Os depoimentos dos torturadores, por exemplo, foram públicos, com exceção de alguns que exigiam que fosse sigiloso, algo que era direitos deles (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Para Padilha, embora tenham tido pouco avanço pelo tempo insuficiente e pela falta de infraestrutura para dar conta de tudo, eles avançaram na “descrição da repressão e também na

interpretação do objetivo principal da repressão”. Padilha faz declarações importantes ao relacionar a ditadura como um “Estado terrorista”. Para ele, a CNV foi importante por revelar as reais intenções por trás das ações das forças armadas nas perseguições, prisões e tortura:

O relatório mostra que esse regime de terror que foi estabelecido foi um Estado terrorista, pois não só torturava durante os interrogatórios como também criava um clima de terror na sociedade. Vez ou outra, apesar da censura, a ditadura permitia divulgar torturas, então a população, de certa forma, sabia do que estava acontecendo naquela época. Raramente se encontrava uma pessoa que não sabia de alguém que tinha sido preso e torturado. Essa era uma forma de criar um terror na sociedade para que as pessoas fiquem com medo, medo de agir, de reagir e medo de falar. Tem aquela música do Chico Buarque, Apesar de você, que tem o verso que diz “A minha gente hoje anda, falando de lado e olhando pro chão”, era isso o que acontecia na época. As pessoas tinham medo (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Outra coisa que conseguiram mostrar, segundo o entrevistado, foi que o número de mortes aumentou consideravelmente justo no período de “abertura” com Geisel:

Outra coisa que nós conseguimos mostrar também é que o objetivo da repressão, principalmente a partir do AI-5, não era prender, não era simplesmente uma luta contra os opositores mas era uma política muito clara de extermínio. De levar ao assassinato de pessoas, as principais lideranças daqueles que, não necessariamente eram terroristas, mas que resistiram em dar a informação que os militares queriam. Tanto que a partir de 1970 aumentou muito o número de mortos, principalmente no período de Geisel. Há um certo mito de que no período de Geisel com a abertura, ele conteve a repressão, mas na verdade foi intensificada a partir da posse dele, isso também foi provado através de documentos. Algo muito importante da Comissão é que conseguiu organizar documentos de posse do Estado que reconhece que o Brasil viveu durante 21 anos um Estado policial, terrorista (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Durante todo o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade, e mesmo após, não houve pressão externa das igrejas evangélicas ao trabalho realizado. As igrejas não se pronunciaram e se mantiveram indiferentes porque, para Anivaldo, “a maioria esmagadora das pessoas das lideranças que tinham participado da repressão, naquele momento queriam se ver livre daquela herança”(ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal). As igrejas, de modo geral, muito conservadoras e fechadas recorreram ao “esquecimento” e dificultaram o acesso de pesquisadores aos arquivos e documentos da época.

Houve sim uma dificuldade de conseguir documentações, por exemplo, a Universidade Mackenzie, que teve papel importante de apoio a ditadura, ou a Igreja Presbiteriana (difícil separar as duas coisas pois o reitor da Mackenzie era presidente da IPB), não nos forneceu as documentações que pedimos. A Comissão teve poder de requisitar documentos de órgãos do Estado mas de instituições privadas não. Então não foi possível mas os únicos documentos da Mackenzie que conseguimos foram os que estavam no Dops de SP, que era um relatório de alguém infiltrado de lá, elogiando a postura do Mackenzie de apoio à ditadura. A igreja Metodista, tivemos acesso a documentação, mas estava muito vaga e não tinha muitas

informações, por exemplo, os momentos de grandes decisões da igreja não constavam na documentação, ou nunca existiu ou foi destruída (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Entretanto, houve pequenas reações individuais de evangélicos a alguns eventos relacionados com a divulgação do relatório final. Para demonstrar, Padilha usa dois exemplos, um próprio de quando descobriu que fora delatado pelos irmãos Sucasas e outro de uma possível mudança de nome de uma estação de metrô.

Eu fui denunciado por um bispo e pastor da igreja, eu já desconfiava e sabia que tinha sido delatado por alguém, mas não tinha provas. Pesquisando no Dops encontro lá os documentos. Os dois irmãos Sucasas (bispo e pastor da Metodista) foram lá fazer uma denúncia de infiltração comunista na Metodista e ali fui mencionado. Eu fiz essa denúncia antes da Comissão, na matéria da Isto É em 2011, isso causou um alvoroço, pois divulguei os nomes de pessoas importantes da época. Portanto, houve algumas reações consideradas na igreja como importantes mas isso não se tornou público. A igreja tentou há dois meses mudar o nome da estação de metrô da Vila Mariana-SP, para o nome do colaborador Enéas Tognini mas muitas pessoas comentaram o projeto de lei e não aprovaram a atitude. Por fim, houve reações de indivíduos das igrejas mas reação pública e oficial das igrejas não (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

No final da entrevista, Padilha declarou que internamente não houve embates ou conflitos consideráveis. Segundo seu testemunho, houve sim um consenso e harmonia entre os membros da CNV:

Houve um consenso do começo ao fim. Nunca houve divergência entre nós. Houve sim dentro da Comissão como um todo, conflitos de personalidade e tal. Mas no nosso grupo todo mundo se conhecia e se respeitava, mesmo diante as discordâncias a gente chegava num consenso sem nenhum conflito (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

3.2. LEONILDO SILVEIRA CAMPOS

Acerca da trajetória de vida de Leonildo Campos nos anos ditatoriais, começaremos com o ano de sua prisão, 1969. Nessa época era membro da Igreja Presbiteriana e estudante de teologia. Campos explica os motivos que condicionaram a sua prisão:

Fui preso em 1969. E foi assim... Eu entrei na Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana Independente em 1968. Logo no primeiro semestre, por volta do mês de maio e de junho de 1968, houve um conflito entre os estudantes com os dirigentes da Faculdade de Teologia. Os estudantes acabaram se recusando a fazer provas no mês de junho quando a diretoria da Faculdade aproveitou a oportunidade e fechou o Seminário, expulsou todos os alunos. A Faculdade impediu a volta de

muitos deles em agosto de 1968. [...] Em 1968, no segundo semestre, muitos estudantes da Faculdade de Teologia Presbiteriana Independente, que ficava no quilômetro 12 da rodovia Raposo Tavares, próxima da USP, muitos deles frequentavam as assembleias da USP e passeatas de alunos. Embora eu mesmo não participasse porque não tinha tempo pra isso, porque fazia Faculdade de manhã, de tarde e de noite trabalhava num banco para me sustentar. Não participava diretamente nessas passeatas, mas eu escrevi uma carta para um ex-colega de Seminário em Londrina na qual eu fazia algumas referências assim: “aqui nós temos participado do Movimento Estudantil e é a nossa forma de manifestar nosso descontentamento com a Ditadura Militar no Brasil”. Mas esse colega morava numa pensão e, dos dois colegas de quarto dele, um trabalhava no setor de segurança do Banespa. Eles descobriram uma forma de abrir o banco durante a noite para roubar dinheiro. [...] A polícia chegou nos dois que roubaram o banco e descobriram a minha carta que dizia que estávamos participando de passeatas (SEAWRIGHT, 2016, p. 185).

Na prisão, Campos foi bastante torturado com choques elétricos mas por falta de provas conseguiu ser solto dentro de 10 dias. Contudo, foi tachado de subversivo e perdeu o emprego em um banco.

Enrolavam fios na nossa mão e descarregavam eletricidade. Fui acordado à 1h por uma metralhadora encostada na barriga.

O meu pai veio de Sorocaba e me procurou. Imagina! Eu tinha sido sequestrado em minha casa, de madrugada e por uns caras armados. Ele queria saber onde eu estava. Aí ele foi falar com o coronel Faustini que era chefe do Serviço Secreto do II Exército, em São Paulo. Aí ele foi falar com o coronel Faustini que, por sua vez, armou um esquema de ir à OBAN para me interrogar. [...] Aquele coronel era muito importante! [...] Ele pensou que eu não o reconheceria, mas frequentei a mesma Igreja que ele embora lá tivesse 700 ou 800 pessoas em cada culto. Eu sabia que o cara estava lá sempre. [...] Lá para o 5 dia, mais ou menos, o coronel Faustini, da nossa Igreja, falou para o meu pai “ele está bem...ele vai ficar aqui mais uns 5 dias preso porque tem que completar os 10 dias. Porque o AI-5 determinou que aquele que fosse preso pela Lei de Segurança Nacional não poderia ficar menos que dez dias preso para averiguações (SEAWRIGHT, 2016, p. 186).

A entrevista realizada pela autora da presente pesquisa com Leonildo Silveira Campos trouxe algumas questões importantes, sobretudo sobre o trabalho na CNV, e ajudou a consolidar as problematizações levantadas por Anivaldo Padilha. A primeira parte da entrevista aconteceu de modo mais informal em uma sala da Faculdade Mackenzie, à noite, em que Leonildo focou na Comissão Nacional da Verdade. A segunda parte da entrevista ocorreu em um salão do hotel Braston na movimentada rua Augusta em São Paulo, onde discorreu mais detalhadamente sobre sua vida religiosa pré-golpe e ditadura. Inicialmente, Campos demonstrou enorme reconhecimento em citar Padilha como coordenador do GT:

A escolha dos integrantes dos chamados Grupos de Trabalho (GT) da CNV, no que se refere as igrejas cristãs no período da ditadura, teve o dedo do Anivaldo Padilha. Penso que a importância do Anivaldo Padilha neste episódio, ou a escolha dele, foi

devido a sua trajetória política, as suas experiências no Brasil e depois como exilado, ele atuou diretamente nos EUA junto a organismos ligados ao departamento de Estado e a organismos de defesa dos direitos humanos nos EUA (atuação foi retratada no livro do James Naylor Green – no livro “apesar de vocês-oposição a ditadura brasileira”). Em função desse trabalho e também por ele ser pai do ministro da saúde do governo da Dilma, o Alexandre Padilha. Por estes motivos foi dado a Anivaldo a oportunidade de convidar algumas pessoas. Aí ele me convidou e convidou também o Zwinglio, Jorge Atílio Iulianelli, Leandro Seawright e outros... A Comissão foi composta por pessoas pegadas sem um propósito central que pudesse identificar essas pessoas e na necessidade de trazer mais gente, Anivaldo Padilha convidou a Magali Nascimento que acabou sendo a redatora do texto final sobre as igrejas evangélicas (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

Para Campos, as pessoas escolhidas por Anivaldo que compuseram o GT das igrejas cristãs não pareciam ter um propósito central que permitisse a identificação do grupo mas foram “pegas” por uma demanda de pessoas que pudessem trabalhar na pesquisa (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal). Enquanto Anivaldo Padilha justifica que essas pessoas foram escolhidas por ele pois já possuíam uma longa trajetória de estudos e pesquisas sobre o tema. Também pelo envolvimento direto de alguns (Zwinglio e Leonildo) com a ditadura e pela influência no meio acadêmico (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Em relação ao relatório final produzido pelo grupo, Campos é categórico e afirma que produziram às pressas pois tinham uma grande expectativa de que Dilma Rousseff (na época presidente do Brasil) conseguisse prorrogar o prazo – o que não aconteceu.

O texto que nós produzimos no final do ano 2014 foi muito em cima da hora, por que a gente estava na expectativa de que a Dilma conseguisse prorrogar por mais um ano, pelo menos, as investigações da CNV mas no final do período dela de 2014 ela queria trazer a público o relatório pra comemorar os 50 anos da implantação da ditadura no Brasil. A gente foi então quase que pressionado a fazer o mais rápido possível o relatório (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

Para o entrevistado, há ainda uma outra questão importante que surgiu quase no fim dos trabalhos do grupo e que pode ter dificultado o desenvolvimento do mesmo:

O grupo que ficou por conta das igrejas evangélicas tinha o Leandro Seawright como quem deveria fazer o relatório, mas como acabou saindo no final, não foi possível colher todo o material que está com ele. Assim Anivaldo convida no último ano do funcionamento, a jornalista Magali pra fazer parte da CNV e ajudar na redação do relatório (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

Sobre o Leandro eu suspeito que o pessoal da direção da CNV já estava com medo de que pudesse deserdar do grupo e tenha pressionado pra ele assinar o termo de confidencialidade. Ele disse que não ia assinar, mas me parece que só o Iulianelli que foi convidado para assinar e assinou sem problema nenhum. Esse documento não chegou na minha mão e nem nas mãos de nenhum outro e não sei porque chegou pro Leandro assinar. De toda forma ele usou isso como sendo um bom argumento pra abandonar o barco, na verdade ele já tinha abandonado o barco à essa altura (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

O termo de confidencialidade referido por Leonildo, de fato não foi assinado por Leandro que afirma em seu artigo já citado que considera “que a “transcendência crítica”, a clareza na análise, o comprometimento público, a transparência da “justiça de transição”, bem como a “democracia documental” são compromissos e valores fundamentais do trabalho acadêmico relacionado à história pública” (SEAWRIGHT, 2016, p. 327). Faz um esclarecimento em nota de rodapé:

Anivaldo Pereira Padilha enviou o “termo de confidencialidade” por e-mail no dia 8 de agosto de 2013 para todos os componentes do GT sobre o “Papel das igrejas na ditadura”. Ele escreveu, no corpo do e-mail, entre outras coisas, que: “fazer parte de um grupo de trabalho da CNV exige um grau elevado de confidencialidade em relação às informações que nos chegam por meio de documentos, entrevistas, depoimentos e também de conversas que ouvimos. Isso não significa "secretismo" e sim um comportamento discreto essencial para que possamos atingir nossos objetivos” (SEAWRIGHT, 2016, p. 327).

Além disso, perguntei ao Leandro Seawright em busca de maiores informações, sobre a razão de não ter assinado o termo de confienciabilidade. Ele respondeu:

Imagine! Enquanto eu estava lá, jamais exporia os assuntos internos ou confidenciais: eles sabiam disso quando me deram o crédito para trabalhar com o GT. Tenho uma vida pública de pesquisa, ilibada e junto à Universidade. Por outro lado, findo o trabalho: os documentos são públicos e os usei abundantemente em pesquisas. Mas, note o cerne do problema: como uma Comissão, um GT, um grupo, que se opõe à censura de Estado, em nome do Estado, pode promover o estímulo à autocensura; não sei se foi isso que levou o Anivaldo a falar algumas coisas que não condizem com a pessoa ética que ela certamente é, mas não me chateio não. O trabalho, a minha parte do trabalho, foi feita com excelência de um humanista e de um cidadão brasileiro. Eu aplico outras razões no meu artigo já mencionado (ENTREVISTA, 2018, arquivo pessoal).

Essa questão em especial, da saída de um membro nos momentos finais do trabalho do GT parece ter trazido aos demais membros uma certa dificuldade em dar continuidade aos trabalhos e a redação do relatório. Para um maior esclarecimento, perguntei a Magali Nascimento Cunha que teria “entrado no lugar do Leandro Seawright” sobre a questão da sua entrada no grupo:

Eu colaborava com o GT ampliado desde 2013 por conta da minha pesquisa de mestrado que estudou a resistência evangélica durante a ditadura civil-militar pelo movimento ecumênico. Em 2014 foi aberta a vaga para pesquisadora por conta da desistência de pesquisador que vinha atuando na cobertura dos materiais referentes às Igrejas Evangélicas e participei do processo de seleção (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Mais tarde em nova entrevista, Magali Cunha confirma:

Havia uma equipe de pesquisadores (4) que se dedicaram a levantar o material de forma mais sistemática, participar de audiências públicas e de coleta de depoimentos. Eram: Luci Buff, Anivaldo Padilha, Jorge Atílio Iulianelli e Leandro Seawright. Havia também um grupo grande de consultores que se reunia mais intensamente no início do trabalho, entre eles Daniel Schimidt e Leonildo Campos do qual eu fazia parte. Em 2014 o Leandro deixou a equipe de pesquisadores pois tinha que terminar sua tese de doutorado. Fui então convidada para assumir como pesquisadora no lugar do Leandro. Passei então a trabalhar diretamente com Luci, Atílio e Anivaldo. Reunimo-nos mensalmente e distribuíamos as tarefas. Ao fim, eu e o Atílio ficamos responsáveis pela redação do texto que consta no relatório (ele da parte sobre os católicos e eu da parte sobre os evangélicos), sendo a Luci e o Anivaldo os revisores (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Novamente em busca de maiores esclarecimentos, procurei por Leandro Seawright sobre o assunto da sua possível “saída” do grupo. Respondeu que permaneceu até o final dos trabalhos do GT e ainda participou da redação do relatório final. Em razão disso, nos apresentou um documento disponibilizado pelo coordenador-geral da Comissão Nacional da Verdade André Saboia Martins datado de 10 de julho de 2015 que declara sua atuação como pesquisador da CNV contribuindo para a elaboração do relatório final apresentando à presidente Dilma Rousseff em 2014. O documento segue anexo.

Sim. [...] para não haver dúvidas, enviarei um documento oficial para que você mesma confira e confirme o que estou aduzindo. Afinal, historiadores trabalham com documentos também e faz parte do seu trabalho heurístico checar as fontes. Peço que você cite o documento integralmente em seu texto para provar que, se algo foi dito em contrário, certamente tem a ver com a firmeza cidadã e a postura isenta que nutri na busca incansável pela justiça de transição também nessa oportunidade tão gentilmente concedida a mim. Na fase final, o Anilvado conseguiu que chamasse a brilhante Magali Cunha – ao lado de quem estou, mesmo à distância, nesse processo em que foi, juntamente com o esposo, sumariamente demitida da Universidade Metodista de São Paulo: me parece, não tenho certeza, que por questões políticas. Uma outra pessoa que nada tinha de instrução sobre história, sociologia, humanidades...foi chamada para compor a equipe de redação do texto final; gostaria que você citasse o documento que lhe enviei na íntegra se achar que deve. Ele responde e é oficial: lá consta também o que fiz na atuação junto ao GT (ENTREVISTA, 2018, arquivo pessoal).

Portanto, alguns conflitos dentro do GT e a saída de um membro em um momento importante para o grupo podem ter dificultado o término do trabalho por um momento, mas não impossibilitaram que o grupo realizasse um trabalho bem acabado e plausível sobre “as igrejas cristãs e a ditadura”. A necessidade da saída de um membro foi resolvida com a entrada da Magali Cunha e o resultado final do relatório foi bem avaliado pelos integrantes, dentro das limitações existentes.

A CNV foi instalada tardiamente no Brasil principalmente, porque mesmo após a redemocratização, os governos civis e democráticos governaram com um certo receio de retomaram as questões da ditadura e com reverência as forças armadas. O Brasil sempre

demonstrou uma característica forte conservadora e ainda lida com a herança do autoritarismo deixado pelas ditaduras.

Nesta perspectiva, Campos menciona que o ponto fraco da comissão foi a falta de estrutura e autoridade do governo da Dilma Rousseff em exigir explicações e documentos oficiais dos militares. O governo da ex-presidenta assim, foi sufocado pelas pressões vindas das forças armadas em não revisitar os assuntos que tanto procuram esconder sobre a ditadura.

A comissão surgiu num período que estava começando o desgaste do governo do PT. O FHC cozinhou galo durante os 8 anos dele tentando evitar o confronto com o Exército. A Dilma então toma pra si o que o FHC não teve coragem de fazer e nem condições políticas e nem o Lula teve condições também de fazer, ela como ex-presença política resolve colocar a mão nesse negócio, mas ao decorrer das investigações e das pressões dos ex-militares a presidenta foi se desgastando muito e perdendo a autoridade porque o Exército bateu o pé “nós temos segredos e não vamos abrir mão disso, em hipótese alguma” e alegando sempre que os documentos foram destruídos. No final do governo Dilma ela não tinha mais força nenhuma para se impor perante os militares e exigir que a verdade viesse à tona (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

Leonildo Campos acredita não ser correto e nem necessário as forças armadas manterem a aliança tácita sobre as arbitrariedades cometidas nos anos ditatoriais que já são de conhecimento público:

Parece que isso não é correto, há um livro que está circulando por aí de um jornalista investigativo que mostra como os documentos sob o poder dos militares foram sendo destruídos no decorrer do processo de desmonte dos serviços de informação, DOI-CODIS, DOPS... Muitos documentos foram microfilmados, escondidos [...] Não havia interesse por parte do Exército trazer à tona essa problemática toda, porque o Exército encarou a luta contra a subversão como sendo uma guerra e eles tem uma posição muito firme em respeito à guerra. A guerra envolve um lado muito escuro e secreto das estratégias que não devem vir a público e os generais e coronéis que participaram da repressão no Brasil tinham um certo acordo tácito entre eles de que não iriam nem durante a luta e nem depois iriam abrir detalhes sobre a participação deles. Eles nunca quiseram trazer à tona isso o que eu acho que foi uma besteira, eles deveriam falar “nós participamos de uma guerra que custou isto, isto e isto, nós fomos obrigados a fazer muitas coisas e os resultados estão aí, agora a história julga como quiser”. Eles acham que é uma afronta contra as forças armadas brasileiras abrir o jogo (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

Dentre os elementos negativos da CNV, já mencionados, há ainda um aspecto relacionado à própria estratégia administrativa. Campos acredita que o ideal seria optarem por colocar “um homem ou mulher forte em frente à comissão que puxasse o trabalho desde o começo até o final”, mas escolheram colocar “7 ou 9 pessoas em que cada um deles teria uma

coordenação de 3 meses. Então o Paulo Sérgio coordenou durante 3 meses e depois outro e, por aí vai” (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

Dessa forma, o trabalho da CNV não foi realizado em um método unificado, ao contrário, cada um dos escolhidos para ficar a frente da CNV possuía uma versão diferente da função e da forma de funcionar a comissão. “Então ficava a comissão meio assim – 3 meses vai pra lá, nos outros 3 meses vem pra cá” (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal). Apenas nos últimos 6 meses do prazo da comissão que Dilma Rousseff e outros assessores tiveram a ideia de colocar um só elemento mas isso não aconteceu (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

Portanto, a instabilidade da circularidade dos dirigentes da CNV resultou mais em uma grande fragilidade.

Sobre o questionamento acerca de uma possível pressão externa das igrejas ao trabalho da comissão, Campos corrobora a declaração feita por Anivaldo Padilha de que não houve interesse das igrejas no assunto:

A rigor não houve pressão nenhuma das igrejas, elas não estão interessadas nem em descobrir a respeito do seu envolvimento e nem estavam preocupadas com o assunto. Durante todos os anos que houve uma discussão acirrada na imprensa secular sobre a anistia já com o fim da censura prévia, nos últimos anos do regime militar, as igrejas evangélicas nunca publicaram material a respeito da anistia (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

Já sobre os embates internos, o protestante acredita que o diálogo fluiu bem, contudo afirma que alguns conflitos de vaidade se estabeleceram mas não foram importantes a ponto de prejudicar o resultado final da CNV:

Internamente o diálogo fluiu muito bem entre os dois grupos, católico e o evangélico, porém em todo grupo, mesmo quando ele é pequeno, está sempre presente a questão da vaidade, especialmente no mundo acadêmico, que se encontra muito a vaidade pessoal, investigadores que escondem material dos outros pesquisadores como sendo uma posse dele. Então alguns elementos da Comissão não trabalharam com transparência no sentido de compartilhar os dados obtidos e as vezes dados obtidos com apoio econômico da Comissão, houve quem trabalhasse para levantar dados e esses dados nunca apareceram. Foram financiadas por órgãos federais e num caso específico, do GT de SP havia verbas disponível vindas de um grupo de pesquisadores da UFMG. Houve então esses casos de vaidade e dificuldades mas nada que configurasse publicamente (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

Um dos maiores conflitos acerca da CNV era a discussão se ela deveria ou não punir, os torturadores.

Os familiares de mortos e desaparecidos insistiam que a Comissão deveria ter poder de julgamento, mas não é possível num estado democrático de direito você criar um tribunal especial para julgar determinados crimes. Queriam que os torturadores fossem punidos ou julgados num estado de direito, com liberdade de defesa coisa que eles não nos concederam durante a ditadura (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Internamente, alguns membros da comissão esperavam que após as denúncias houvesse uma segunda fase em que a “justiça” seria feita. Contudo, a maior parte dos integrantes da CNV achava que cobrar justiça ou julgamento não era o papel da comissão, mas apenas de levantar os dados. Isso só ocorreria caso o ministério público ou alguém quisesse abrir um processo na justiça. Leonildo Campos é categórico ao afirmar que a comissão não teria interesse em punir.

Chegou-se à conclusão de que o papel da comissão era de apenas investigar as violações dos direitos humanos ocorridas durante as duas ditaduras que o país vivenciou. Outro ponto importante definido foi de que a comissão, mais especificamente, o GT das igrejas cristãs, não iria investigar os crimes ocorridos dentro das igrejas, apenas aquilo que tivesse em correspondência ao Estado e aos agentes estatais da época. Embora fosse possível traçar um panorama de dupla perseguição, dentro e fora dos templos, o objetivo da comissão foi apenas o de analisar os casos de crimes cometidos pelos agentes do Estado e surpreende o número de casos em que, já supracitado, militares eram também evangélicos, atuando assim facilmente, nos dois cenários.

Leonildo Campos chama atenção para o contraste entre dois grupos durante a ditadura - os membros da luta armada e os militares anticomunistas – essa dicotomia [vítima e algoz] se firmou como discurso único dos redatores do relatório final da CNV. Além disso, serve para compreendermos que nem sempre a esquerda, revolucionária, desempenhou boas ações ou se consolidou de bons discursos. Campos afirma:

Então os participantes da CNV foram portadores também de equívocos no sentido de não perceber bem as tonalidades diferentes. Então todos aqueles que lutaram contra a ditadura militar são nossos amigos e nossos heróis e todos aqueles que defenderam são os nossos inimigos, são os demônios que tem que ser exorcizados. E a realidade não é bem preto e branco, ela tem outras gradações e tonalidades também e naquele contexto de radicalização por parte dos militares que não quiseram ceder informação nenhuma e nós queríamos informação a respeito de determinados assuntos, não se chegou a um acordo (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

A CNV teve conhecimento de quebras dos direitos humanos por parte do pessoal da esquerda, inclusive assassinato de pessoas da esquerda por outras da esquerda mesmo com medo de que passassem informações pro lado da repressão. A CNV nunca se preocupou com isso o que levou a um questionamento por parte de Eliézer Rizzo dizendo que a comissão foi parcial, apontou sempre os militares como responsáveis e nunca o pessoal da esquerda (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

Esse assunto foi o grande questionamento de Eliézer Rizzo na publicação do livro *Além da anistia, aquém da verdade: o percurso da Comissão Nacional da Verdade*, em 2015. Para Rizzo, a CNV consistiu em um golpe que não realizou uma ampla investigação (de todos os lados), mas apenas por parte dos agentes policiais e militares. A violência revolucionária de orientação marxista não teria sido investigada pela CNV que, de modo infeliz, diminuiu a importância da resistência pacífica de parte da sociedade civil. Esta sim teria sido importante na derrocada da ditadura civil-militar, segundo Rizzo (OLIVEIRA, 2015, recurso online).

Leonildo acredita que as críticas lançadas por Rizzo aos trabalhos da comissão tenham sido em parte, pela visibilidade da importância do trabalho da CNV que ampliou grandes expectativas em vários intelectuais de participar das pesquisas e como Rizzo não foi convidado para compor o GT fez alguns apontamentos sobre o trabalho:

O que houve certamente é que havia uma expectativa de vários intelectuais para participar da CNV tanto no GT das igrejas como em outros e acabaram se tornando um pouco críticas em relação ao trabalho, críticas vindas de Eliézer Rizzo de Oliveira, do Frei Beto e outros estejam relacionados com um certo desejo de que poderiam prestar um bom trabalho e, de fato, poderiam ter prestado um bom trabalho para o funcionamento da Comissão (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

Campos compartilha, de certo modo, da opinião de que a dicotomia já citada entre vítima e algoz deve ser problematizada:

Pra ser fiel a verdade a gente tem que reconhecer que entre todos aqueles que faziam questionamentos ao regime militar havia uma concepção diferenciada de democracia que se desejava para o Brasil após uma queda da ditadura. O grupo, por exemplo, que estava com a Dilma, José Dirceu, Genuíno, não eram a rigor simpatizantes por um tipo de democracia norte-americana ou europeia eles queriam para o Brasil uma ditadura do proletariado e nós tínhamos uma ditadura militar. Qual a diferença entre uma ditadura militar e uma ditadura do proletariado? Ambas são ditadura e não tem muito compromisso com os direitos humanos (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

Assim como Padilha, Campos acredita que a CNV tenha surgido num contexto político desfavorável em um governo do PT que acabou em impeachment:

Talvez a CNV tenha surgido num contexto político desfavorável, governo no PT, governo Dilma e um governo que acaba em impeachment. Então eu suspeito que até os sites oficiais do governo federal que hoje estão abertos para investigações monumentais não somente da Comissão Nacional da Verdade como também do projeto Brasil Nunca Mais no futuro a gente tenha que investigar e buscar essas informações em outros lugares e não nos sites oficiais do governo porque o governo

que está aí não é nada simpático ao estilo desenvolvido pela CNV (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

Por fim, cita que não houve nenhuma reação das igrejas evangélicas aos trabalhos da CNV:

Se for medir pelas publicações em jornais evangélicos a gente não encontra nada, absolutamente nada. Houve um silêncio, que indica uma despreocupação das igrejas evangélicas com o assunto e também pode indicar o sentido de que “é melhor sepultar e deixar no passado e vamos esquecer, tocar a coisa pra frente por que os nossos interesses são mais espirituais e pastorais e não estamos preocupados com ação social”. Houve um silêncio total a respeito do assunto, nem a favor e nem contra (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

3.3. ZWINGLIO MOTA DIAS

O professor de Ciências da Religião e presbiteriano Zwinglio Dias através de sua trajetória e história de vida fez importantes contribuições para o esclarecimento de eventos que ocorreram na ditadura civil-militar brasileira. Foi responsável pela produção do documentário *Muros e Pontes: Memória Protestante na ditadura* e também pelo lançamento do livro intitulado *Memórias Ecumênicas Protestantes – os protestantes e a ditadura: colaboração e resistência*, ambos em 2014. A obra e o documentário reúnem depoimentos e entrevistas de alguns protestantes e ex-protestantes que, “nas décadas de sessenta e setenta do século passado, juntamente com muitos outros, consagraram suas vidas à luta contra a ditadura civil-militar imposta pelas armas à sociedade brasileira a partir de 1964” (DIAS, 2014, p. 14).

Em razão dos eventos que propiciaram sua prisão, Dias afirma:

Fui expulso, com mais oito colegas, do Seminário Presbiteriano de Campinas, em 1962, porque o nosso discurso teológico de salvação das almas passava pela ética e a preocupação social (CARDOSO, 2011, recurso online).

Dias era antigo membro do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), que promovia reuniões para, entre outras ações, trocar informações sobre os companheiros que estavam sendo perseguidos. Passou quase um mês preso no Doi-Codi carioca, em 1971. Declara que as torturas que sofreu foram em maior parte, psicológicas e morais, que físicas: “Levei um pescoço, me ameaçavam mostrando gente torturada e davam choques em pessoas na minha frente” (CARDOSO, 2011, recurso online). Zwinglio sempre muito suscinto quando o assunto é sobre os dias que passou preso e as torturas sofridas.

Nosso contato aconteceu durante todo o período da pesquisa do mestrado e da construção da presente dissertação. Sempre disponível e receptivo, me atendeu várias vezes na própria Universidade Federal de Juiz de Fora e se dispôs a contribuir abertamente com os assuntos que marcaram sua vida. Entretanto, entre os entrevistados, Dias foi o mais reservado e conciso no que referia aos assuntos da sua vida pessoal, como traumas, prisão, perda do irmão Ivan Dias, exílio e sobre seu trabalho na CNV. Sempre em tom acadêmico, discorreu mais sobre o protestantismo no Brasil e sobre a postura das igrejas evangélicas na ditadura.

Na entrevista realizada no dia 18 de maio de 2017, em que o assunto central era seu trabalho na Comissão Nacional da Verdade, contou que participou de 3 ou 4 encontros. Foram reuniões em que o GT referente às investigações sobre as igrejas cristãs “levantaram testemunhos e relatos de situações que pessoas foram denunciadas por elementos de suas comunidades religiosas” (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Acerca dos pontos negativos que marcaram a comissão, Dias citou dois aspectos já levantados pelos outros entrevistados:

Houve um desinteresse enorme das igrejas em relação aos trabalhos da comissão. Não houve no interior das igrejas nenhum movimento no sentido de rever posições, de pessoas dos internos das igrejas em relação a sua adesão a ditadura e também tantos anos depois não teve nenhuma atitude de revisão por parte das igrejas. Sorte que nossa presença nesse subgrupo foi mais em caráter individual com vítimas do processo que outro coisa e, claro com alguma expressão de posição política pessoal também de pessoas com certa importância de certa gravitação do interior das comunidades religiosas, mas nada mais que isso (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Através dos depoimentos já mencionados, percebemos um questionamento por parte desses religiosos em relação ao silenciamento das igrejas evangélicas frente o trabalho da CNV. Essa reação foi comum entre as lideranças protestantes, os líderes que apoiaram escancaradamente a ditadura continuam justificando suas ações baseada na luta contra a subversão, o terrorismo e o comunismo. Já outros indivíduos ou igrejas no seu conjunto optaram por não comentar nada sobre as investigações e descobertas realizadas pela CNV. Não foram à público.

O segundo ponto negativo do resultado dos trabalhos da comissão, para Dias, consistiu na falta de força política para dar andamento às pesquisas e para julgar e punir os acusados de violações de direitos humanos durante os anos ditatoriais. “Isso aconteceu em países como Uruguai, Argentina e Chile que levantaram processos importantes, fizeram revisão histórica, condenaram e prenderam torturadores” (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Sabemos que a comissão não teve esse papel de julgar e aplicar penas aos torturadores e aos chefes das forças armadas que tinham conhecimento das práticas violentas e desumanas aplicadas aos presos políticos. A CNV apenas trabalhou levantando indícios dos crimes. Para Zwinglio, poderia ter o governo encaminhado as denúncias para o Ministério da Justiça para assim dar sequência aos procedimentos jurídicos dos casos. Contudo, “isso não foi feito, o governo da Dilma e do Lula, como se tratava de governo de coalizão que envolvia vários outros interesses políticos de outros partidos, não teve forças pra desafiar as forças armadas, e deu no que deu” (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Falta de decisão política mais clara do próprio governo em relação ao papel da comissão. A comissão não teve força política para levar adiante todo processo de levantamento e processamento da repressão na vida durante a ditadura. Ficou como registro histórico, temos todos os dados, esta tudo aí, mas o governo mesmo não tomou nenhuma posição mais firme com relação a punição, julgamento dos acusados (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Dias continua e fala que considera o processo de Justiça de Transição pelo qual o Brasil vivenciou inconclusa:

Claro, por que ficamos na fase apenas da denuncia mas não dos procedimentos jurídicos pra punir os torturadores e nem pra fazer uma crítica mais contundente ao tipo de política pública adotada pelos militares. No caso brasileiro, a tortura não foi um elemento isolado mas se converteu em uma política objetiva, conhecida por todas e assumida como tal, por isso apesar de haver a denúncia dos fatos acontecidos, muitos fatos, não houve uma condenação jurídica que esses fatos todos exigiram (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Sobre conflitos internos entre os membros da comissão, Dias é categórico e afirma que “não houve conflitos entre os membros, pelo menos nunca percebi nenhum conflito” (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Durante a entrevista, se lembrou de um caso que aconteceu com um pastor da Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo, que é a maior igreja dessa denominação na cidade. Este pastor era ao mesmo tempo diretor do escritório de propaganda do governo em São Paulo que era uma espécie de secretaria que funcionava com a função de “louvar o governo e esconder as coisas negativas que ninguém poderia saber” (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Em suma, Zwinglio Dias faz duas conclusões importantes, a primeira é que a CNV foi importante por mostrar que “praticamente em todos os agrupamentos religiosos” tiveram “indivíduos aliados ao regime e que exerceram com total liberdade seu papel como coadjuvantes da repressão” (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal). Conclui que por conta de

sua formação pacifista não guarda mágoas em relação às Forças Armadas. Acredita que a guerra estabelecida na ditadura significou um atraso no processo de humanização dos seres humanos e que o papel das Forças Armadas é o de proteger o país de ataques externos mas que essa ordem foi invertida com a criação da ideologia da defesa interna. Aqueles que eram detentores do poder usaram as forças militares para defender seus próprios interesses e não os interesses do povo. A herança autoritária e conservadora, perpetuada principalmente por duas fortes instituições no Brasil, a Igreja Católica e as Forças Armadas, teriam sido as responsáveis por deixar o país sem conhecer e exercer o conceito de cidadania que é direito de todo povo (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

3.4. MAGALI DO NASCIMENTO CUNHA

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2004) e graduada em jornalismo, Magali Cunha compôs o GT das igrejas cristãs do lado protestante, principalmente como redatora do relatório final. Em uma entrevista realizada através de mensagem de e-mail e, mais informalmente, através de conversas em rede social, conta como se tornou membro da CNV:

Eu colaborava com o GT ampliado desde 2013 por conta da minha pesquisa de mestrado que estudou a resistência evangélica durante a ditadura civil-militar pelo movimento ecumênico. Em 2014 foi aberta a vaga para pesquisadora por conta da desistência de pesquisador que vinha atuando na cobertura dos materiais referentes às Igrejas Evangélicas e participei do processo de seleção (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Como redatora do relatório final, Magali teve o difícil trabalho de sistematizar as informações colhidas para dar conta no número reduzido de páginas destinadas ao GT.

Tudo foi discutido no GT. Pautamos exaustivamente os itens que deveriam fazer parte do relatório. Produzimos, na verdade, um documento de cerca de 300 páginas com os conteúdos referentes à Igreja Católica e às Igrejas Evangélicas. Com o extenso volume produzido, a Comissão Nacional decidiu focar o relatório nas violações de direitos humanos. Foi aí que o que foi produzido amplamente pelo GT ficou sistematizado nas 50 páginas solicitadas com essa especificidade (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Nessa medida, para Magali, ao ser perguntada sobre o resultado do relatório final se foi satisfatório, fica claro que o relatório não conseguiu refletir à totalidade de dados prospectados pelos pesquisadores, em razão de números, mas teve caráter positivo de acordo com o objetivo que foi estabelecido. Declara que “sim no objetivo que foi estabelecido. Não,

porque muito do que foi levantado (como nomes e circunstâncias de colaboração com a ditadura) acabou não sendo publicado” (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Sobre os elementos negativos e positivos da Comissão, Cunha define:

A CNV é um marco na história do Brasil pois oficializou a história da ditadura civil militar marginalizada por décadas. Havia uma história oficial que negava voz à oposição à ditadura. Agora há uma história oficial que inclui as vozes silenciadas. Este é o ponto mais positivo. Além da forma de composição da comissão, com pesquisadores de diferentes campos do conhecimento; a seriedade no trato com a documentação, a realização de audiências públicas e a coleta de depoimentos. Tudo muito bem encaminhado. As conclusões e recomendações do relatório com indicações da herança viva da ditadura civil-militar são aspecto muito positivo, como, por exemplo, a necessidade de superação das práticas repressivas e violadoras de direitos da Polícia Militar e a revisão de homenagens que ainda ocorrem para perpetradores como nomeação de espaços públicos e de eventos. De negativo destaco o prazo do trabalho, de dois anos, que teve que ser prorrogado por alguns meses foi exíguo, insuficiente para o que era necessário desenvolver (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Já acerca de embates internos na Comissão, a redatora afirma que o GT, de modo geral, trabalhou de forma harmônica e sem grandes problemas.

No nosso GT trabalhamos de forma muito harmônica. Não houve problema. O que poderia ter sido (a desistência de um dos pesquisadores no meio do processo) foi superado com o processo seletivo do qual participei. Na Comissão Nacional só conheço o que foi divulgado pelas mídias noticiosas, que relatou vários conflitos, entre eles o que levou à saída de Cláudio Fonteles, por conta das divergências quanto às formas de divulgação do conteúdo desenvolvido (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Ao ser indagada sobre as reações externas das Igrejas, Magali Cunha é categórica em afirmar que “as igrejas sempre silenciaram sobre sua omissão ou participação na ditadura. Continuaram em silêncio mesmo quando o relatório foi divulgado. É como se a história não tivesse existido” (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Por fim, declara que sua orientação religiosa ecumênica e metodista contribuiu para a conformação de seu trabalho no GT:

O Conselho Mundial de Igrejas é onde exerço minha militância ecumênica como metodista, representando a Igreja Metodista no movimento ecumênico. A orientação religiosa contribuiu, sim, com o trabalho da comissão por ter pesquisado as igrejas evangélicas e dominar conhecimento de dentro do universo deste segmento. Claro que o conhecimento acadêmico produzido foi fundamental também (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

3.5. DANIEL SCHIMIDT

Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (2015) e licenciando em História pela Universidade Estácio de Sá, Daniel Schmidt é autor dos livros

Protestantismo e Ditadura Militar no Brasil (2014) e *Entre púlpitos e porões: Metodistas e Presbiterianos na Ditadura Militar* (2016). Foi integrante do GT das igrejas cristãs como pesquisador e explicou as razões de ter sido convidado à participar da CNV pelo Anivaldo Padilha:

Eu comecei a fazer parte algum tempo depois de a Comissão ter seus trabalhos iniciados. Lembro que ao ver as notícias sobre isso na televisão ficava pensando: “Ah, se pudesse estar ali”! Afinal de contas, era o assunto que eu tinha pesquisado no meu mestrado e agora pesquisava em minha tese de doutorado também. Porém, meu acesso à Comissão da Verdade se deu através do Anivaldo Padilha (leigo metodista) que eu havia entrevistado para minha dissertação. Um dia, ao abrir meu facebook, vi que tinha recebido uma mensagem dele me convidando para participar do grupo de trabalho que estava montando (SCHIMIDT, 2014, *ibidem*).

Também contou sobre sua atuação no GT e como sua vida acadêmica fora da pesquisa limitou sua participação no Grupo:

Eu não fiz parte do “núcleo duro” do processo. No momento da escolha de um relator, até cheguei a ser convidado, mas declinei, pois estava atrapalhado com minha vida acadêmica. Eu participei de algumas reuniões, fiz um pequeno levantamento bibliográfico e estive presente em algumas entrevistas, ou oitavas como eles chamavam (SCHIMIDT, 2016, p.98).

De acordo com Schmidt, a demora em se instalar uma Comissão Nacional da Verdade no país impossibilitou que a justiça, de fato, fosse realmente feita mas que a CNV consistiu de um grande esforço no sentido de trazer à tona a história de um momento traumático e violento da nossa política:

O ponto positivo foi que ela trouxe à tona um período muito triste da história brasileira. Um período que deixou marcas e feridas que perduram até hoje. Porém, acredito que a Comissão surgiu tarde demais, 30 anos depois do fim da ditadura. Em outros países que viveram o mesmo processo, o tratamento se deu logo após o fim do período de exceção. Eu acho que isso impediu, de certa forma, que a justiça fosse realmente feita (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Endossando o assunto sobre os embates internos no Grupo de Trabalho, Daniel confirma que houve sim, mas responde apenas de modo geral, sem grandes detalhes.

Sim. Aliás, é natural que isso aconteça quando existe muita gente envolvida. Cada um tem seus pontos de vista e interesses. Isso se dava tanto no nível da liderança nacional - que ficávamos sabendo pelo jornal - quanto no próprio grupo de trabalho (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Concluindo, sua posição religiosa, além da posição intelectual como pesquisador acadêmico, teólogo e historiador, também parece ter sido fator importante para sua atuação nas pesquisas da CNV.

Sou protestante e passei boa parte de minha vida na Igreja Metodista. Hoje congrego em outra denominação evangélica. Creio que, aliada à minha paixão por História, minha confissão religiosa contribuiu sim para o trabalho na Comissão Nacional da Verdade. Afinal de contas, como dizia Michel de Certeau, o historiador escreve a partir de um lugar, não é? E o meu lugar era o de um antigo estudante de Teologia e membro de uma comunidade religiosa. Isso me levou a pesquisar o comportamento de um setor desse grupo religioso durante o período do Regime Militar. E foi essa pesquisa que me levou ao trabalho na CNV (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

3.6. LEANDO ALONSO SEAWRIGHT

Pós-doutorando no Departamento de História da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP, Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - FFLCH/USP. É coordenador do Núcleo de Estudos em História Oral - NEHO/USP (ao lado do Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy). Propôs em sua tese de doutorado *Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar Brasileiro* entrevistar redes de religiosos ortodoxos e heterodoxos com posições ideológicas distintas durante o regime militar brasileiro, entre 1964 e 1985.

Seawright passou a compor o GT das igrejas cristãs no final do ano de 2012 por meio de um convite formal de Pedro Helena Pontual:

Eu havia publicado um livro sobre as eleições de 2010 e o papel dos fundamentalistas no cenário político brasileiro a respeito da ex-presidente Dilma Rousseff. Por isso, chamaram-me para eventos diversos e para compor o GT. Quem realizou o contato formal comigo, pela Comissão Nacional da Verdade, foi o Sr. Pedro Pontual (ENTREVISTA, 2018, arquivo pessoal).

Seawright, especialista em História Oral, acerca da sua atuação no GT, participou dos processos de realização de inúmeras entrevistas com as vítimas da ditadura e também atuou na prospecção de documentos em Arquivos Públicos de alguns Estados, principalmente do Estado de São Paulo:

Entrevistei uma enorme quantidade de pessoas e, por causa do meu trabalho com a história oral, preparei um documento instrumentalizando alguns membros do GT à pesquisa nessa esfera. Sei que as minhas indicações não foram seguidas integralmente – o que nem sempre comprometeu o empreendimento. Participei, por exemplo, entre muitas outras, da entrevista com o Frei Betto, com Ana Maria Ramos Estevão e com Rubens Menzen Bueno; as entrevistas eram realizadas de forma conjunta na maior parte das vezes, isto é, tinha-se mais de um entrevistador. A prospecção documental se deu nas esferas dos Arquivos Públicos dos Estados; trabalhei mais em São Paulo: buscamos documentos e o sempre excelente Leonildo Silveira Campos (que fez uma cópia do material na Universidade Metodista de São Paulo, onde trabalhava), compartilhava com os outros. Até porque eu, por ser historiador, somente por isso, tenho mais experiência com Arquivos, cuidei dos caminhos nada fáceis da prospecção. Foi uma fase inicial (ENTREVISTA, 2018, arquivo pessoal).

Ao ser perguntado sobre o momento mais difícil de seu trabalho no GT, afirma que a maior dificuldade foi de cunho político e esclarece as razões:

Foi de cunho político, pois sempre chamei a atenção para, pelo menos, dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, tratava-se de um GT ligado a uma Comissão do Estado Brasileiro e, portanto, em segundo lugar, não poderia ser um grupo que privilegiasse a memória de líderes desta ou daquela denominação religiosa segundo as indicações de participantes. O aspecto fundamental era: estávamos no interregno de um processo tardio e inacabado, ao fim e ao cabo, de “justiça de transição” no país: não poderíamos fazer uma construção parcial da memória entre os que viveram o arbítrio do Estado no período que se estende de 1964 e 1985. Por isso, não sei determinar qual exatamente foi esse período porque a questão política marcou o meu papel cidadão durante toda a atuação (ENTREVISTA, 2018, arquivo pessoal).

Quanto ao resultado do relatório final, o entrevistado acredita que o relatório tem méritos mas, por partes, também foi insatisfatório pelo fato de ter sido bastante resumido e de algumas importantes entrevistas não terem entrado. Problematiza a questão da naturalização do discurso de que uma denominação religiosa foi mais lesada do que outra:

Acho que o relatório tem méritos. Traz à baila várias histórias e experiências dramáticas embora seja pouco elucidativo. Foi uma pena que as entrevistas todas não foram integralmente incluídas no documento, acho que ficaria mais satisfeito em percebê-las lá. Agora, você, como pesquisadora, tem que fazer as contas – porque eu não me lembro de cabeça – sobre quantos foram os perseguidos políticos e protestantes mencionados no texto por ordem denominacional. E aqui mora um perigo grave: o “mito” (desculpe pelo uso impreciso e equivocado dessa palavra) de que uma ou outra denominação foi mais lesada precisa ser definitivamente desconstruído. Acho que o meu livro de 2016 ajudaria, em partes, com isso (ENTREVISTA, 2018, arquivo pessoal).

Sabemos que a Comissão Nacional da Verdade teve muitos elementos positivos mas também elementos negativos. Acerca desses elementos, Seawright acredita que:

Os pontos positivos foram justamente aqueles que tocaram nessas feridas mnêmicas de tantos males causados pelo Estado ditatorial brasileiro às pessoas que eram ou não alinhadas às esquerdas no país. Houve muito trabalho conjunto e com excelência. Talvez os negativos sejam aqueles que reportam ao seu caráter extemporâneo e sob as circunstâncias que descrevi no meu artigo à Revista Brasileira de Histórias das Religiões – ao indicar uma narrativa de Paulo Sérgio Pinheiro. Recomendo também as críticas avaliativas e respeitadas realizadas pelo historiador Carlos Fico (ENTREVISTA, 2018, arquivo pessoal).

Como membro do GT, o entrevistado percebeu poucos conflitos internos cimentando as percepções dos outros membros que citam que o trabalho entre o grupo se deu em

constante equilíbrio. Contudo, Leandro esclarece um posicionamento crítico de sua parte que pode ter levantado questionamentos e embates dentro do GT:

Houve mais entre os comissionados, mas sabíamos apenas daquilo que a mídia noticiava mesmo. Entre os componentes do GT, acredito que o Sr. Anivaldo Pereira Padilha e pessoas ligadas à memória institucional da igreja à qual ele pertence tenham ficado um pouco chateados com comportamentos firmes e, entretanto cordiais que sustentei juntamente com outros componentes: “temos que ouvir a todos”, eu dizia. Mas Anivaldo é um homem elegante que tem uma luta inteira à frente da resistência; veja com que respeito o trato em minhas obras: também considero meu papel cidadão. Na verdade, note que a memória é incrível: ela é afetiva, ela é seletiva e, naturalmente, orgânica; por suposto, eu estava em um dilema: pressionar pelo papel cidadão e político no GT ou ceder aos caminhos naturais da memória das pessoas tão bem intencionadas como Anivaldo, como o competentíssimo, ético e excelente Leonildo? Não tive dúvidas: fechei questão com as pessoas porque eu não estava na condição somente de historiador (aliás, estava no período do meu doutorado), mas, sobretudo, de cidadão brasileiro que busca justiça como tantos outros (ENTREVISTA, 2018, arquivo pessoal).

Sobre o posicionamento das Igrejas Protestantes, oficialmente, e de religiosos acerca do relatório final e dos trabalhos da CNV, confirma que não houve pressões externas e nenhum pronunciamento das Igrejas:

Não houve. As instituições protestantes que não colaboraram, como a Convenção Batista Brasileira e a Convenção Batista do Estado de São Paulo também não se opuseram. Talvez tenha faltado galhardia em alguns casos (ENTREVISTA, 2018, arquivo pessoal).

[Reação dos religiosos aos trabalhos da CNV] Sempre muito harmonioso e cortês: o Anivaldo é um homem que sabe coser as relações institucionais com bastante facilidade – ele seleciona, enveredas por caminhos incríveis e é um construtor de memórias no melhor sentido do termo (ENTREVISTA, 2018, arquivo pessoal).

Por fim, Leandro Seawright acredita que a Comissão não tenha sido parcial ao analisar os casos de violações dos direitos humanos, na medida em que “ela analisou o que tinha que analisar: os perseguidos políticos à época do Regime Militar em seu caráter ditatorial e recrudescido” (ENTREVISTA, 2018, arquivo pessoal).

3.7. CONCLUSÃO

Um Grupo de Trabalho da CNV composto por uma rede de pesquisadores de perfis distintos, indubitavelmente, teve que lidar com conflitos de personalidade e com diferenças de visões. Contudo, percebemos através dos depoimentos de alguns membros do GT que conseguimos colher, que no aspecto geral, o Grupo trabalhou de forma harmônica e sem

grandes problemas. Os conflitos que tiveram conseguiram solucionar sem prejudicar o resultado final dos trabalhos.

Acerca das pressões externas das Igrejas Evangélicas ao relatório final ficou claro que foi inexistente. Na verdade, o que houve foi um silenciamento total dessas instituições eclesiais sobre os eventos da ditadura civil-militar.

Algumas críticas pertinentes à CNV foram levantadas pelos membros selecionados nesta pesquisa, como: a disputa por perpetuar a memória de uma ou duas denominações protestantes em detrimento de tantas outras; a sistematização de seleções de casos e eventos que compuseram o relatório final – que será analisado no próximo capítulo -; a suposta “parcialidade” da Comissão, ao abordar com grande ênfase as vítimas, reconstruindo uma nova história sobre o período; as críticas contundentes vindas da ala conservadora sobre um possível revanchismo por parte da ex-presidente Dilma Rousseff no período; o silenciamento das igrejas evangélicas acerca dos trabalhos da Comissão; a falta de poder penal para punir os torturadores; a demora de 27 anos após o fim dos governos ditatoriais para a instalação da Comissão; entre outras.

Podemos dizer que, dentre tantas críticas, a maior talvez tenha sido a de que a CNV, como um espaço de memórias, foi palco de embates internos e de jogos de poder, no qual os relatos da esquerda política sobrepujaram os discursos dos militares, ou da ala conservadora. Isso fica claro na fala do ortodoxo anticomunista Milton dos Santos, presbiteriano independente que contrário às condutas da CNV concedeu entrevista à Leandro Seawright em 2013:

Essa comissão da Verdade, por exemplo, quando foi criada essa Comissão, fiquei alegre... Porque supunha que ela viesse devidamente representada por todas as facções. No entanto, nossa presidente fez uma comissão unilateral. A constituição da comissão foi por maioria para preservar a identidade de sobrevivência dela (SEAWRIGHT, 2016, p. 336).

Como na época Dilma Rousseff presidia o Brasil e tomou as iniciativas da implantação da comissão da verdade foi bastante criticada, pois acreditavam que a única motivação era pessoal por ter sido presa e torturada nos cárceres da ditadura. Seria uma espécie de “revanchismo” para os conservadores.

As fortes críticas acerca da “visão unilateral” da comissão da verdade, as crises do governo Rousseff, o enfraquecimento do PT e, subsequentemente, o impeachment da presidente colaboraram para que o relatório final fosse arquivado. O governo que a sucedeu não parece carregar o interesse de dar sequência aos estudos iniciados pela CNV.

Compreendemos que a demanda da sociedade civil em conjunto com as vítimas, familiares de mortos e desaparecidos e o Estado de Direito, proporcionou que a História do período supracitado fosse investigada e revisada, dentro do círculo de novas descobertas, documentos e depoimentos sobre a violência que fora sistematizada nos governos autoritários. Foi dessa forma que o GT das igrejas cristãs foi criado pela CNV e se tornou de grande valor e importância tanto para os esclarecimentos de crimes de violações dos direitos humanos ocorridos no país, quanto para uma possível reconciliação nacional.

Concluimos, por fim, que os trabalhos do GT proporcionaram debates nas sociedades civis e afloraram o espírito de busca pela verdade e justiça em nome dos torturados e/ou mortos na ditadura. Assim, a heterogeneidade de perfis presente no GT das igrejas cristãs, de forma ampla e diferenciada, contribuiu decisivamente para o desempenho de um papel relevante para as políticas de verdade e memória ao expor, no seu Relatório Final, que as graves violações de direitos humanos foram práticas sistemáticas da ditadura civil-militar disseminadas por todo o território brasileiro.

4 ANÁLISE DO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: SEÇÃO IGREJAS NA DITADURA

Discutimos nos capítulos anteriores tanto o processo de criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil, instituída em 2012, quanto a dinâmica da composição do Grupo de Trabalho (GT) criado pela CNV, responsável por investigar as igrejas no período da ditadura civil-militar. Este GT, juntamente com todos os outros Grupos de Trabalho que investigaram os crimes de violações dos direitos humanos ocorridos na ditadura, compuseram um relatório final em que foram descritos os fatos examinados, as atividades realizadas, as conclusões e as recomendações a serem implementadas por meio de políticas de Verdade e Memória no país.

Como esperado, o relatório final circunstanciado, no que se refere aos itens citados acima, foi entregue em cerimônia à ex-presidente do Brasil Dilma Rousseff em 10 de dezembro de 2014 em cumprimento à Medida Provisória nº 632/2013, convertida na Lei nº 12.998/2014. Ainda, em ato contínuo, a partir da Lei no 12.528/2011, todo o acervo documental e de multimídia resultante da conclusão dos trabalhos da CNV foi encaminhado ao Arquivo Nacional (OLIVEIRA, 2018, p.28).

O coordenador Paulo Sérgio Pinheiro, declarou no início do funcionamento da CNV que “nosso mandato é para escrever um relatório, mas não seremos nós que definiremos o destino desse documento. O relatório vai ter sua vida própria e eu não tenho como prever o que vai acontecer” (BRASIL, 2014, recurso online).

O relatório final foi dividido em três volumes e consiste no resultado de dois anos e sete meses de trabalho da Comissão Nacional da Verdade. O volume I foi destinado às atividades da CNV, às graves violações de direitos humanos, assim como às conclusões e às recomendações. Em outras palavras, ele enumera as atividades realizadas pela CNV na busca pela verdade, descreve os fatos examinados e apresenta as conclusões e recomendações dos membros da CNV para que os fatos ali descritos não voltem a se repetir. O volume é assinado coletivamente pelos seis membros do colegiado: José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Pedro Dallari e Rosa Cardoso (BRASIL, 2014, recurso online). No total, foram produzidas 4.328 páginas divididas em três volumes:

O volume I se divide em cinco partes e dezoito capítulos. A primeira parte contém dois capítulos que tratam da criação da comissão e das atividades da CNV. Na parte II, em mais quatro capítulos, o relatório final aborda as estruturas do Estado empregadas e as graves violações de direitos humanos. É nesta parte do relatório que são contextualizadas as graves

violações, apresentadas as estruturas repressivas e seus procedimentos, a atuação da repressão no exterior e as alianças repressivas no cone sul e a Operação Condor (BRASIL, 2014, recurso online).

Na parte III, o volume I do relatório traz os métodos e práticas de graves violações de direitos humanos. Em seis capítulos elas são conceituadas e explica-se como cada uma delas foi aplicada no Brasil no período ditatorial. Na sua quarta parte, em cinco capítulos, trata de casos emblemáticos, da Guerrilha do Araguaia, das instituições e locais associados com as graves violações. É nesta parte que a CNV dedica um capítulo exclusivamente sobre a autoria das graves violações de direitos humanos, indicando nomes de mais de trezentos agentes públicos e pessoas a serviço do Estado envolvidas em graves violações de direitos humanos. Neste capítulo também é analisado o papel do poder judiciário na ditadura (BRASIL, 2014, recurso online).

A quinta parte do volume I traz as conclusões dos seis membros da CNV sobre o que foi apurado e as recomendações do colegiado para que não se repitam as graves violações de direitos humanos em nosso país (BRASIL, 2014, recurso online).

Por sua vez, o volume II do relatório final reúne um conjunto de nove textos produzidos por membros e Grupos de Trabalho da CNV que tratam de graves violações de direitos humanos em segmentos, grupos ou movimentos sociais. Sete textos mostram como militares, trabalhadores organizados, camponeses, igrejas cristãs, indígenas, homossexuais e a universidade foram afetados pela ditadura e a repressão e qual papel esses grupos tiveram na resistência. Também mostra como o apoio civil foi importante para a manutenção da ditadura (BRASIL, 2014, recurso online).

Por último, o terceiro volume é integralmente dedicado aos mortos e desaparecidos políticos. O relatório informa sobre o andamento dos procedimentos de investigação da CNV sobre os 434 casos de vítimas relatadas (BRASIL, 2014, recurso online).

Para o presente capítulo, abordaremos apenas a seção que analisa as igrejas cristãs na ditadura contida no volume II. A parte referente às igrejas cristãs pode ser encontrada no segundo volume dos textos temáticos, no texto de número 4, intitulado “Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs”. O texto começa explicitando o caso da igreja católica e, posteriormente, aborda os casos das igrejas evangélicas. São quarenta páginas referentes à totalidade do texto temático, vinte delas dedicadas ao lado católico e outras vinte páginas destinadas às igrejas evangélicas, contando ainda com um texto de considerações conclusivas.

Dos membros participantes do GT, Anivaldo Padilha, Maria Luci Buff Migliori, Magali do Nascimento Cunha, Jorge Atílio Silva Iulianelli e Maria Luiza Nunes Rodrigues ficaram responsáveis pela redação do texto final “sob a supervisão longínqua de Paulo Sérgio Pinheiro” (SEAWRIGHT, 2016. p.340). Justificam, que dentre toda a pluralidade religiosa existente no Brasil, se concentraram apenas na análise acerca das igrejas cristãs na ditadura:

Sem desconsiderar o mosaico religioso que contribuiu com o caráter plural da vida em sociedade no Brasil, concentramo-nos no lugar das igrejas cristãs no processo da ditadura militar. Isso pode ser explicado por dois aspectos: primeiro, as limitações estruturais para se levantarem as circunstâncias que tenham envolvido a relação entre as religiões diversas e o regime militar; segundo, o destacado papel das igrejas cristãs como componente histórico, social e político da realidade brasileira e, particularmente, da ditadura. Partiu-se da ideia de que não se pode compreender o contexto em que a ditadura foi estabelecida e consolidada sem se levar em conta o lugar das igrejas cristãs na vida do país, já destacado numericamente e pela presença em todo o território nacional (CNV, 2014, p. 156).

O método usado para a escrita do relatório final teve rigor acadêmico mas o “texto em si adotou uma linguagem jornalística” (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal). Padilha justifica que foi “priorizado uma linguagem menos acadêmica, pensando na disponibilização do texto para um público amplo e diversificado” (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal). Contudo, foi-se utilizado um “método bastante criterioso”, onde todas as afirmações contidas no relatório estão devidamente “documentadas e com referências claras” (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

O relatório final deu grande ênfase às vítimas que sofreram as graves violações dos direitos humanos no período ditatorial no país. Dessa forma, Anivaldo Padilha afirma, ao que reflete o relatório, que o Grupo de Trabalho focalizou a pesquisa mais nos casos de resistência, principalmente pela dificuldade em entrevistar colaboradores do regime ou obter documentos que comprovassem o envolvimento das igrejas na ditadura. Mas ressalva que ao focarem mais na resistência não ignoraram a colaboração, afinal, todas as pessoas que foram entrevistadas foram vítimas da ditadura e também da repressão interna dentro das igrejas. “Então, na narrativa da experiência de vida de cada uma das pessoas sempre constavam os nomes das pessoas que colaboraram” (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

O fato de terem endossado mais a resistência é explicado por Padilha, pela enorme dificuldade de encontrar documentos acerca da colaboração e também pelo “silenciamento” das pessoas ainda vivas e de igrejas no sentido oficial que, de alguma forma, estabeleceram apoio ou colaboração aos militares nos anos da ditadura. Além disso, muitos colaboradores já

faleceram, o que impossibilitou que fossem colhidos alguns depoimentos (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Nós não conseguimos entrevistar pessoas que tiveram papel de colaboração, porque a maioria que tínhamos certeza e documentação com evidências muito claras da colaboração já estava morta e as pessoas que ainda estão vivas e tinham vínculos com as igrejas, se recusaram a falar, como foi o caso de um pastor líder da igreja batista de SP e o coronel e general Carlos Brilhante Ulstra que tinha vínculo com a igreja metodista. Este último a Comissão tentou por duas vezes convocá-lo para depor mas ele se negou a falar (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Dessa forma, no relatório final constam 33 nomes de evangélicos que fizeram oposição à ditadura e acabaram sendo presos e torturados, por ordem de citados: Dourival Beulke, Adahyr Cruz, Onésimo de Oliveira, Derly José de Carvalho, Renato Godinho Navarro, Anivaldo Padilha, os irmãos Fernando e Celso Cardoso, Ana Maria Ramos Estevão, Idinaura Aparecida Marques, Claudius Ceccon, Apolo Heringer Lisboa, Waldo César, Eber Fernandes Ferrer, Leonildo Silveira Campos, Zwinglio Mota Dias, Rubem César Fernandes, Zenaide Machado de Oliveira, Manoel da Conceição, Juarez Guimarães Brito, irmãos Daniel, Devanir e Joel José de Carvalho, Heleny Telles Guariba, Ivan Mota Dias, Paulo Stuart Wright, Frederick Morris, Brady Tyson, Clara Amélia Evangelista, Domingos Alves de Lima, Jovelino Ramos, Noracy de Souza e Paulo José Krischke.

Em cada um dos casos, percebe-se a tentativa dos redatores de explicitar os motivos e desdobramentos das prisões e das torturas sofridas pelas vítimas. Alguns casos acabaram recebendo maior ênfase que outros na composição do relatório, como por exemplo, o caso de Manoel da Conceição, dos irmãos José de Carvalho, Juarez Brito, Ivan Mota Dias, Paulo Stuart Wright, Frederick Morris e Brady Tyson.

Antes de abordarmos os assuntos relevantes e os principais desdobramentos da seção do relatório destinado às igrejas evangélicas, analisaremos como eram as práticas de torturas instituídas nos governos ditatoriais no Brasil e os mecanismos de repressão.

4.1. TORTURA E VIOLÊNCIA NA DITADURA

No século XX a tortura foi comum nos dois regimes ditatoriais que o Brasil passou, o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985). Porém, a tortura foi institucionalizada na ditadura de 1964 a fim de endossar um Estado de ilegalidade (MEMÓRIAS DA DITADURA, recurso online). Foi durante este momento que grandes

crimes foram cometidos contra os que se opunham ao governo. Embora os militares no poder procurassem agir a partir de uma certa “legalidade autoritária”, não tiveram limite jurídico, ético ou moral para combater qualquer um que contestasse o regime, para se livrar dos “subversivos”. Assim, o Estado brasileiro, “patrocinou uma repressão ao mesmo tempo legal e ilegal, baseada em censura, vigilância, tortura sistemática, prisões ilegais e desaparecimentos” (MEMÓRIAS DA DITADURA, recurso online).

Órgãos do Estado foram estabelecidos para exercerem as torturas, a Marinha tinha seu órgão de informação que combateu durante as lutas armadas (CENIMAR), o Exército se dispunha do CIEX (Centro de Informações do Exército) e a Aeronáutica cria a CISA (Centro de Informações da Aeronáutica). Todos estes órgãos eram subordinados ao SNI (Serviço Nacional de Informações), assim também, a polícia federal, as polícias estaduais e o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). A partir de 1969, surgiu em São Paulo a Operação Bandeirantes (Oban), “organização clandestina”, formada por militares, agentes e delegados civis e federais, que torturavam e desapareciam com militantes comunistas. A Oban agia à margem da lei, tornando-se poderosa, financiada por grandes empresas como a General Motors, Ford e Ultragaz (FILHO PENNA, 2009, recurso online).

Em 1970, estes órgãos repressivos se uniram e formaram os DOI (Departamento de Operações e Informações) e os CODI (Centro de Operação e Defesa Interna). O DOI-CODI na prática integrava todos os órgãos repressores e legalizava a Oban. O DOI-CODI se transforma então, numa máquina de repressão e tortura, exercendo influência além do Brasil, atingindo o Chile, Uruguai, Bolívia e Argentina (FILHO PENNA, 2009, recurso online).

Dentro dos destacamentos militares, as torturas ocorriam de forma bastante metodológica e programada. Ao chegar no “interrogatório”, a pessoa normalmente recebia um capuz preto e era algemado com as mãos para trás. Dali em diante, seguia a fase interrogatória com sessões de torturas. Os ex-presos contam que as primeiras torturas, geralmente, eram feitas com os choques elétricos. O torturador seguia um roteiro para o interrogatório que era dado por um oficial do exército. Os torturadores – predominantemente homens – que “faziam o trabalho sujo”, nem sempre eram oficiais do exército ou das forças armadas. Geralmente, eram pessoas do DOPS (polícia civil) ou da polícia militar que estavam acostumados a torturar presos comuns como ladrões ou criminosos. “O grande desafio do torturador era que ele precisava retirar informações, o mais rápido possível e se pudesse, dentro das 24 horas em que o preso tivesse chegado”(MUROS E PONTES, 2014, recurso online).

Muitas eram as práticas usadas para torturar e tirar informações dos presos como pancadas, cadeira de dragão, a prática do telefone, afogamentos, choques elétricos, pau-de-arara, “geladeira”, produtos químicos e insultos. Além dos meios de tortura citados, havia ainda técnicas que também foram bastante utilizadas e que envolviam a questão de gênero ou sexual como introdução de objetos ou bichos no ânus ou na vagina, estupros, e outras séries de tipos de violências que levaram à morte muitos presos em decorrência da gravidade das lesões (BACALHAO, 2004, recurso online).

Leonildo Campos esclarece os métodos de tortura psicológica e física que os torturadores usavam para tirar informações dos presos:

Eles prendem e batem no sujeito para que ele confesse. Choque elétrico e batem de novo. Até o ponto da confissão do crime para parar aquilo. Passava um tempo e vinha outra equipe de torturadores com outra hipótese, daí o sujeito começava a se contradizer. A pessoa morre em consequência da tortura, porque não consegue provas que as histórias são verdadeiras. De fato, elas não são, pois foram criadas na cabeça do torturador (PROFESSOR, 2012, recurso online).

Anivaldo Padilha destaca que a tortura também era um instrumento utilizado para aterrorizar a população, para provocar medo e servir de exemplo para os que ousassem seguir o mesmo caminho dos considerados “terroristas” pela ditadura:

É importante saber que a tortura não era utilizada somente como um método sistemático de interrogatório, mas como uma política da ditadura militar... Porém, não era utilizada como mera forma de obter informações ou de extrair brutalmente confissões dos presos. Era, antes, um instrumento para provocar terror na população e, por isso, os ditadores permitiam que as torturas às vezes fossem noticiadas pela imprensa. Algumas notícias disseminavam informações acerca das torturas em presos políticos. Dessa forma, aterrorizava-se a população por meio de um clima muito pesado (SEAWRIGHT, 2016, p. 168).

Padilha sofreu com torturas diversificadas, de caráter físico e psicológico:

Ao chegarmos à Oban (...) assim que a porta se fechou, recebi um soco no estômago, com tal violência, que caí e fiquei alguns segundos sem poder respirar. Começaram, então, a aplicar em mim o “telefone”, método de tortura que consiste em golpear os ouvidos da vítima com as duas mãos ao mesmo tempo, em formato côncavo. [...] Na parte da tarde, fui levado novamente para o interrogatório. [...] Aplicaram golpes de “palmatória”, novamente o “telefone” e choques elétricos. [...] Fui levado de volta à cela, já ao escurecer. Eu não havia ingerido nenhum alimento desde o café da manhã. Minha boca estava extremamente seca. Tinha impressão de que minha língua ia rachar ou que minhas mucosas estavam se esfacelando. Pedi água e o carcereiro me respondeu: “Não tenho autorização para dar água a presos que voltam do interrogatório. Beber água logo depois de levar choques pode matar”. Trouxeram a janta: sobras da comida do quartel trazidas em grandes caldeirões. Tive dificuldade para comer. Além da boca seca minhas mãos estavam inchadas e eu mal conseguia segurar a colher. Ademais, eu tinha grande dificuldade para deglutir a

comida composto de arroz, feijão e tomate picado. Meu companheiro de cela insistiu para que eu comesse porque aquela era a única refeição diária. Às vezes, serviam o café da manhã, que consistia em uma pequena caneca de café com leite e pãozinho. Conheci, naquele instante, uma outra forma de tortura: a fome. Não consegui dormir. [...] Tarde da noite, vieram me buscar novamente. [...] Forçaram-me a tirar minha roupa e me colocaram na “cadeira do dragão”. Uma cadeira revestida com folhas de metal conectadas por um fio a um rádio militar de campanha. Fui colocado nu no assento com minhas mãos e pés amarrados. Exigiram que eu desse todas as informações que eu possuía. A cada negativa, o torturador girava a manivela do telefone para aumentar a intensidade dos choques. Para tornar os efeitos mais fortes, colocaram uma toalha úmida sob minhas nádegas. Os choques me provocaram convulsões e gritos (CNV, 2014, p. 181–182).

Sofreu também com torturas de caráter moral como simulação de execução, saída de carro com ameaças de jogarem seu corpo na Serra do Mar, insultos, ser qualificado com palavras de baixíssimo calão, ameaças de torturarem seus pais, entre outros (CNV, 2014, p.181-182).

4.2. ANÁLISE DA SEÇÃO PROTESTANTE DO TEXTO TEMÁTICO “VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NAS IGREJAS CRISTÃS”

O texto temático “violações de direitos humanos nas igrejas cristãs” foi elaborado sob a responsabilidade do conselheiro Paulo Sérgio Pinheiro, Anivaldo Padilha, Maria Luci Migliori, Magali do Nascimento Cunha, Jorge Atílio Iulianelli e Maria Luiza Rodrigues. Foi dividido em três seguimentos: a) A Igreja Católica Apostólica Romana e as graves violações de direitos humanos; b) As igrejas protestantes e as graves violações de direitos humanos; c) Indicações conclusivas.

De acordo com o nosso objeto de análise, o relatório começa agrupando os protestantes em dois principais grupos. Os protestantes históricos que seriam aqueles que chegaram ao país por meio de missões dos Estados Unidos a partir da segunda metade do século XIX (presbiterianos, metodistas, batistas, luteranos e anglicanos) e os protestantes pentecostais que são àqueles que também vieram dos Estados Unidos mas por volta do início do século XX e tiveram base no protestantismo histórico e na “experiência com o Espírito Santo” (Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é amor, Universal do Reino de Deus e outras).

O relatório continua explicando os elementos característicos desse protestantismo em terras brasileiras no século XIX, afirmando que esse seguimento cristão foi baseado no fundamentalismo bíblico, no puritanismo e no sectarismo “base de uma visão de afastamento

das coisas deste mundo inclusive da política”. De acordo com os redatores, somente a partir do século XX que essas bases começaram a se transformar surgindo protestantes alimentados por teologias do Evangelho Social, Cristianismo Prático e também engajados no ecumenismo. Contudo, a tônica no meio do protestantismo, em sua grande maioria, continuou sendo o conservadorismo. O comportamento conservador das lideranças evangélicas promoveu com o cenário da Guerra Fria uma luta anticomunista dentro dos templos e o alinhamento oficial das igrejas ao regime ditatorial militar no Brasil (CNV, 2014, p. 176–177).

De modo mais específico, podemos dividir a seção direcionada aos religiosos do Relatório Final em seis eixos, a saber: aspectos gerais da perseguição estatal; perseguição à Confederação Evangélica do Brasil (CEB); detenções arbitrárias e tortura de agentes eclesiásticos; mortes e desaparecimentos forçados de agentes de pastoral, leigos e clérigos; expulsões e exílio de agentes de missionários protestantes e, por fim, expulsão, banimento e fuga de protestantes.

O primeiro eixo intitulado “aspectos gerais da perseguição estatal” aborda a perseguição de agentes do Estado e do serviço de inteligência aos protestantes engajados em movimentos sociais e no movimento ecumênico que eram considerados como disseminadores de ideias contrárias à Doutrina de Segurança Nacional. Os agentes da repressão chamavam de progressistas e subversivos os religiosos que contestassem às autoridades constituídas. .

Genericamente, pode-se concluir que esses grupos religiosos procuram influir na política governamental nos diversos campos do poder nacional, através de educação e doutrinação das massas, visando a consecução de seus objetivos políticos (CNV, 2014, p.177).

O movimento ecumênico brasileiro também teve apoio protestante internacional, sobretudo do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que acabou sendo também alvo dos agentes estatais (CNV, 2014, p.177).

É importante acentuar que nem todos os protestantes vítimas do autoritarismo militar e das arbitrariedades cometidas pelo Estado de exceção eram ecumênicos. Segundo Leandro Seawright, havia outros religiosos que não estavam engajados nos movimentos ecumênicos e que também sofreram a “perseguição estatal” referida pela historiografia. Nessa perspectiva, Seawright observa que os próprios redatores do Relatório Final ao citarem a Tese de André Souza Brito, intitulada *Cristianismo Ateu: O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964-1985*, devidamente “valeram-se de um documento do SNI proveniente

da Agência do Rio de Janeiro, de 30 de outubro de 1980, para comprovar o monitoramento dos agentes de segurança aos ecumênicos” (SEAWRIGHT, 2016, p. 344).

No segundo eixo, referente a CEB, conclui-se que, como forte expressão do movimento ecumênico, a Confederação Evangélica do Brasil foi duramente perseguida. Foi o Departamento da CEB que realizou algumas importantes consultas às igrejas protestantes sendo a mais importante, a Conferência do Nordeste, realizada em Recife no ano de 1962, cujo tema “Cristo e o processo revolucionário brasileiro” chamou atenção, pela primeira vez, de uma responsabilidade social das igrejas para com os oprimidos. Logo após o golpe de 1964 a CEB foi invadida e teve seus arquivos apreendidos. Muitos protestantes foram levados à prisão, alguns ficaram na clandestinidade e outros buscaram exílio. O depoimento de Waldo César apresentado no relatório reflete esse momento de crise:

Em 1960, o golpe já estava chegando. Eu estava em São Paulo, na reunião da [Confederação Evangélica do Brasil] e me avisaram: “Tem um Senhor querendo falar com você”. Eu perguntei: “Quem é?”. Responderam: “Não sei; não quis dar o nome”. Fui lá. Um cavalheiro muito bem vestido, de paletó, gravata, que perguntou: “O Senhor é Waldo César?”. Eu disse: “Sim”. Respondeu: “eu queria conversar com o Senhor particularmente”. Fui para outra sala. Ele apresentou a carteira do DOPS. Eu perguntei: “o que houve?”. Ele respondeu: “nós estamos aqui preocupados com o que estão discutindo. Que negócio é esse de nacionalidade? Que é isso?”. Aí me deu um estalo e eu perguntei: “o Senhor tem tempo?”. Ele disse: “como assim?”. Respondi: “o Senhor tem tempo? Porque eu tenho que começar com o Profeta Amós”. O cara me olhou e repetiu: “como assim?”. Respondi: é que essa história vem desde o século VIII, antes de Cristo”. Ele me olhou espantado. Repeti: “porque o Profeta Amós defendia uma sociedade nova, de justiça, e nós estamos tentando encontrar um caminho que nós queremos: um Brasil novo, uma nova nacionalidade de justiça”. O cara disse: “Tá, tá, chega., chega. Já entendi. Eu vou assistir a reunião hoje à tarde. O Senhor não me apresente e não diga que estive aqui. Caso contrário vou desmentir em público”. Sentou, ouviu, foi embora e nunca mais apareceu. O golpe foi em 1964 mas eles em 60 já estavam se articulando (CNV, 2014, p. 178–179).

Na parte dedicada a analisar as detenções arbitrárias e torturas de agentes eclesiásticos, os redatores afirmam que a CNV não conseguiu dar conta do número exato de detenções arbitrárias de protestantes e justificam que as limitações das pesquisas da Comissão se devem ao “grande número de ocorrências, sua dispersão pelos estados do Brasil e ao silêncio de muitos que sofreram as violações dos direitos humanos que, diante dos traumas e do desejo de apagamento das ultrajantes memórias, não se dão a conhecer” (CNV, 2014, p. 179).

Contudo, o relatório começa citando as detenções que recaíram sobre os protestantes metodistas: Dourival Beulke, Adahyr Cruz, Onésimo de Oliveira, Derly José de Carvalho, Renato Godinho Navarro, Anivaldo Pereira Padilha, os irmãos Fernando e Celso Cardoso, Ana Maria Ramos Estevão, Idinaura Aparecida Marques, Claudius Ceccon. Seguidas das

prisões de presbiterianos: Apolo Heringer Lisboa, Waldo César, Eber Fernandes Ferrer, Leonildo Silveria Campos, Zwinglio Mota Dias, Rubem César Fernandes, Zenaide Machado de Oliveira. E por fim, foi citado um membro da Assembleia de Deus Manoel da Conceição visto como um caso “de grande repercussão” (CNV, 2014, p. 179-186).

Manoel da Conceição, era líder camponês do Maranhão e integrava a Ação Popular. Em 13 de julho de 1968, durante uma reunião na sub-sede do sindicato em Anajá, policiais entraram atirando e Conceição foi ferido na perna direita e preso. Depois de seis dias na prisão, sem tratamento médico, parte da perna direita gangrenou e teve que ser amputada. No dia 2 de janeiro de 1972 foi preso novamente em Trufilândia e levado para o DEOPS de São Luís (MA). Em 24 de fevereiro foi sequestrado por agentes do DOI-CODI e movido para o Rio de Janeiro. Logo que chegou à “antessala do inferno”, nome que os agentes deram, a perna mecânica foi arrancada e, nu, foi colocado na “geladeira”, a solitária, onde era tratado a pão e água e sessões de torturas (CNV, 2014, p. 185). Além das torturas convencionais com choque elétrico, pau de arara e espancamento sofreu também com outros sofrimentos:

Levantaram meus braços com cordas amarradas ao teto, colocaram meu pênis e os testículos em cima da mesa e com uma sovela fina de agulhas de costurar pano deram mais de trinta furadas. Depois bateram um prego no meu pênis e o deixaram durante horas pregado na mesa (CNV, 2014, p. 185).

Após sofrer por sete meses com as torturas, incomunicável e desaparecido, foi levado para Fortaleza e deixado numa cela do quartel do Exército 5ºBIS por 15 dias. Foi condenado à 3 anos de prisão. Devido à tortura, Conceição urinava através de sonda e ficou impotente. Em 28 de outubro de 1975, sua casa foi invadida pelos policiais e foi levado para o DEOPS de São Paulo onde foi jogado numa fossa cúbica. Só foi solto em 11 de dezembro de 1975 quando o Papa Paulo VI enviou um telegrama ao general Ernesto Geisel pedindo sua libertação. Ficou então sob a proteção da Anistia Internacional que providenciou seu exílio para Genebra-Suíça (CNV, 2014, p. 185-186).

Sobre os casos de mortes e desaparecimentos forçados, no eixo 4 são enumerados apenas sete protestantes. As vítimas foram identificadas por meio da pesquisa no *Acervo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* e nos registros da *Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos – Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964–1985)*. Os seguintes casos selecionados foram os que o relatório mais destacou:

Juarez Guimarães Brito de origem presbiteriana liderou o grupo dissidente da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) que em, julho de 1968,

constituiu o Comando de Libertação Nacional (Colina), responsável por inúmeras ações armadas em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Após a fusão entre a Colina e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) que deu origem à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR–Palmares), Juarez junto de sua esposa, também militante de esquerda, comandaram a maior operação armada para obtenção de recursos financeiros assaltando o cofre da amante do ex–governador paulista Adhemar de Barros que continha 2,8 milhões de dólares. Foi vítima de uma emboscada em 18 de abril de 1970, acompanhado de sua esposa Maria do Carmos, enquanto dirigia seu carro. Foi fechado por um Volkswagen e os ocupantes do carro saíram atirando contra Juarez e sua esposa. Cumprindo um pacto que fizera com Maria do Carmos de não serem presos vivos, já baleado no braço e no abdômen, Juarez se suicidou com um tiro no ouvido. Maria do Carmos, porém foi presa (CNV, 2014, p. 185-186).

Também foi citada Heleny Telles Guariba membro da Igreja Metodista Central de São Paulo. Era militante da VPR e foi presa em março de 1970. Sofreu tortura na Oban (DOI–CODI/SP) pelos capitães Albernaz e Homero. Ficou internada no Hospital Militar em decorrência de hemorragia provocada pelas torturas. Foi solta em abril de 1971 e quando preparava para deixar o país foi novamente presa em julho de 1971, desaparecendo. Apesar do silenciamento das autoridades, Inês Etienne Romeu afirma, em seu relatório de prisão, que durante o período em que esteve presa na Casa da Morte em Petrópolis, presenciou uma moça que acredita ser Heleny. O relatório conclui que a vítima foi torturada durante três dias, inclusive com choques elétricos na vagina (CNV, 2014, p. 188-189).

Ivan Mota Dias, irmão de Zwinglio Dias. Ivan Dias, estudante de História na UFF, era membro da Igreja Presbiteriana do Brasil e militava no movimento estudantil. Participou do “XXX Congresso de Ibiúna (SP)” em 1968 e acabou preso por ligação com organizações revolucionárias e envolvimento no roubo de um caminhão. Recebeu habeas corpus mas foi condenado a oito anos de prisão por ser integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Passou a viver na clandestinidade e foi preso pela segunda vez em 15 de maio de 1971, no bairro de Laranjeiras, cidade do Rio de Janeiro, por agentes do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), depois desapareceu (CNV, 2014, p. 189). Logo em seguida ao seu desaparecimento, os familiares de Ivan “solicitaram um habeas corpus, que foi negado sob a justificativa de que ele nunca estivera preso pelos órgãos de segurança” (CNV, 2014, p. 608-609). A família permaneceu na busca incansável por notícias “visitando diversas dependências do Estado e requerendo ajuda de instituições civis” (CNV, 2014, p. 189).

Novamente, de acordo com o depoimento de Inês Etienne Romeu, única sobrevivente da Casa da Morte em Petrópolis, ele foi assassinado na Casa em 1971. Apesar de Inês declarar que os agentes que a torturaram conheciam Ivan, “nenhuma evidência foi encontrada pela Comissão Nacional da Verdade para determinar sua passagem por este centro clandestino” (CNV, 2014, p. 189).

Infelizmente, segundo consta no volume III do relatório da CNV, por falta de informações do Estado brasileiro, Ivan ainda integra o quadro de desaparecidos políticos durante a ditadura civil-militar. Assim, como em muitas outras famílias, a angústia continua por não terem respostas sobre as circunstâncias da morte e a localização dos restos mortais de seus entes queridos (CNV, 2014, p. 609).

Por fim, é citado o nome de Paulo Stuart Wright, evangélico da Igreja Prebisteriana. Em 1963 participou da criação da Ação Popular (AP), formada por militantes jovens oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC), União Cristã de Estudantes do Brasil e Associação Cristã dos Acadêmicos. Fazia um trabalho de conscientização do povo brasileiro contra “o capitalismo internacional, nacional e o feudalismo, priorizando as organizações operárias e camponesas” (LEVINO, 2011, recurso online).

Na política, Paulo passou a lidar com forte oposição na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e acabou sendo cassado, tendo que se exilar no México. Um ano depois, voltou clandestinamente para o Brasil e passou a militar diretamente na AP. “Foi submetido a vários processos na Justiça Militar, recebendo algumas condenações”. De acordo com os documentos dos órgãos de segurança, Paulo foi o representante oficial da AP na Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em Havana, onde teria recebido treinamento militar.

Em setembro de 1973, foi sequestrado e levado ao DOI–CODI/SP. Os militares negam a prisão, tortura e morte de Paulo Wright mas, evidências citadas no relatório, confirmam sua morte nas dependências das Forças Armadas.

Em setembro de 1973, foi sequestrado e levado ao DOI–CODI/SP. Os militares negam a prisão, tortura e morte de Paulo Wright mas, evidências citadas no relatório, confirmam sua morte nas dependências das Forças Armadas.

A partir de então, Paulo Wright nunca mais foi visto e passou a compor a lista de mortos e desaparecidos da ditadura. Jaime Wright, irmão de Paulo, procurou por Dom Paulo Evaristo Arns que já tinha um forte engajamento em favor dos direitos humanos para ajudá-lo na busca de informações sobre seu irmão e sobre outras vítimas dos militares. Começaram a

trabalhar juntos e desenvolvem o projeto que virou livro *Brasil: Nunca Mais*. O grupo CLAMOR Fotocopiou 707 processos que estavam no Superior Tribunal Militar, resultando em mais de 300 rolos de microfilmes que foram levados para a sede do CMI em Genebra. E foi de lá que conseguiram o apoio e o financiamento para o projeto. A organização CLAMOR, também ajudava os refugiados políticos do Cone-sul que estavam buscando abrigo no Brasil (CNV, 2014, recurso online).

No quinto eixo “Expulsões e exílio de agentes de missionários protestantes”, os redatores contam o caso do missionário Frederick Morris e do Brady Tyson; e no sexto e último eixo, intitulado “Expulsão, banimento e fuga de protestantes”, o relatório remete a três casos de banimento, dos irmãos Derly, Daniel e Joel José de Carvalho, e lista 14 protestantes que foram exilados.¹⁰

O caso mais detalhado do quinto eixo foi de Frederick Birten Morris que era pastor da Igreja Metodista Unida dos Estados Unidos e veio para o Brasil para atuar como missionário na Igreja Metodista no Brasil em janeiro de 1964. “Seu envolvimento com causas comunitárias e com o movimento ecumênico levou o missionário a um engajamento político, apoiando seguimentos da luta clandestina, entre eles o PCdoB”. Em 30 de setembro de 1974, foi sequestrado e torturado em uma sala de interrogatório. As torturas foram diversas, entre choques elétricos nos pés, pernas, peito e até mesmo no pênis, espancamento e outros. Apenas em outubro de 1974 quando recebeu a visita do cônsul dos Estados Unidos foi que as torturas pararam. Logo depois, foi levado para um voo para Nova Iorque acompanhado de um agente armado da Polícia Federal que portava a cópia de um documento assinado pelo presidente Ernesto Geisel que expulsava Morris do Brasil.

Os redatores destacam que a Igreja Metodista no Brasil não se pronunciou publicamente sobre o caso, até que em 2008 em decorrência do julgamento do caso pela Comissão de Anistia, a igreja levantou um pronunciamento em carta remetida à Comissão. Na carta, o bispo presidente do Colégio Episcopal da Igreja Metodista registrou o pedido de perdão ao Rev. Frederick Morris pela injustiça sofrida.

Outro caso que teve grande ênfase no relatório final foi dos irmãos Daniel, Devanir e Joel José de Carvalho, que eram membros da Igreja Metodista e militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Daniel e Joel foram presos em 1969 mas acabaram banidos do país em 1971, em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. Os irmãos foram para a

¹⁰ Ana Maria Estevão, Anivaldo Padilha, Apolo Lisboa, Clara Amélia Evangelista, Claudius Ceccon, Domingos de Lima, Eber Fernandes Ferres, Jovelino Ramos, Manoel da Conceição, Noracy Souza, Paulo Krischke, Paulo Wright, Rubem César Fernandes e Zwinglio Dias.

Argentina e tentaram entrar clandestinamente no Brasil no dia 11 de julho de 1974 quando foram pegos em uma emboscada. Ambos constam como desaparecidos políticos pela CNV. Já Devanir foi morto aos 28 anos em 5 de abril de 1971. Como de costume pelas Forças Armadas, o documento encontrado no DOPS afirma que Devanir foi morto em tiroteio, porém, segundo depoimentos de presos políticos que se encontravam detidos no mesmo período, ele teria sido preso e levado ao DOPS onde teria sido torturado por 2 dias pelo delegado Sérgio Fleury, chegando a falecer. O relatório conta que em um processo judicial a que Devanir teria respondido perante a Justiça Militar, advogados teriam visto uma foto do cadáver, com inúmeros ferimentos, principalmente na cabeça e com perfuração de bala no peito.

Por fim, o relatório traz as indicações conclusivas em que confirma que o Estado brasileiro sempre esteve atento às posturas dos protestantes, que motivados pela inserção do movimento ecumênico construíram uma base teológica que possibilitou a militância contra a ditadura, não os isentou da perseguição política. Considerados inimigos da nação e ameaças à ordem e segurança nacional, tais evangélicos sofreram com prisões arbitrárias, torturas, banimentos, exílios e até morte.

Uma importante constatação presente no relatório se dá em razão do número de vítimas mulheres que “experimentaram as atrocidades impostas de forma potencializada” (CNV, 2014, p.195). Sofreram como cristãs e cidadãs mas também como mulheres “afetadas de maneira singular pelo regime repressivo”. Conclui que a forma como as vítimas eram tratadas nas prisões era no mínimo degradante e desumana, muitas mulheres grávidas ou com filhos pequenos, por exemplo, tinham que se submeter às torturas e eram obrigadas a se afastarem dos filhos. As mulheres, também sofreram com torturas sexuais, abusos, estupros, introdução de objetos e ratos, muitas vezes, colocados na vagina.

O relatório, apresenta as vítimas mulheres como:

Católicas ou protestantes das cidades, do campo e das aldeias indígenas, leigas e religiosas, atuantes com a juventude e com adultos como educadoras, agentes de saúde, missionárias, trabalhadoras, sindicalistas, que desejavam ser tratadas com dignidade. Ou estavam, também, simplesmente na pobreza e nas dificuldades da periferia das cidades, do campo com seus conflitos sobre a terra, das aldeias indígenas onde estavam as missões, muitas vezes sem preocupação com disputas políticas ou com a implantação do “comunismo” (CNV, 2014, p.195-196).

Entretanto, as únicas mulheres citadas no relatório na parte destinada aos protestantes, foram Ana Maria Ramos Estevão, Idinaura Aparecida Marques de forma bastante resumida, Heleny Telles Guariba e Zenaide Machado. Todas elas tinham envolvimento com a luta

armada ou com grupos comunistas. Antes de citarmos estes casos, faremos uma breve análise sobre a luta armada no meio protestante.

Sabemos que os movimentos de contestação ao regime civil-militar brasileiro levaram amplos setores sociais a criarem estratégias de oposição e resistência ao Estado autoritário. Os evangélicos que eram delatados (muitas vezes por membros da própria congregação) e perseguidos pelos militares buscavam alternativas de resistência e de sobrevivência, em disfarces como perucas, roupas, documentos falsos ou até mesmo no modo de agir e andar (MUROS E PONTES, 2014, recurso online).

Assim, a luta de resistência pode ter caráter de luta armada ou pacífica. Pacificamente, religiosos descontentes com a ditadura se apoiaram em uma resistência pautada, mais comumente, em pregações, ensinamentos, grupos de reflexões, realização de congressos, elaboração de boletins ou jornais clandestinos de produção própria e independente.

Estes resistentes superaram a dupla perseguição, na medida em que dentro dos templos o exercício da fé foi colocado em questionamento e na política foram considerados elementos de conduta subversiva. Eram acusados de ecumênicos, subversivos e comunistas pela própria congregação.

Neste sentido, a resistência de armas em mãos praticada ou pretendida por alguns evangélicos, segundo depoimentos das próprias vítimas, só ocorreu como uma reação ao resultado da violência e do autoritarismo da ditadura. Essa ideia também é compreendida pelo teólogo e bispo emérito metodista Paulo Ayres Mattos (MUROS E PONTES, 2014, recurso online).

Em 1968, em pleno movimento de revolta da juventude na França, Alemanha e Brasil e por aí a fora [...] a gente começa a concluir que não tem outra alternativa senão a luta armada (MUROS E PONTES, 2014, recurso online).

Neste contexto, Zenaide Machado nos anos da ditadura civil-militar era estudante de História da UERJ e oriunda da Igreja Presbiteriana Independente. Foi duramente perseguida pelo Estado brasileiro por 16 anos sendo foi presa em 1971. Na ocasião, foi levada para o quartel da Polícia do Exército, à rua Barão de Mesquita (Rio de Janeiro). Permaneceu presa por 3 anos e 33 dias.

Ficou incomunicável por 60 dias e sofreu tortura da parte de agentes de nome Doutor Bruno, Nagib, Cardeal, Bugre e Cururu. Foi transferida para o quartel da Vila Militar, onde sofreu com tortura psicológica e constrangimento sexual da parte do capitão Guimarães e do capitão Ailton. Foi enviada para o Presídio Talavera Bruce, onde ficou até 1974, quando foi solta (CNV, 2014, p. 184-185).

Zenaide, antes de ser presa já era perseguida por seu envolvimento com o Partido Comunista-PC. Ela declara que em 1968, tanto ela quanto um grupo de jovens:

Nós já estávamos muito engajados e preparando para resistir de armas na mão. A nossa vida foi se tornando uma vida muito mais focalizada, não tínhamos mais trânsito amplo e fomos restringindo nosso convívio pessoal e familiar. Mas nós éramos muito determinados e entramos de cabeça naquela luta. Nós sabíamos que o confronto seria duro. Certamente não tínhamos tanta vivência para avaliar a extensão do que viria mas nós éramos muito idealistas e abraçamos essa causa com muita entrega (DIAS, 2014, p. 40-49).

Machado problematiza a questão dos conflitos entre os jovens e as estruturas eclesiais, afirmando que existiam diversos conflitos não apenas na questão comportamental mas também no que cerne a política:

Eles [líderes eclesiais] eram não só opressores na questão comportamental mas também muito conservadores, reacionários na questão da política. Então eu lembro, por exemplo, do Rev. Sebastião. O Rev. falava alguma coisa que eu achava absurda eu não me continha, levantava o dedo dizendo: eu discordo. E a gente já tinha uma discussão filosófica, enfim, que quebrava os limites daquela religiosidade muito estrita. Eu lembro sim que tínhamos conflitos com alguns Presbíteros... Tinha o conflito e tinha os pastores que sustentavam esse comportamento nosso, dos jovens mais insubordinados... Havia Seminários, Congressos, Encontros da moçada, no Paraná e em vários Estados do Brasil. E tinham alguns pastores com outras abordagens; eu lembro, por exemplo, de uma vez o Rubem Alves dizer: “Com Cristo no barco tudo vai muito bem... não vai não!” (DIAS, 2014, p. 40-49).

No que tange à militância política, Zenaide é positiva ao abordar o assunto:

Eu acho que o engajamento da militância vem de um sentido profundo de esperança. Esperança na possibilidade de uma convivência entre as pessoas. Esperança na possibilidade de uma outra sociedade pautada por valores, que acho que se constituem em questões permanentes da humanidade. Que são os valores da justiça, da equidade, da igualdade, da riqueza compartilhada. Então eu acho que eu conheci e tive experiências fantásticas, compartilhei com muitos essa aposta. Foi uma aposta dura que exigiu muito de todos nós. Porque o confronto com o Estado de terror era um confronto que se travava em condições de absoluta desigualdade. Era o monopólio da força, dos agentes públicos, das Forças Armadas que se apropriaram de um Estado e que implantaram um projeto que violentou a nação, a sociedade. Essa possibilidade de resistência, essa unidade é que nos deu forças (DIAS, 2014, p. 40-49).

Acrescenta ainda que a “valorização das virtudes humanas foi se tornando uma referência contra a igreja” que imprimia uma noção de Deus opressor e a ideia do pecado como uma maneira de colocar “limites a uma conduta humana”, mas que na verdade, a conduta humana poderia ter outros limites que nascessem de “valores da interioridade”.

Machado foi procurada pela marinha, exército e pela aeronáutica, até ser presa pela polícia do exército e só foi anistiada em 2005 pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Ana Maria Estevão era membro da Igreja Metodista em São Paulo e integrava a Aliança de Libertação Nacional (ALN). Foi presa 3 vezes e absolvida. Na primeira vez em que esteve presa, na Oban, foi torturada por 15 dias:

Fiquei nua no pau de arara, levei choque na vagina. Recebi muita ameaça de que iriam me estuprar, não chegaram a cumprir. Os primeiros três dias foram mais fortes. Nos outros dias, a gente ouvia os gritos, as ameaças...você vê o chão todo sujo de sangue...nos amordaçavam para não gritarmos quando levávamos o choque. Levei vários tapas no rosto. O capitão Gaeta depois foi lá embaixo na minha cela dizer que tinha batido na gente porque a gente estava tendo ataque histérico. Ainda vinha se justificar. “Vocês não eram tão quentes assim na esquerda? Mesmo assim a gente teve que ser violento, porque vocês estavam tendo ataque histérico, começavam a gritar”. E isso foi o que mais me ofendeu...claro....ser pendurada, ser obrigada a ficar nua, levar choque na vagina, tudo isto é humilhante, mas dizer que foi porque a gente tinha uma crise histérica, é uma coisa para te ofender como mulher (DIAS, 2014, p. 182-183).

Por sua vez, a protestante metodista Idinaura Marques, ligada à ALN, foi presa em 12 de julho de 1970 pela Oban. Foi condenada à seis meses de prisão em 1971. O Relatório, ao se tratar de Idinaura Marques, é bastante resumido e não revela os detalhes sobre sua prisão e as torturas sofridas.

Também citam Heleny Telles Guariba, que já foi mencionada, que era membro da Igreja Metodista Central de São Paulo e militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Foi presa e consta como desaparecida.

Quando o relatório apresenta o perfil das mulheres vítimas da ditadura como pessoas que muitas vezes não tinham “preocupação com disputas políticas ou com a implantação do “comunismo”” cita exemplos que contradizem essa ideia de absenteísmo político das vítimas. As poucas mulheres citadas no texto temático sobre os protestantes na ditadura eram, na verdade, bastante politizadas e engajadas na causas sociais e movimentos revolucionários, além das causas religiosas.

O texto ainda abordou nomes de militares envolvidos diretamente nos interrogatórios com os presos políticos onde as violentas torturas aconteciam. É citado o nome dos torturadores: capitão Albernáz, capitão Coutinho da Polícia Militar/Corpo de Bombeiros, do torturador de apelido “Paulo Bexiguento”, capitão Gaeta, pastor batista e capelão do Exército Roberto Pontuschka, agentes Doutor Bruno, Nagib, Cardeal, Bugre, Cururu, capitão Guimarães, capitão Ailton, Dr. Cláudio (codinome usado pelo inspetor Solemar de Moira Carneiro), delegado Sérgio Paranhos Fleury, torturador Carlinhos Metralha (Carlos Alberto

Augusto), agente policial Luis Miranda Filho, major e chefe do DOI–CODI Augusto Fernandes Maia e o coronel Ney Armando Meziat que era chefe da II Seção do IV Exército.

Por fim, segundo o próprio texto, a intenção do relatório final é deixar nítido que “qualquer processo que intente reconstruir a memória e a verdade sobre o momento ditatorial do Brasil, em busca de justiça, não pode deixar de atentar para o papel das igrejas” e dos cristãos que dedicaram sua vida em favor da justiça.

4.3. SISTEMATIZAÇÃO E ENTREGA DO RELATÓRIO FINAL

No que tange ao relatório final, consta no artigo 11 da Lei que criou a Comissão Nacional da Verdade que a mesma teria o prazo de dois anos, contados da data de sua instalação, para a conclusão dos trabalhos, devendo apresentar, ao final, relatório circunstanciado contendo as atividades realizadas, os fatos examinados, as conclusões e recomendações (OLIVEIRA, 2018, p. 27).

Dessa forma, o trabalho que começou oficialmente no início de 2012, teve de ser concluído no final do ano de 2014 com a apresentação do texto final. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade foi entregue no dia 10 de dezembro de 2014 em cerimônia oficial no Palácio do Planalto à presidenta Dilma Rousseff. A cerimônia foi discreta e coincidiu com a data em que o mundo celebrava o dia Internacional dos Direitos Humanos, em homenagem à Declaração Universal dos Direitos Humanos que completava 66 anos de existência. O Relatório foi entregue por seis membros da CNV, Pedro Dallari, Rosa Maria Cardoso da Cunha, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho.

De acordo com o discurso de Dilma Rousseff na cerimônia de entrega, o relatório apresentado simultaneamente ao Governo Federal e à sociedade brasileira “evidencia a autonomia assegurada pela legislação à Comissão Nacional da Verdade, que atuou sem interferência governamental ou de qualquer outra espécie”. A CNV, então, foi uma iniciativa do Estado brasileiro e não apenas um ato de governo (OLIVEIRA, 2018, p. 27).

Três objetivos importantes teriam sido alcançados pelo trabalho da Comissão apresentados no texto final como a procura pela verdade factual, o respeito à memória histórica e a reconciliação do país com a sociedade por meio da informação e do conhecimento.

Dilma Rousseff ao falar sobre a divulgação do relatório também parabenizou os membros pelo trabalho árduo de pesquisar para conhecer a história do nosso período supracitado e discursou sobre a importância da memória histórica sobre os anos da ditadura:

Nós, que amamos tanto a democracia, esperamos que a ampla divulgação deste relatório permita reafirmar a prioridade que devemos dar às liberdades democráticas, assim como a absoluta aversão que devemos manifestar sempre aos autoritarismos e às ditaduras de qualquer espécie. [...] Estou certa que vocês, integrantes da Comissão Nacional da Verdade, cumpriram ao longo desses 31 meses sua missão, pois se empenharam em pesquisar, em indagar, em ouvir e em conhecer a nossa história. Queria também fazer o reconhecimento aos homens e às mulheres livres que relataram a verdade para à Comissão, contribuindo assim para que o Brasil se encontre consigo mesmo. [...] Os membros da Comissão, bem como sua equipe, trabalharam com grande dedicação. Atuaram movidos pela consciência de que tinham um papel fundamental a cumprir para promover o nosso reencontro. Trazem vocês, todos da Comissão, todos os que auxiliaram, todos aqueles que pelo Brasil e ao nosso povo, ao nos assegurar a memória histórica. [...] A busca da verdade histórica é uma forma de construir a democracia e zelar pela sua preservação (OLIVEIRA, 2018, p. 27).

Acerca da sistematização do Relatório Final, o coordenador do GT das igrejas na ditadura, Anivaldo Padilha, reconheceu que o documento conclusivo, com quase 50 páginas, resultou em um texto extremamente reduzido frente o relatório inicial, na seção analisada neste capítulo, que tinha quase 300 páginas. Sendo assim, todos os casos abordados tiveram de ser resumidos, muitos trechos de depoimentos não entraram e as vítimas tiveram que ser selecionadas pelos redatores para compor o relatório que conhecemos.

Magali Cunha, que já atuava como colaboradora do GT ampliado desde 2013 por conta da sua pesquisa de mestrado sobre o tema, intitulada *Resistência evangélica durante a ditadura civil-militar pelo movimento ecumênico*, passou a compor a lista de redatores do relatório da Comissão em 2014, quando foi aberta uma vaga para pesquisador por conta da desistência de um membro.

O trecho a seguir da entrevista realizada com Magali Cunha elucida todo o esforço dedicado pelos redatores a um critério mais justo possível de sistematização:

Pautamos exaustivamente os itens que deveriam fazer parte do relatório. Produzimos, na verdade, um documento de cerca de 300 páginas com os conteúdos referentes à Igreja Católica e às Igrejas Evangélicas. Com o extenso volume produzido, a Comissão Nacional decidiu focar o relatório nas violações de direitos humanos. Foi aí que o que foi produzido amplamente pelo GT ficou sistematizado nas 50 páginas solicitadas com essa especificidade (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Sobre as vítimas protestantes abordadas no documento final, percebe-se, claramente, que, de um amplo campo protestante no Brasil, apenas membros presbiterianos, metodistas e um único membro da Assembleia de Deus foram citados no Relatório Final. Quem chama atenção para o assunto é o historiador Leandro Seawright que no artigo intitulado “A Comissão Nacional da Verdade e o caso dos protestantes durante a ditadura militar brasileira”, publicado em 2016, destaca que o texto priorizou os metodistas e presbiterianos às outras denominações:

A despeito do vasto campo protestante brasileiro, da ampla repressão exercida pelo Estado e do suporte documental angariado pelos pesquisadores do GT, apenas os membros das igrejas metodistas, presbiterianas e um único membro da Assembleia de Deus constaram no relatório final da CNV sobre as “detenções arbitrárias e tortura de agentes eclesiásticos”; as razões incertas das preferências no registro das violações não foram explicadas pelos redatores do documento, e, por isso, não se pode afirmar que os critérios de seletividade foram definidos por vínculos comunitários e afetivos empregados em uma comissão de Estado (SEAWRIGHT, 2016, p. 344).

Padilha, por sua vez, respondeu à crítica dizendo que se houve denominações mais citadas que outras “não foi por escolha pessoal”. Segundo ele, “algumas são mais citadas por que o critério principal adotado foi o papel na resistência, na entrevista as vítimas”. Conclui ainda dizendo:

No campo protestante as igrejas mais mencionadas foram a Igreja Metodista e a Igreja Presbiteriana, pois consistiram na grande maioria das pessoas que se envolveram na luta contra a ditadura. E não por acaso também foram nessas igrejas que ocorreram a maior parte das colaborações explícitas com o regime (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Seawright, ao responder em entrevista, sobre os pontos positivos do relatório final, ressaltou que é um perigo grave naturalizar o discurso de que uma denominação tenha sido mais lesada que outra. “Aqui mora um perigo grave: o “mito” [...] de que uma ou outra denominação foi mais lesada precisa ser definitivamente desconstruído”.

Percebemos, dessa maneira, que a seletividade nos casos abordados pelo relatório final deve ser mais bem problematizada, a fim de que possamos compreender, que as demais denominações protestantes, além da Presbiteriana e Metodista, também tiveram papel fundamental na construção das memórias protestantes na ditadura e na luta pela resistência ao regime violento e autoritário, mesmo não tendo ganhado a devida atenção no relatório.

Um elemento de grande importância do relatório final foi, indubitavelmente, a sua publicização. Somente assim, a sociedade pode ter acesso amplo ao documento que procurou

esclarecer diversos pontos dos governos ditatoriais e os inúmeros crimes contra os direitos humanos, sem censura. Rouseff afirma:

A partir de agora, todos os brasileiros terão acesso fácil, via internet, ao relatório desta comissão e às informações relevantes, sobretudo que aconteceram, naquele período. A verdade não significa revanchismo. A verdade não deve ser motivo para ódio ou acerto de contas. A verdade liberta todos nós do que ficou por dizer, por explicar, por saber. Liberta daquilo que permaneceu oculto, de lugares que nós não sabemos aonde foram depositados os corpos de muitas pessoas. [...] (LEIA, 2014, recurso online).

A ampla publicidade do documento possibilita o esforço do Direito Internacional, assim como da sociedade civil em se mobilizar no sentido de cobrar efetivas ações estatais. É a partir da sua ampla divulgação, que pode o Estado ser “compelido”, tanto no âmbito externo como interno, a tomar providências no sentido da efetivação das medidas de Justiça Transicional (OLIVEIRA, 2018, p. 28).

O documento foi finalizado com 29 recomendações de medidas e políticas públicas para a não repetição do período ditatorial no país, a saber: Reconhecimento, pelas Forças Armadas, de sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar (1964 a 1985); Determinação, pelos órgãos competentes, da responsabilidade jurídica - criminal, civil e administrativa - dos agentes públicos que deram causa às graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV, afastando-se, em relação a esses agentes, a aplicação dos dispositivos concessivos de anistia inscritos nos artigos da Lei no 6.683, de 28 de agosto de 1979, e em outras disposições constitucionais e legais; Proposição, pela administração pública, de medidas administrativas e judiciais de regresso contra agentes públicos autores de atos que geraram a condenação do Estado em decorrência da prática de graves violações de direitos humanos; Proibição da realização de eventos oficiais em comemoração ao golpe militar de 1964; Reformulação dos concursos de ingresso e dos processos de avaliação contínua nas Forças Armadas e na área de segurança pública, de modo a valorizar o conhecimento sobre os preceitos inerentes à democracia e aos direitos humanos; Modificação do conteúdo curricular das academias militares e policiais, para promoção da democracia e dos direitos humanos; Retificação da anotação da causa de morte no assento de óbito de pessoas mortas em decorrência de graves violações de direitos humanos; Retificação de informações na Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Rede Infoseg) e, de forma geral, nos registros públicos; Criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura;

Desvinculação dos institutos médicos legais, bem como dos órgãos de perícia criminal, das secretarias de segurança pública e das polícias civis; Fortalecimento das Defensorias Públicas; Dignificação do sistema prisional e do tratamento dado ao preso; Instituição legal de ouvidorias externas no sistema penitenciário e nos órgãos a ele relacionados; Fortalecimento de Conselhos da Comunidade para acompanhamento dos estabelecimentos penais; Garantia de atendimento médico e psicossocial permanente às vítimas de graves violações de direitos humanos; Promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos na educação; Apoio à instituição e ao funcionamento de órgão de proteção e promoção dos direitos humanos; Revogação da Lei de Segurança Nacional; Aperfeiçoamento da legislação brasileira para tipificação das figuras penais correspondentes aos crimes contra a humanidade e ao crime de desaparecimento forçado; Desmilitarização das polícias militares estaduais; Extinção da Justiça Militar estaduais; Exclusão de civis da jurisdição da Justiça Militar federal; Supressão, na legislação, de referências discriminatórias das homossexualidades; Alteração da legislação processual penal para eliminação da figura do auto de resistência à prisão; Introdução da audiência de custódia, para prevenção da prática da tortura e de prisão ilegal; Estabelecimento de órgão permanente com atribuição de dar seguimento às ações e recomendações da CNV; Prosseguimento das atividades voltadas à localização, identificação e entrega aos familiares ou pessoas legitimadas, para sepultamento digno, dos restos mortais dos desaparecidos políticos; Preservação da memória das graves violações de direitos humanos; Prosseguimento e fortalecimento da política de localização e abertura dos arquivos da ditadura militar (RELATÓRIO, 2014, recurso online).

Nessa perspectiva, Dilma Rousseff na cerimônia declarou que: "Nós vamos nos debruçar sobre o relatório e retirar, das recomendações, todas as consequências necessárias" (RELATÓRIO, 2014, recurso online). Assim, o relatório seria um serviço histórico prestado às futuras gerações. Para a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, "Nós acompanharemos as recomendações do relatório. Uma das recomendações é criar um organismo que dê continuidade ao acompanhamento das comissões, investigações e entrevistas que ainda acontecem pelo Brasil" (RELATÓRIO, 2014, recurso online). Assim, fica para as comissões municipais, estaduais, setoriais e a sociedade civil, a importante tarefa de discutir as recomendações, pressionar o poder público e garantir que seja cumprido o que foi recomendado (RELATÓRIO, 2014, recurso online).

Após a conclusão e a entrega do relatório, baseados na recomendação que pede a "responsabilização dos agentes públicos por violações de Direitos Humanos cometidas na

ditadura”, os movimentos de direitos humanos, de familiares e das próprias vítimas da ditadura esperaram pelo próximo passo que consistiria na responsabilização de agentes do Estado com as consequentes ações judiciais (SCHREIBER, 2014, recurso online).

Afinal, a própria Comissão não teve autoridade para julgar e punir os militares acusados de tortura e outros crimes durante a ditadura civil–militar, contudo, esperavam que o Supremo Tribunal Federal modificasse sua interpretação da Lei da Anistia ou que o Congresso alterasse a redação da mesma, fundamentados no relatório final produzido pela CNV. Só assim, os torturadores poderiam ir ao banco dos réus. Por sinal, uma das recomendações do relatório é, justamente, de que cerca de 200 torturadores, ainda vivos, sejam levados à julgamento (SCHREIBER, 2014, recurso online). Pedro Dallari afirma que "em caso de autoria, só nos cabe pedir responsabilização criminal, civil e administrativa, para afastar a legislação contrária. Não cabe à comissão pedir revisão de Lei, cabe a outras instâncias, como STF" (RELATÓRIO, 2014, recurso online).

O secretário nacional de Políticas Sociais da CUT, Expedito Solaney destacou que a partir das recomendações feitas pela CNV, o Ministério Público decide se acata ou não cada uma. Concluiu ainda sobre o papel importante da sociedade civil no prosseguimento das recomendações:

A Comissão faz um relatório indicando caminhos a seguir. Agora o Ministério Público avalia se acata a documentação como denúncia e se ela tem fundamentação jurídica para levar à cadeia os que cometeram crimes de lesa-humanidade. Isso não acontecerá sozinho, é preciso pressão da sociedade (RELATÓRIO, 2014, recurso online).

Reforçando a fala sobre a importância da participação social na discussão do prosseguimento das recomendações do secretário da CUT, a ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, acrescentou que "uma página da nossa história foi virada. E daqui para frente, é com a sociedade civil. É preciso conhecer o relatório e pedir" (RELATÓRIO, 2014, recurso online).

Entretanto, Padilha, três anos após a entrega do relatório, falou sobre o destino dado ao mesmo. Destacou que o documento foi engavetado pelo governo, que não deu a devida sequência, ou seja, “o relatório final tem umas seis recomendações, uma delas é a criação de uma Secretaria de Estado e não de governo, criada por lei para dar segmento ao trabalho da Comissão”. O trabalho da CNV seria apenas o “primeiro passo para desvendar tudo o que

aconteceu na ditadura”, mas devido o pequeno tempo de pesquisa – dois anos –, não foi possível abarcar tudo; “daí a importância da criação de uma Secretaria que desse sequência com o apoio de convênios, centros de pesquisa de universidades” e também do incentivo à pesquisadores a darem continuidade ao trabalho da Comissão (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal). Dilma teria assinado uma decisão de implementar essa recomendação na última semana de seu governo, uma semana antes do impeachment. Lamenta Padilha: “Uma pena, porque vai ser muito difícil retomar [a pesquisa] ainda mais no ímpeto da situação atual” (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

4.4. CASOS QUE NÃO ENTRARAM PARA O RELATÓRIO FINAL

Sabendo que o relatório final foi resultado de um processo delicado de seleção e sistematização de inúmeras vítimas da ditadura, pelo seu limitado número de páginas, fica claro que muitos casos também importantes não entraram para o documento final e continuam desconhecidos da maior parte da população.

Leonildo chama atenção para dois casos, em específico na seção dos protestantes, que foram descobertos e investigados pelo grupo mas que não compuseram o relatório final. O primeiro caso interessante levantado foi de um episódio investigado por Leandro Seawright e que aconteceu com dois batistas da Igreja Batista da Vila Mariana de São Paulo, que por sinal, foi uma igreja que deu bastante apoio aos militares. Um dos batistas Ednardo D'Ávila Mello general do Comando do Segundo Exército de São Paulo foi deposto do comando do exército pelo Ernesto Geisel depois da morte do jornalista Vladimir Herzog e em seguida a morte de Mário Fiel Filho que foi um líder sindical. Ambos mortos por torturas mas que simularam suicídio.

Geisel já tinha advertido ao Comando do Exército para que eventos como esses não voltassem a acontecer. Sendo assim, demitiu imediatamente o general. Segundo Campos, o quadro foi agravado pelo fato do general Ednardo D'Ávila Mello ter pregado no domingo anterior a sua queda no púlpito da Igreja Batista Vila Mariana que “dizem por aí que a subversão está contida no Brasil mas que isso seria uma inverdade e a subversão está aí e ela precisa ser contida”. Enquanto na semana anterior, Geisel tivesse declarado que “agora começaria o período de abertura no Brasil porque a subversão está contida” (ENTREVISTA, 2016, arquivo pessoal).

O segundo caso apresentado por Leonildo na entrevista foi o de Ivan Seixas que fez parte da direção da CNV. Na época tinha 14 anos e viu o pai responsável por uma tentativa de sequestro de um comandante do Segundo Exército ser morto a pauladas:

Nessa Igreja Batista também aconteceu um outro caso: o Ivan Seixas era de uma família cujo pai e mais 3 irmãos faziam parte do alto comando da ANL e eles resolveram fazer um sequestro do comandante do Segundo Exército logo na porta da igreja pra trocar por presos políticos. Eles assistem o culto e na porta da igreja o Ivan Seixas arranca o pino de uma granada, o pai dele aponta a arma na cabeça do general e avisam ao general que ele está preso e será sequestrado até que seja feita a troca pela libertação dos presos políticos que eles desejaram. Mas um dos presos sob tortura já havia contado a informação que havia um plano de sequestrar o general. Eles estavam no culto mas tinha uma patrulha do exército que estava na frente da igreja disfarçados. Quando eles veem a movimentação na porta da igreja, dos crentes, o pastor, o general eles vem de lá com armas e metralhadoras e eles falam pro general: “fomos descobertos e o nosso plano não vai adiante mas se os seus homens vieram em nossa direção, nós vamos explodir essa granada (estava na mão de um menino de 14 anos) e vamos dar um tiro na sua cabeça, o pastor e as pessoas que estão em volta morrem também. A única saída é o Senhor mandar o pessoal depor armas e nós saímos com o Senhor na nossa viatura e 4 quarteirões daqui nós soltamos o Senhor. Eles colocam as armas na rua e saem com o general o liberando 4 quarteirões depois como prometido. Mas como já haviam sido identificados por delação nas horas seguintes todos eles começaram a ser presos e executados imediatamente. O pai do Ivan Seixas o responsável pela ação foi morto a pauladas na frente do filho, que só foi preservado por ser um menino de 14 anos (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

Sendo assim, Campos conclui que há coisas muito interessantes que a CNV trouxe à tona mas que não foi possível transformar em parte do relatório que foi divulgado. Quanto ao relatório completo, infelizmente, ainda não é disponível para o público:

O relatório mais completo não é público mas chegamos a conversar entre nós do grupo em transformar todo o relatório num livro. No entanto estamos lidando com problemas do Estado, tem questões legais que ainda estamos pensando como vamos lidar, porque do ponto de vista formal este material não nos pertence mas sim a Comissão (ENTREVISTA, 2017, arquivo pessoal).

4.5. CONCLUSÃO

A análise, feita no relatório final da Comissão, de casos de resistência de religiosos evangélicos durante os anos da ditadura no Brasil deixa claro que a liberdade era frágil e que a qualquer momento a vida dos cristãos, delatados, poderia se transformar completamente. Ao se depararem com a perda de direitos e com a clandestinidade, em decorrência das perseguições (pelos líderes religiosos e pelos militares) e das prisões arbitrárias, descortinava

a falta de liberdade de trânsito amplo e tinham o convívio social e familiar totalmente restringido. No auge do AI-5 alguns evangélicos, foragidos, estavam se preparando para resistir de armas na mão que seria uma forma de reagir ao totalitarismo e autoritarismo do regime. Outros, por outro lado, resistiram pacificamente e buscaram incessantemente, uma força interior [força divina] para sobreviver às torturas (MUROS E PONTES, 2014, recurso online).

Mesmo sabendo que as pesquisas da Comissão Nacional da Verdade não deram conta do exato número de detenções arbitrárias entre evangélicos e de situações de tortura sofridas por cristãos, nos porões da ditadura, é importante ressaltar, que estas vítimas citadas e muitas outras que, por diversos motivos, não entraram no relatório final, foram peça chave para uma forte contestação e revisão dos discursos oficiais do período.

Através dos depoimentos das vítimas, fica claro que nem todos os presos políticos eram terroristas ou assassinos como os militares afirmavam/afirmam. Nem todos os presos e torturados, e outros mortos, tentaram derrubar o governo através da violência e da luta armada. Além disso, pouco se pode confiar em declarações e notícias oficiais do governo da época que declarava qualquer opositor do regime como terrorista e subversivo, como uma grande ameaça à paz e a ordem nacional. “Se na sua propaganda o regime salvou o Brasil de terroristas comunistas, nos seus porões ela garantiu a sobrevivência de 20 anos de um Estado ilegítimo, feito sob a força bruta e o silêncio dos seus cidadãos” (CALDEIRA, 2014, recurso online). A imagem do torturado era construída pelo governo militar em uma propaganda maciça em que cada torturado era culpado. Culpado de ameaçar a família e a ordem nacional, de assaltar bancos, de ser o terrível comunista, entre muitos outros crimes e subversões.

Assim, a imagem do culpado estava feita e estabelecido o terror na sociedade. Para resolver o problema dos torturados mortos, médicos legistas forneceram falsos laudos que justificavam a morte da vítima como de causas naturais, escondendo assim as marcas da tortura. Como se pode perceber nos relatórios da CNV, a maioria dos laudos simulava o suicídio do preso. Outros eventos que usavam para ocultar a tortura era declarar falsos atropelamentos, acidentes automobilísticos ou mortes em confronto direto com a polícia. Exemplos nesse sentido foram as inúmeras retificações de atestados de óbito exigidos pelos familiares de mortos meio século depois do fim da ditadura (BACHA, 2017, recurso online).

Embora, nenhum motivo para violações dos direitos humanos possa ser justificável, a oposição pacífica através de pregações, passeatas e mídia alternativa era a forma de

resistência de boa parte dos protestantes que foram presos na ditadura. A não garantia da preservação dos direitos humanos e o direito de defesa dos acusados são características de um governo ditatorial e autoritário. Em governos democráticos, nos quais o direito de cada cidadão é garantido por lei e exercido pelos governantes, não há, como mecanismo de “defesa”, uma política de extermínio dos opositores do governo como ocorreu no Brasil, principalmente após 1968 com o AI-5.

Ao final do relatório da CNV, concluiu-se que “as igrejas cristãs deixaram marcas na memória da ditadura militar brasileira” por meio do “apoio das lideranças, clérigas e leigas, ao regime” (CNV, 2014, p. 195). Mas o inverso também pode ser igualmente afirmado, a ditadura deixou marcas na memória das igrejas cristãs como parte da sociedade e em religiosos que resistiram. Essas marcas jamais cicatrizarão completamente, enquanto a justiça de transição não for concluída.

Entretanto, a cicatrização das marcas deixadas pela ditadura jamais será esquecida pelos que sentiram - na pele e na alma - a dor das atrocidades e o suplício, cada vez mais presente nas sociedades atuais, nos trazem ao lugar de memória das vítimas do regime. Tal cicatrização se faz de forma bastante lenta e gradual impossibilitando que as memórias, por virem à tona, sejam apagadas e que a História fique postergada, para o benefício de todos os brasileiros.

CONCLUSÃO

Por muito tempo, consolidou-se no Brasil a ideia do absentismo político das igrejas evangélicas e a máxima bíblica “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus” era bastante difundida como justificativa para o não envolvimento da Igreja com a política. Contudo, parece que essa separação se aplicaria apenas para entender o comportamento dos evangélicos até a primeira metade do século XX. No entanto, como discutimos no Capítulo 1, as lideranças das igrejas se envolveram explicitamente nas questões políticas da época, apoiaram o golpe com chamadas nacionais para orações e jejuns, pregações nos púlpitos de apoio ao regime, passeatas e cerimônias de comemorações pós golpe. Muitos líderes evangélicos apoiaram também os militares, tornando-se informantes do governo, perseguindo, delatando e expulsando membros das suas igrejas. Durante os anos ditatoriais (1964-1985), no Brasil, houve nitidamente uma acentuação da atuação dos setores religiosos no cenário político (ALMEIDA, 2016. Passim). É sabido que “no momento do golpe, a identificação da Igreja era com as elites em geral, em uma postura política antiliberal e antidemocrática” (NATUSCH, recurso online).

Em contrapartida, o protestantismo brasileiro, especificamente a juventude evangélica, estava sendo influenciada por ideias de cooperação entre as igrejas (ecumenismo) e de um mundo mais justo e solidário - principalmente para os pobres e oprimidos -, se envolvendo em reflexões acerca das questões políticas do país e do direito à liberdade e justiça.

Dessa forma, os jovens heterodoxos que defendiam a livre expressão e se voltavam sensivelmente às questões humanitárias e sociais, foram duramente perseguidos dentro das igrejas e delatados como comunistas e subversivos para os militares, uma vez que o comunismo ateu era terminantemente combatido dentro e fora dos templos.

Em suma, as forças militares não conseguiram acabar totalmente com os comunistas, muito menos extinguir os movimentos de protesto. Em 1979, o Estado brasileiro sob o governo Figueiredo, considerado o momento de “abertura” para a democracia, criou a Lei da Anistia que, embora tenha anistiado até mesmo os próprios torturadores da ditadura militar, também concedeu anistia aos presos políticos e aos exilados. Muitos puderam voltar para o Brasil e verem a justiça sendo parcialmente feita. Isso, no entanto, foi resultado dos esforços de diversos setores sociais em busca de justiça a favor das vítimas da ditadura (MEMÓRIAS DA DITADURA, recurso online). Em 1978, é divulgado em um artigo do jornal “Em Tempo” uma lista com nomes de 233 torturadores que causou grande impacto até mesmo na

extrema direita, que passou a atacar a redação e os jornalistas ligados ao periódico (TELLES, 2014, p. 31-68.). Com o lançamento do livro *Brasil: Nunca Mais*, pela Comissão de Justiça e Paz, houve a divulgação de uma lista com 444 acusados de tortura, conforme o depoimento de presos (AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2014, recurso online). Todas estas denúncias possibilitaram um engajamento cada vez mais intenso da sociedade e dos familiares de mortos e desaparecidos resultando numa luta por reparação moral, civil e financeira das vítimas e o reconhecimento público do Estado brasileiro ao assumir os crimes contra os direitos humanos praticados durante a ditadura. Estes esforços culminaram na Comissão Nacional da Verdade, criada em 2011, que representou um marco importante no começo de um esclarecimento sobre os crimes ocorridos no período mais violento da história do país (MEMÓRIAS DA DITADURA, recurso online).

Através das pesquisas dos membros da Comissão, foi possível uma reparação e reconciliação, mesmo que parcial, entre o Estado brasileiro, a sociedade civil, as vítimas, os familiares de mortos e desaparecidos e com a nossa História. Afinal, "qualquer pessoa sabe da independência, da abolição, da revolução de 1930, mas não sabe nada sobre o golpe de 64" (COMISSÃO, 2014, recurso online).

De fato, os crimes contra os direitos humanos ocorridos no período militar por bastante tempo, foram desconhecidos da sociedade, muito por causa da “política do esquecimento”, do “silenciamento” das Forças Armadas e pela falta de interesse dos governos democráticos e civis pós governos ditatoriais.

A CNV fez o importante trabalho de ouvir mais de 600 pessoas – em sua maioria vítimas do regime, mas também agentes da repressão, com intuito de desmontar falsas versões oficiais dos militares sobre mortos e desaparecidos políticos. Foi extremamente importante para sociedade quando possibilitou a retificação de atestados de óbitos e conseguiu a obtenção de confissões de agentes da ditadura sobre a prática de tortura. Para além de suas características práticas e funcionais, a CNV foi também um importante mecanismo de política de memória (BAUER, 2017, p. 133).

Através da CNV, outras dezenas de comissões da verdade foram instaladas em diversos Estados brasileiros nos últimos anos, promovendo a sequência de estudos mais aprofundados e focalizados.

Entendemos que as comissões da verdade significam muito para as vítimas e para os familiares de mortos e, também, por promoverem uma aproximação das sociedades civis com um olhar revisado da história do nosso país compreendida entre 1964 e 1985. Um dos

elementos mais importantes do trabalho da Comissão, sem dúvida, foi a ênfase às vítimas (COMISSÃO, 2014, recurso online).

Uma vez que é possível compreender que tais vítimas já foram julgadas e condenadas durante os anos do regime militar. Cabendo agora, um olhar mais apurado sobre o lado que julgou, torturou e matou arbitrariamente presos políticos.

O lado que se rebelou foi julgado. A ditadura brasileira tinha uma lei para julgar os adversários, a Lei de Segurança Nacional, e uma Justiça (militar). Todos foram processados e julgados. A própria Dilma cumpriu três anos de cadeia. O Carlos (Araújo, *ex-companheiro de Dilma*) cumpriu quatro anos. E além disto foram castigados ilegalmente. Não tem dois lados para serem julgados, porque um já foi, e por uma lei ilegítima. O outro lado já foi punido. Isso tem de ser contado nas escolas (COMISSÃO, 2014, recurso online).

Já o segundo capítulo da dissertação se pautou em analisar a heterogeneidade da composição do Grupo de Trabalho “Papel das igrejas durante a ditadura” em consonância com os depoimentos colhidos dos membros do GT pela autora da presente pesquisa. Especificamente, trabalhamos com entrevistas realizadas com os membros responsáveis pela investigação dos crimes de violação dos direitos humanos no âmbito protestante: Anivaldo Padilha, Zwinglio Dias, Leonildo Campos, Magali Cunha, Leandro Seawright e Daniel Schimidt. Cada uma das entrevistas foram importantes contribuições, na medida em que respondiam sobre as características da Comissão Nacional da Verdade, sobre os conflitos e desdobramentos referentes ao GT, para a reconstrução da história do período do regime militar e na busca por justiça, verdade e promoção da memória histórica.

O assunto “tortura” sempre esteve presente como tom central nas entrevistas e em toda a pesquisa. Se configura como um assunto difícil de ser abordado com as vítimas das prisões na ditadura. Muitos não gostam de falar em decorrência das marcas que tal experiência deixou, preferem silenciar e, outros encaram o assunto na tentativa de explicitar as violações que sofreram pelos agentes do Estado na época. Na verdade, muito além de apenas contar, procuram tornar público os terríveis tratamentos aos quais passaram pois acreditam que a história precisa permanecer viva na memória das novas sociedades. Lembrar das torturas vivenciadas nas prisões não é fácil, pois envolve, sobretudo, questões psicológicas e morais, marcas que jamais serão apagadas. No máximo, as vítimas tiveram de achar uma maneira de conviver com as cicatrizes deixadas e superá-las. Presumimos, portanto, que as memórias dos protestantes na ditadura estão “enredadas em silêncios e segredos que até os dias atuais

formam a trama de um presente-passado compartilhado por nuances de histórias coletivamente únicas”(GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012, p. 105).

Concluimos, no segundo capítulo, que os trabalhos do GT, além de buscarem por reparação histórica e moral às vítimas, proporcionaram importantes debates nas sociedades civis. Assim, a heterogeneidade de perfis presente no GT das igrejas cristãs, de forma ampla e diferenciada, contribuiu também para o desempenho de um papel relevante para as políticas de verdade e memória ao expor, no seu relatório final, que as graves violações de direitos humanos foram práticas sistemáticas da ditadura civil-militar disseminadas por todo Brasil.

Nessa perspectiva, o Capítulo 3 mostrou os desdobramentos e embates referentes a produção do relatório final da CNV. Nos pautamos na análise da seção do GT das igrejas na ditadura com especificidade na parte protestante. Todo o processo de prospecção de documentos pelos membros do GT, de entrevistas realizadas com as vítimas, entre outros, resultaram nos esforços finais da redação do texto que precisou ser bastante sistematizado e resumido, diante da grandiosa extensão do relatório completo.

Não foi possível determinar o número exato de vítimas protestantes da ditadura, contudo, os 33 nomes de evangélicos citados no relatório final formaram uma rede de memórias que possibilitou a revisão dos casos “esquecidos” pela ditadura e pela sociedade.

A luta anticomunista levada ao extremo, na política, pelos governos ditatoriais e, nas igrejas, pelas lideranças evangélicas entre 1964 e 1985, estabeleceu fortes alianças entre os setores conservadores em meio a um Estado de terror na sociedade. No tempo presente, as diversas vítimas e familiares de mortos e desaparecidos lutam ainda para a revisão da “história oficial” construída pelos militares e por mais esclarecimentos acerca dos crimes e corpos ainda desaparecidos.

Em consequência da falta de clareza e informações, Nair Dias, mãe de Ivan e Zwinglio Mota Dias, prestou um emocionante depoimento em 1978 aos autores do livro *Desaparecidos políticos*, “sobre a angústia da ausência e da espera por explicações”:

As pessoas não querem se comprometer, e por isto não dão informações. Ninguém quer se meter, se complicar. Como é que some uma pessoa e ninguém viu? Ninguém sabe de nada? (...) Mesmo morto, tinha que aparecer o corpo. Alguém tinha de assumir a responsabilidade. O que não podia era uma pessoa sumir de repente e ninguém saber de nada, ninguém se responsabilizar (GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012, p. 105).

Sobretudo, o último capítulo da dissertação buscou problematizar a questão da continuidade dos processos que podem solidificar as recomendações feitas pela CNV, no seu

relatório final, aos governos, instituições públicas e nas sociedades atuais e futuras. Mostrou, por fim, que as comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais, hoje, juntamente com a população civil, são as principais responsáveis por pressionarem os governos a levarem adianta as recomendações deixadas no relatório da CNV.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

BACALHAO, Guilherme; SILVA, Getsemane. **Contos da Resistência**: Documentário. 2004. TV Câmara. Youtube. Direção: Guilherme Bacalhao e Getsemane Silva. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bIIItquXMf4A>>. Acesso dia: 03/08/2017.

BÍBLIA. Português. Apresentação. In: Bíblia Sagrada: Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.

BRASIL. Decreto no 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Diário Oficial da União, 22 dez. 2009 a, p. 173-176.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 400p. 2007

Crônica da Conferência do Nordeste promovida pelo Setor de Responsabilidade Social da Igreja do Departamento de Estudos da Confederação Evangélica do Brasil. Recife, de 22 a 29 de julho de 1962;

CNV, 2014. 1996 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3). Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: p. 609.

CNV, 2014. 416 p.– (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2). Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. – Brasília:

Entrevista com Anivaldo Padilha concedida para a autora. São Paulo: 02 fevereiro de 2017. (Arquivo pessoal).

Entrevista com Daniel Schimidt concedida para a autora. 07 Maio de 2017. (Arquivo pessoal).

Entrevista de Leandro Seawright concedida para a autora. 10 Janeiro de 2018. (Arquivo pessoal).

Entrevista com Leonildo Campos concedida para a autora. São Paulo: 01 dezembro de 2016. (Arquivo pessoal).

Entrevista com Magali Cunha concedida para a autora. 12 maio de 2017. (Arquivo pessoal).

Entrevista com Zwinglio Mota Dias concedida para a autora. Juiz de Fora: 18 maio de 2017. (Arquivo pessoal).

Ofício da Divisão de Informações CPI/Deops/SP, Pasta 52-Z-0-16487, Acervo Deops – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Discurso de João Goulart aos chineses em 1961. 2008. Youtube. Trecho de um discurso proferido por João Belchior Marques Goulart durante sua visita à China. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FyMf0I1RIu0>>. Acesso dia: 20/04/2017.

BIBLIOGRAFIA

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. **Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação.** In: Prepressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre o Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anisia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. p. 128.

ADROALDO, José Silva Almeida. **“Pelo Senhor, marchamos”: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985).** Tese (doutorado) - Programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ: 2016, p. 71.

ALMEIDA, Aroaldo José Silva. **“Pelo Senhor, marchamos”: os evangélicos e a ditadura no Brasil (1964-1985).** Tese (doutorado) - Programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

ARRUDA, Roldão. **É preocupante a inversão de valores nas indenizações às vítimas da ditadura.** 2009. Entrevista com Glenda Mezarobba. Estadão de São Paulo. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,e-preocupante-a-inversao-de-valores-nas-indenizacoes-as-vitimas-da-ditadura,398317>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

BACALHAO, Guilherme; SILVA, Getsemane. **Contos da Resistência:** Documentário. 2004. TV Câmara. Youtube. Direção: Guilherme Bacalhao e Getsemane Silva. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bIIItquXMf4A>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

BACHA, Cecília. **Familiares de mortos e desaparecidos poderão retificar registro de óbito de seus entes amados.** 2017. Jornalistas livres. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/2017/12/familiares-de-mortos-e-desaparecidos-poderao-retificar-registro-de-obito-de-seus-entes-amados/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BARRETO JÚNIOR, Raimundo. **A conferência do Nordeste e o movimento Igreja e Sociedade.** 2008. Ultimato online. Disponível em: <<http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/310/a-conferencia-do-nordeste-e-o-movimento-igreja-e-sociedade>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

_____. **O Movimento Ecumênico e o Surgimento da Responsabilidade Social no Protestantismo Brasileiro.** Revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 13, n. 1 e 2, p.287.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Paco Editorial: 2017, São Paulo, p. 133.

BRITO, André Souza. **Cristianismo ateu: O Movimento Ecumênico nas malhas da repressão militar do Brasil, 1964-1985.** Tese (doutorado) - Programa de pós-graduação em História pela Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ: 2014.

CABRAL, Paulo. **Brasil: da Verdade não vai punir, diz integrante.** 2012. BBC BRASIL. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120511_paulo_sergio_pinheiro_pc>. Acesso dia: 09/09/2018.

CAMPOS, L. S; SILVA, Eliane Moura da; BELLOTI, Karina (org.). **Religião e sociedade na América Latina.** São Bernardo do Campo: UESP, 2010, p. 170.

CALDEIRA, João Paulo. **A tortura e os mortos na ditadura militar.** 2014. GGN o jornal de todos os brasis. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/a-tortura-e-os-mortos-na-ditadura-militar>>. Acesso dia: 20/08/2017.

CARDOSO, Rodrigo. **Os evangélicos e a ditadura militar.** 2011. Revista Isto É. Disponível em: <http://istoe.com.br/141566_OS+EVANGELICOS+E+A+DITADURA+MILITAR/>. Acesso dia: 19/09/2017.

CARNEIRO, Júlia Dias. **‘Quantos morreram? Tantos quanto foram necessários’:** Entrevista de Coronel Malhães sobre a ditadura. 2014. BBC Brasil. Rio de Janeiro.. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140326_depoimento_coronel_ditadura_jc>. Acesso dia: 20/01/2018.

CÉSAR, Waldo. **Relembra a abertura dos evangélicos para a realidade social brasileiro nos anos 60.** 2007. Revista Ultimato, Viçosa, ano XL, n. 305. Disponível em: <<http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/305/sociologo-relembra-a-abertura-dos-evangelicos-para-a-realidade-social-brasileira-nos-anos-60>>. Acesso dia: 13/12/2017.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Audiência Pública no Espírito Santo:** Anita Wright. 2014. Vídeo da Comissão Nacional da Verdade em conjunto com seis comissões da verdade locais realizaram audiência pública em Vitória, Espírito Santo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gns_h6Eck9A>. Acesso dia: 08/07/2017.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Comissão Nacional da Verdade cria Grupo de Trabalho que investigará papel das igrejas durante a ditadura.** 2012. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/grupos-de-trabalho.html>>. Acesso dia: 20/12/2017.

_____. **Grupos de Trabalho.** 2015. CNV - Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/grupos-de-trabalho.html>>. Acesso dia: 10/01/2018.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Conheça e acesse o relatório final da CNV,** 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>>. Acesso dia: 05/07/2017.

COMISSÃO da Verdade entrega a Dilma relatório sobre crimes de Estado na ditadura. 2014. Afirmação do deputado Nilmário Miranda, ex-presos político e primeiro ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do governo de Dilma Rousseff. Rede Brasil. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/12/cnv-entrega-relatorio-final-a-dilma-rousseff-3849.html>>. Acesso dia: 05/07/2018

DAUER, Gabriel Roberto. **Marcas da Memória:** justiça de transição no Brasil e no Chile.. P.1.. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/4.-DAUER-Gabriel-Roberto-Marcas-da-Memoria-justica-de-transicao-no-Brasil-e-no-Chile.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

DIAS, Zwinglio Mota (Org.) **Memórias ecumênicas protestantes – Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência.** Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014, p. 14.

DISCURSO de João Goulart aos chineses em 1961. Trecho de um discurso proferido por João Belchior Marques Goulart durante sua visita à China. Publicado em 21.fev.2008, youtube. Acesso em 20.maio.2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FyMf0I1RIu0>>.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 6ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006, p. 85-90.

ENTREVISTA com Pastor Rubens Lopes. Igreja Batista de Vila Mariana, 2014. Disponível em: <http://www.ibvm.org.br/interna_artigos.php?id=19>. Acesso dia: 05/08/2017.

EVANDRO, Éboli. **O custo da reparação:** aprovadas na Comissão de Anistia chegam a R\$ 3,4 bilhões.. 2014. Entrevista com o presidente da Comissão de Anistia Paulo Abrão. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/o-custo-da-reparacao-indenizacoes-aprovadas-na-comissao-de-anistia-chegam-r-34-bilhoes-12037526>>. Acesso dia: 10/08/2017.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** São Paulo, Revista Brasileira de História. vol.24 no.47, 2004.

FILHO PENNA, Pio. **O Itamaraty nos anos de chumbo** - o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). Artigo para Revista Brasileira de Política Internacional, vol.52 no.2 Brasília Jul/Dez. 2009.

FRESTON, Paul. **Política evangélica no Brasil:** do Império à abertura, 2001, p. 122.

GARBIN, Raissa Oliveira. **Os livros e a censura durante o Regime Militar:** uma análise a partir de três obras de destaque a respeito do tema. Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília, 2013, p. 10.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** Col. Ditadura - Vol. 1 - 2ª Ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F., Veloso. Et al. **A construção da memória histórica da ditadura militar brasileira:** contribuição das narrativas de familiares de presos políticos. *Memória histórica da ditadura militar brasileira. Psicologia e Saber Social*, 1(1), 103-119, 2012, p. 105.

GRUPOS de Trabalho. **Comissão Nacional da Verdade**, 2015. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/grupos-de-trabalho.html>>. Acesso dia: 12/08/2017.

LEE-MEDDI, Jeocaz. **A tortura no regime militar**. 2009. Manifesto Jeocaz Lee-Meddi. Disponível em: <<https://jeocaz.wordpress.com/2009/03/23/a-tortura-no-regime-militar/>>. Acesso dia: 06/05/2017.

LEVINO, José. **Paulo Wright, cristão e subversivo**. 2011. A verdade. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2011/09/paulo-wright-cristao-e-subversivo/>>. Acesso dia: 25/05/2017.

LOPES, Ana Maria D'Ávila; CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos. **A Comissão Nacional da Verdade e a inclusão do Nordeste brasileiro na Agenda Transicional**. Brasília a. 53 n. 210 abr./jun. 2016.

LOURENÇO, Luana. **Dilma chora ao receber relatório sobre ditadura e diz que país merece a verdade**. 2014. Agência Brasil EBC. Brasília,. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/dilma-chora-ao-receber-relatorio-da-comissao-da-verdade-pais-merece>>. Acesso dia: 26/09/2017.

MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História Oral, como fazer como pensar**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 19.

MONIZ, Bandeira. **Areunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p. 165.

MORAES, Mário Sérgio. **50 anos construindo a democracia:** do golpe de 64 à Comissão Nacional da Verdade. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2014, p. 56.

MUROS E PONTES: Memória Protestante na ditadura. Documentário lançado pelo projeto "Memórias Ecumênicas Protestantes no Brasil", KOINONIA: Presença Ecumênica e Serviço e pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, no âmbito do projeto Marcas da Memória. Dirigido por Juliana Radler e lançado no Seminário "Protestantes, Democracia e Ditadura". Rio de Janeiro. 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ycWCn7qAOo4>. Acesso dia: 20/04/2017.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do regime militar brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014, p. 327-332.

NATUSCH, Igor. **Igreja e Ditadura:** do apoio ao combate. Como D. Paulo Evaristo Arns e outros religiosos encabeçaram a luta contra o regime militar.. Declaração feita pelo padre Antônio Abreu. Uol Aventuras na História. Disponível em: <<http://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/terra-brasilis/igreja-e-ditadura-do-apoio-ao-combate.phtml#.WYotQjOGPIU>>. Acesso dia: 03/08/2017.

OLIVEIRA, Gabriela Goergen. **Comissão Nacional Da Verdade: A busca pela concretização da justiça de transição no Brasil.** Trabalho de conclusão de curso de Ciências Jurídicas e Sociais, da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pág .1.

OLIVEIRA, Marly Job de. **A política geral do regime militar para construção de suas políticas econômicas.** Tese (doutorado) - Programa de pós-graduação pela Universidade de São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Além da anistia, *aquém da verdade*: o percurso da Comissão Nacional da Verdade.** Curitiba: Prismas, 2015.

PALMAR, Aluísio. **Resistência da Igreja Católica à ditadura.** 2012. Documentos Revelados. Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/resistencia-da-igreja-catolica-a-ditadura/>>. Acesso dia: 04/04/2017.

PINTO, Simone Rodrigues. **Direito à memória e à verdade: comissões de verdade na América Latina.** Revista Debates, Porto Alegre, v. 4, n. 1, jan./jun. 2010, p. 128-143.

PLANALTO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade.** 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasilia-df>>. Acesso dia: 21/08/2017.

PROFESSOR analisa religiosos na ditadura. Diário do Grande ABC, 2012. Disponível em: <[http://www.dgabc.com.br/\(X\(1\)S\(5wbhyskjafec1h5ihd4jkce\)\)/Noticia/73671/professor-analisa-religiosos-na-ditadura](http://www.dgabc.com.br/(X(1)S(5wbhyskjafec1h5ihd4jkce))/Noticia/73671/professor-analisa-religiosos-na-ditadura)>. Acesso dia: 05/08/2017.

REILLY, Alexandre Durkan. **História documental do protestantismo no Brasil.** São Paulo: ASTE, 1985. p. 235.

RELATÓRIO da CNV resgata memória e faz recomendações por justiça. 2014. Online Bancários. Disponível em: <<http://www.bancariosrio.org.br/bkp/2013/ultimas-noticias/item/30105-relatorio-da-cnv-resgata-memoria-e-faz-recomendacoes-por-justica>>. Acesso dia: 09/01/2018.

RENA, Luiz Carlos; VIANA, Francisco Machado. (org.) **A política no cotidiano: Contribuições teóricas e práticas da Psicologia Social.** Porto Alegre, 2016, p.44.

RICOEUR, Paul. **Memory, history, oblivion.** Budapeste, 2003. p.6. Acesso em 05.maio.2017. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/219745688/Memoria-Historia>. Acesso dia: 09/01/2018.

RODRIGUES, Ana Paula. **O ano que só deu certo porque militares tiveram apoio da sociedade civil.:** Entrevista de Rosa Cardoso. 2014. IG São Paulo. Disponível em: <<http://ogolpemilitar.wixsite.com/ogolpe/single-post/2014/06/11/1964>>. Acesso dia: 09/01/2018.

ROSA, Wanderley Pereira da; ADRIANO FILHO, José Adriano, et al. **Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro: a Conferência do Nordeste 50 Anos Depois (1962-2012)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2002. São Paulo: Perspectiva.

SCHREIBER, Mariana. **Comissão da Verdade: O que acontece após o relatório final?**. 2014. BBC Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141207_comissao_verdade_punicao_mr_r>. Acesso dia: 07/01/2018.

_____. **Oito descobertas da comissão da verdade**. 2014. BBC Brasil em Londres. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140328_comissao_verdade_ms>. Acesso dia: 26/09/2017.

SCHIMIDT, Daniel Augusto. **Entre púlpitos e porões: Metodistas e Presbiterianos no período da ditadura militar**. São Paulo: Reflexão, 2016, pág. 127.

_____. **Protestantismo e Ditadura Militar No Brasil**. São Paulo: Editora Reflexão, 2014. p. 145-146.

SEAWRIGHT, Leandro Alonso. **Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Militar Brasileiro**. Tese (doutorado) - programa de pós-graduação em História Social pela Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p.129-130.

_____. **A Comissão Nacional da Verdade e o caso dos protestantes durante a ditadura militar brasileira**. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano IX, n. 25, Maio/Agosto de 2016, p. 326.

SOARES, Virgínia Prado. **Justiça de transição**. 2010. Dicionário de Direitos Humanos – ESMPU. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Justiça+de+transição>>. Acesso dia: 08/03/2017.

SOUZA, Silas. **O respeito à lei e à ordem: presbiterianos e o governo militar no Brasil (1964 – 1985)**. Tese (doutorado) para obtenção de título de Doutor em História pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP. Assis, 2013, p. 98

TELLES, Janaina de Almeida. **As denúncias de torturas e torturadores a partir dos cárceres políticos brasileiros**. Rio de Janeiro: Interseções, v. 16 n. 1.jun.2014, p. 31-68.

VILELA, Márcio Ananias. **Interface entre o religiosos e o político: o golpe civil-militar de 1964 e a igreja presbiteriana do Brasil**. Interfaces Científicas - Humanas e Sociais. Aracaju. V.3, N.2, p. 71 – 82. Fev. 2015, p. 74.

_____. **Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política**. Tese apresentada no programa de pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco. Citação referente ao culto de ação de graça dos presbiterianos Jornal do Commercio de 05 abr. 1964. Recife, 2014, p. 121.

_____. **Diálogos entre religião e política: discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil (1962-1969)**. X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: história e política. Recife, abril.2010, p.5.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. (Org.). **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Vol.1, 285.p. Salvador: EDUFBA, 2009. p.45.

ANEXOS



00092.000390/2015-21

**ESTRUTURA TEMPORÁRIA PARA ORGANIZAÇÃO
DO ACERVO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE**

Decreto nº 8.413 de 26 de fevereiro de 2015
Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) – 2º andar – Portaria 1
Setor de Clubes Sul – SCES – Trecho 2 Lote 22
70200-002 – Brasília-DF

Ofício nº 116 /2015-CNV/CC

Brasília, 10 de julho de 2015.

Ao Senhor
LEANDRO SEAWRIGHT ALONSO
Rua Atuaí, 142 – Aptº 73
03646-000 – São Paulo-SP

Assunto: Colaboração na CNV

Prezado Senhor,

Conforme solicitado, informo a quem possa interessar, sua atuação como pesquisador da CNV, integrando na qualidade de colaborador, a equipe da Comissão Nacional da Verdade, contribuindo para a elaboração de seu Relatório final.

Atenciosamente,



ANDRÉ SABOIA MARTINS
Coordenador-Geral